



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ANTONIO JEFFERSON PAIVA OLIVEIRA

A ESCOLA E A TERRA

Ensino de História e Educação em situações de conflitos nas séries
iniciais da escola José Valmeristo, assentamento Quintino Lira/Santa
Luzia do Pará

ANANINDEUA/PA
2021

ANTONIO JEFFERSON PAIVA OLIVEIRA

A ESCOLA E A TERRA

Ensino de História e Educação em situações de conflitos nas séries iniciais da escola José Valmeristo, assentamento Quintino Lira/Santa Luzia do Pará.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará-Campus Universitário de Ananindeua, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes históricos no espaço escolar.

Orientador: Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes.

ANANINDEUA/PA
2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

O48e OLIVEIRA, ANTONIO JEFFERSON PAIVA.
A ESCOLA E A TERRA Ensino de História e Educação em
situações de conflitos nas séries iniciais da escola José Valmeristo,
assentamento Quintino Lira/Santa Luzia do Pará. / ANTONIO
JEFFERSON PAIVA OLIVEIRA. — 2021.
100 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2021.

1. Ensino de História. 2. Conflitos Agrários. 3. Educação
no Campo. 4. nordeste do Pará. 5. Memória. . I. Título.

CDD 981



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

ANTONIO JEFFERSON PAIVA DE OLIVEIRA

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes e constituída pelos examinadores Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteve, Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento e Prof. Dr. Raimundo Erundino Santos Diniz, reuniu-se no dia 24 de maio de 2021, às 09:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando **ANTONIO JEFFERSON PAIVA DE OLIVEIRA** intitulada: "A ESCOLA E A TERRA: ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS NAS SÉRIES INICIAIS DA ESCOLA JOSÉ VALMERISTO, ASSENTAMENTO QUINTINO LIRA/SANTA LUZIA DO PARÁ." Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi **APROVADA**, com conceito EXCELENTE pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Orientador

Prof. Dr. Elias Diniz Sacramento
Membro Externo da Banca / Cametá /UFPA

Prof. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteve
Membro da Banca / PPGEH/UFPA

Prof. Dr. Raimundo Erundino Santos Diniz
Membro da Banca / PROFHISTORIA/UFPA

Dedico esta dissertação a todos os moradores do Assentamento Quintino Lira. Em especial ao guerreiro José Valmeristo, que sua luta pela terra seja sempre lembrada por todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, João Batista de Oliveira e minha mãe, Deusa Oliveira Paiva pelo incentivo e apoio para que eu pudesse finalizar essa dissertação de Mestrado.

Agradeço à minha esposa Kelly Trindade e ao meu filho Thomas pela paciência e companheirismo nas horas mais difíceis na produção desta dissertação.

Ao orientador professor Dr. Francivaldo Alves Nunes, meu muito obrigado, pelas orientações e companheirismo.

A turma do Mestrado Profissional em Ensino de 2019, feliz por ter conhecido todos.

Agradeço de coração, aos moradores e guerreiros do Assentamento Quintino Lira e todos aqueles que contribuíram com as suas falas para que essa Dissertação fosse concretizada.

Agradeço a todos e a todas que estavam me acompanhando nesta caminhada, suas energias positivas foram importantíssimas para a conclusão do mestrado em Ensino de História

RESUMO

Esta dissertação propõe analisar as práticas pedagógicas utilizadas sobre o Ensino de História na escola José Valmeristo com o objetivo de analisar as ações históricas voltadas para os alunos das séries iniciais na escola José Valmeristo. Nesse sentido será apresentado um método de ensino de história para esses alunos. Será realizada a operação historiográfica combinando um lugar social onde as práticas que se relacionam ao método e a escrita. Os objetivos alcançados deram-se de forma presencial no assentamento e na escola, entrevistando professores e alunos, para a compreensão das lacunas existentes, sobre o Ensino de História na referida escola. Aqui se abordam a memória e a consciência histórica desses alunos, como pontos investigativos se eles possuem um determinado conhecimento, sobre a história local das terras em que eles vivem. Partindo de pressupostos teóricos e metodológicos que dialogam sobre o tema. Sobre a consciência histórica serão abordados autores que dialogam com o tema. É relevante a abordagem da ocupação das terras da fazenda cambará porque esse território está ligado a um passado de conflitos e envolve um personagem muito emblemático na região nordeste do Pará, que é o gatilheiro Quintino Lira. Através dessas análises, é possível a confecção de um produto didático para a aplicação e também como um suporte pedagógico a ser aplicado pelos professores na escola na escola José Valmeristo.

Palavras – chaves: Ensino de História; Conflitos Agrários; Educação no Campo; Nordeste do Pará; Memória.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the pedagogical practices used in the Teaching of History at José Valmeristo school with the aim of analyzing the historical actions aimed at early grade students at José Valmeristo school. In this sense, a method of teaching history will be presented to these students. The historiographic operation will be carried out combining a social place where practices that relate to method and writing. The achieved objectives took place in person at the settlement and at the school, interviewing teachers and students, in order to understand the existing gaps, about the Teaching of History in that school. Here, the memory and historical awareness of these students are approached, as investigative points if they have a certain knowledge about the local history of the lands in which they live. Based on theoretical and methodological assumptions that dialogue on the subject. Authors who dialogue with the theme will be approached about historical consciousness. The approach to the occupation of the lands of the Cambará farm is relevant because this territory is linked to a past of conflicts and involves a very emblematic character in the northeast region of Pará, the triggerman Quintino Lira. Through these analyses, it is possible to make a didactic product for application and also as a pedagogical support to be applied by teachers in the school at José Valmeristo school.

Keywords: History teaching; Agrarian Conflicts; Education in the Field; Northeast of Pará; Memory.

LISTA DE IMAGENS.

Imagem 01 - Mapa de localização da Gleba Pau de Remo.....	26
Imagem 02 - Mapa da localização do Município de Santa Luzia, ano 2007.....	27
Imagem 03 - A destruição da residência dos acampados.....	28
Imagem 04 - Os posseiros foram deixados na beira da PA- 246.....	29
Imagem 05 - José Valmeristo (Caribé).....	38
Imagem 06 - Escola José Valmeristo no ano de 2011.....	41
Imagem 07 - Comunidade reunida com o conselho tutelar, ano 2013.....	44
Imagem 08 - Escola José Valmeristo reformada e ampliada, ano 2018.....	49
Imagem 09 - Arte criada pelos alunos da escola.....	63
Imagem 10 - Jornal “LIGA”.....	76
Imagem 11 - Capa do Boletim da Associação Brasileira de reforma Agrária – ABRA.....	77
Imagem 12 - Edição comemorativa de 10 anos do Jornal Sem Terra.....	78
Imagem 13 - Capa e Contra capa da Revista Sem Terra.....	79
Imagem 14 - Crianças estudando em Acampamento.....	81
Imagem 15 - Jornal Sem Terrinha.....	83
Imagem 16 - história em quadrinhos.....	84
Imagem 17 - Capa da Revista das crianças Sem Terrinha.....	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária.
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
BO	Boletim de Ocorrência.
BNCC	Base Nacional Comum Curricular.
BR	Brasil.
CIDAPAR do Pará.	Companhia de Desenvolvimento agropecuário Industrial e Mineral do Estado do Pará.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
DF	Distrito Federal.
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social.
EJA	Educação para Jovens e Adultos.
ENERA	Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária.
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
ONG	Organização não Governamental.
PA	Pará.
PME	Polícia Militar do Estado
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.
SEMED	Secretária Municipal de Educação.
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – A REGIÃO NORDESTE DO PARÁ: QUESTÃO AGRÁRIA, EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS.....	17
1.1 – A questão Agrária, conflitos e as estratégias de Assentamentos.....	17
1.2 – A construção do Assentamento Quintino Lira e a leitura da História e da educação.....	25
1.3 – A História de luta da escola José Valmeristo.....	39
CAPÍTULO II – O ENSINO DE HISTÓRIA NO ASSENTAMENTO QUINTINO LIRA.....	50
2.1 – O MST e a política de educação dos trabalhadores rurais.....	50
2.2 – O Ensino de História, memória social de territorialidades no Assentamento Quintino Lira.....	57
CAPÍTULO III – REVISTA DE ENSINO DE HISTÓRIA NO CAMPO.....	72
3.1 – Porque a revista de Ensino de História no Campo.....	72
3.2 – O papel da revista para o Ensino de História.....	74
3.3 – Descrevendo a Revista de Ensino de História no Campo.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
FONTES.....	95
REFERÊNCIAS	96

INTRODUÇÃO

Quando estava finalizando o curso de Licenciatura em História no Campus da UFPA-Cametá - PA no ano de 2016, meu objeto de pesquisa para o TCC foi: o Assentamento Quintino Lira. O estudo apresenta os principais momentos em que os colonos do Assentamento passam com a luta pela terra, nos processos de violências e na luta judiciária. (OLIVEIRA, 2016)

No ano de 2017 ingressei no programa de Pós-graduação intitulado “História Agrária da Amazônia Contemporânea” no campus da UFPA – Ananindeua, no qual apresentei o trabalho final do curso intitulado “Assentamento Quintino Lira (2007-2015): Conflito, Resistência e Luta”. Nesse artigo retomo a pesquisa que teve início com o TCC, nele são inseridas algumas atualizações sobre os conflitos, violências e algumas fontes inovadoras (OLIVEIRA, 2018).

No ano de 2019 ao ingressar no programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA, no Campus de Ananindeua – PA. A pretensão era continuar com o objeto da pesquisa que já vinha sendo trabalhado ao longo da trajetória acadêmica, mas, optou-se por tratar dos processos da educação do Assentamento Quintino Lira, logo, a investigação dar-se-á pelo viés das práticas pedagógicas vinculadas ao Ensino de História nas séries iniciais na Escola José Valmeristo.

O principal ponto que chamou a atenção para pesquisar o *Ensino de História* na Escola José Valmeristo, foi à percepção ao longo de uma investigação, de que os conhecimentos históricos das crianças que moravam no Assentamento Quintino Lira eram escassos. Algumas questões norteadoras foram definidas como: 1. As crianças apresentam um conhecimento prévio sobre as principais situações de conflitos e violências que existem no assentamento? 2. Como é tratada pedagogicamente, nas aulas, a história desses conflitos?

É importante salientar que durante o processo de investigação e da coleta de dados, foi percebida a intervenção pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST. Dessa forma percebe-se que as práticas pedagógicas podem sofrer alterações curriculares em relação aos conteúdos curriculares advindos da Secretaria Municipal de Santa Luzia do Pará.

Sobre a *consciência histórica*, é importante enfatizar que essa percepção de pertencimento pode ser ou não uma *consciência histórica*. Para que esse conceito seja

confirmado, é necessária uma investigação entre os alunos, com relação ao seu nível de conhecimento do passado histórico do Assentamento em que eles vivem, porém, em se tratando sobre a perspectiva da *consciência histórica*, olhando sob outro ângulo, ou seja, a disciplina de História podemos perceber que essa consciência pode surgir de outras necessidades sociais e políticas.

A *consciência histórica* vai muito além da alfabetização, do saber ler e escrever. Vai muito além do desenvolvimento cognitivo do aluno. Ela também é um processo de formação política, é um despertar para uma formação que passa a sofrer influência do meio social em que se vive.

A autora Lana Mara (2015) enfatiza que a *consciência histórica* ligada à memória torna-se um processo relevante para a educação do aluno. Nesse sentido, podemos entender que a memória quando está inserida no contexto de vida social do aluno, onde há uma vivência com os mais velhos, os que transmitem o seu saber e tudo aquilo que aprenderam e vivenciaram para as crianças.

Percebe-se que os alunos do Assentamento Quintino Lira tiveram contato com os mais experientes camponeses do Assentamento (pais, mães, tios e avós) sobre a história do lugar em que vivem. Para a autora, esses meios de vivências em que a criança está inserida, sejam no ambiente familiar e social e a memória de experiências que lhe é transmitida, passam a estimular a consciência da historicidade (SIMAN, 2015, p. 210).

Lana Mara apresenta três dimensões temporais da História onde podem ser cruciais para o desenvolvimento do pensar historicamente, levando em consideração o foco a aprendizagem e o desenvolvimento ligados à temporalidade histórica. Vejamos abaixo esses três pontos dimensionais:

a dimensão física (o tempo cronológico), a dimensão social (o tempo vivido individual e coletivamente, experienciando diretamente e/ou apropriado por meio da memória de grupos) e a dimensão histórica (marcada por operações cognitivas que se realizam sobre o estudo de fontes variadas e sobre o conhecimento histórico produzido). (SIMAN, 2015, p. 213).

Aplicando essas três dimensões ao objeto de estudo, no caso, a escola José Valmeristo, o tempo cronológico será analisado a partir do ponto em que o sujeito histórico Quintino ocupou as terras da fazenda Cambará fazendo a ligação do passado com o presente para explicar a situação dos conflitos. A dimensão social será analisada através dos estudos de campo mediante aos diálogos de memória social influenciada pelos primeiros colonos. E por

fim será realizada a dimensão histórica através de pesquisas sobre o que foi produzido sobre a história do Assentamento e as suas fontes.

Para realizar a pesquisa foi necessário entrevistar: os moradores do assentamento (o senhor João Batista Galdino e o senhor Raimundo Ribeiro); lavradores e líderes populares que apresentam, em seus depoimentos ações que motivaram os conflitos que ocorreram na região, desde os processos de ocupação até a formação do assentamento Quintino Lira nos dias atuais. Também foram entrevistadas quatro professoras da escola José Valmeristo e dois alunos esses últimos entrevistados são importantes para entender as práticas pedagógicas no Ensino de História e o nível de conhecimento sobre os processos da *consciência histórica* dos alunos em relação aos acontecimentos sobre a história do local em que vivem.

A Dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro intitulado “A Região Nordeste do Pará: Questão Agrária, Educação em Situação de Conflitos” está estruturado em três tópicos, nesse é tratado os principais acontecimentos históricos referentes à questão agrária no Brasil e na Amazônia. No primeiro tópico é realizado um balanço historiográfico sobre os principais conflitos agrários que ocorreram na região nordeste do Pará no período da década de 1980 até os dias atuais, bem como as estratégias de luta e resistência em algumas áreas de acampamento e assentamentos na região nordeste. No segundo tópico é narrada a história, a memória do assentamento Quintino Lira e a violência sofrida pelos camponeses desde o processo de ocupação. O terceiro e último tópico do referido capítulo, traz a história de luta e resistência da educação no assentamento Quintino Lira, o fechamento da escola José Valmeristo e os efeitos causados na educação das crianças do assentamento.

O segundo Capítulo intitulado “O Ensino de História no Assentamento Quintino Lira” abordará os conteúdos e os métodos utilizados pelos professores da escola José Valmeristo. O primeiro tópico fala sobre o histórico do MST, desde a sua gênese até os dias que antecederam a pesquisa, relata as estratégias e desafios para o processo de ocupação e a resistência na conquista das terras pelos colonos. Nesse mesmo tópico também é analisada a educação que o MST ministra nos acampamentos e assentamentos e; quais são as principais metodológicas utilizadas para o processo educativo das escolas do campo que, sofrem perseguições por parte de um sistema que apresenta estratégias do agronegócio ou outros sistemas que são ligados aos ideais que são contra tudo que esteja ligado ao MST.

No segundo tópico será analisado o Ensino de História, a participação do MST por meio do suporte pedagógico dado a escola. O objetivo é apresentar a relação da escola com o ensino de história e a história local, ou seja, como os professores fazem uso dos componentes

curriculares do Ensino de História, para narrar e contextualizar a história do Assentamento Quintino Lira.

As principais fontes a serem citadas nesse trabalho serão as entrevistas com os professores da escola José Valmeristo. A professora Farailde Santos Rocha, cursando Licenciatura em Letras no programa de graduação da FECAMPO; a professora Maria do Socorro, graduada em Pedagogia; a professora Lucineia Campos Souza, graduada em Pedagogia. Nailce Verônica Galdino de Souza, graduada em Geografia pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA¹. Nailce Verônica (defendeu o seu trabalho final no assentamento Quintino Lira, pois estava impossibilitada por questões da maternidade, defendeu o seu trabalho com a filha no colo, na matéria do Jornal *O Liberal* exclama que;

Desde o primeiro momento decidi que iria escrever sobre a memória do acampamento, aliado a denúncias e revolta para mostrar para a sociedade o quanto o capitalismo, ligado ao agronegócio, pode destruir famílias de camponeses. As pessoas que vivem no acampamento desde o início dos anos 2000 sofrem violências. No começo, por parte do Estado, e agora, por fazendeiros. Passamos por um período de vários conflitos. Faço parte da militância e sei o quanto é difícil escrever sobre nossa realidade.²

As entrevistas realizadas com professores e alunos foram de extrema relevância para investigar o ensino de Ensino de História e a História local nas turmas da escola José Valmeristo.

As fontes orais têm sua importância para o campo da pesquisa contemporânea, uma vez que permitem ouvir sujeitos que vivenciaram uma parte da história a ser construída, remontada.

¹Em julho de 1997 foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - Enera, resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da CNBB.

Os participantes concluíram ser necessária uma articulação entre os trabalhos em desenvolvimento, bem como sua multiplicação, dada a grande demanda dos movimentos sociais por educação no meio rural e a situação deficitária da oferta educacional no campo, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação.

Em 2 de outubro do mesmo ano, representantes de universidades - Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - reuniram-se na UnB para discutir a participação das instituições de ensino superior no processo educacional nos assentamentos.[..] Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculado ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações.

Incrá. *História do Pronera*, 31 de Janeiro de 2020. Disponível: <http://www.incrá.gov.br/pt/credito/66-atuacao/230-historia-do-pronera.html>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

²O *Liberal*. *Estudante da UFPA se forma em Geografia após defender trabalho final em assentamento*. 20 de abril de 2019. Disponível: <https://www.oliberal.com/para/estudante-da-ufpa-se-forma-em-geografia-ap%C3%B3s-defender-trabalho-final-em-assentamento-1.104316>. Acesso em 14 de agosto de 2020.

O terceiro e último capítulo, vai intervir justamente nas lacunas que foram percebidas ao longo da pesquisa. Nesse sentido foi proposta a construção de uma revista sistematizando. No primeiro tópico é discutido sobre o porquê da proposta da revista em Educação do Campo, Intitulada: “Revista de História e Educação no Campo: História, Resistência e Ensino no Assentamento Quintino Lira.” No segundo tópico, é abordado um balanço de produções independentes dos movimentos sociais que se contrapõem às produções da indústria cultural. As fontes abordadas são produções da década de 1960 com a circulação do jornal “A LIGA” abordando temas sobre as lutas dos trabalhadores rurais, também são analisados os Jornais e Revistas do MST voltados para a educação das crianças sem terrinhas de acampamentos e assentamentos rurais. No terceiro e último tópico é feita a descrição da revista, abordando a importância da sua produção e os seus principais passos, bem como, os temas relacionados à memória e a história do assentamento Quintino Lira.

CAPÍTULO I

A REGIÃO NORDESTE DO PARÁ: QUESTÃO AGRÁRIA, EDUCAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS.

1.1 - A questão agrária, conflitos e as estratégias de assentamentos.

Segundo o site da ONG “Amazônia notícia e informação”, o principal motivo dos conflitos socioambientais na Amazônia é a questão agrária, sendo que o maior causador desses conflitos é o agronegócio.³ Perseguições, desapropriações, ameaças de morte e assassinatos são problemas que infelizmente perpassam décadas, e se tornam um grande problema para aqueles que não possuem um pedaço de terra para produzir seu alimento, essa é a triste realidade do homem do campo.

Segundo Airton dos Reis (2010), entre as décadas de 1960 e 1970 do final do século XX, nordestinos estavam fugindo das grandes secas nas regiões dos sertões do Nordeste. Também migrantes de outras regiões do Brasil vieram para a Amazônia para trabalharem como mão de obra nas construções de rodovias e aeroportos em terras amazônicas que estavam nos planos de desenvolvimento do governo do Estado. Nesse sentido, essas terras passaram a representar novas alternativas para aqueles que eram considerados marginalizados e despossuídos de todas as regiões do Brasil. Após as concretizações desses projetos de “desenvolvimento” tal contingente dessa mão de obra ficou sem alternativas de trabalhos. Sem alternativas apresentadas pelo governo, as massas de trabalhadores começaram a disputar espaços com os fazendeiros, latifundiários, grandes empresas financiadas pelo governo e os povos tradicionais nativos da região amazônica.

Segundo o autor Fioreli Picoli (2012), esses espaços sociais e ecológicos passariam por uma transformação de disputas selvagens com tamanhas violências causando destruição e aniquilando e explorando todas as formas de biomas e de vidas tornando-se mercadorias, logo, os nativos que ocupavam essas áreas foram marginalizados, tratados como intrusos em suas próprias terras, tornaram-se empecilhos para o desenvolvimento, “e onde os imigrantes, se quisessem o seu lugar ao sol devem se tornar capitalistas exploradores, pisoteando-se uns aos outros, como gado em disparada, numa competição para ver quem bebe água limpa” (PICOLI 2012, p.60).

³ Amazônia notícia e informação. *Conflitos Agrários na Amazônia*. 2020. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2020/09/questao-agraria-e-o-principal-motivo-de-de-conflitos-socioambientais-na-amazonia-brasileira/>. Acesso em 13 de Janeiro de 2021.

Os conflitos começam a surgir de forma violenta, a partir do momento em que terras que antes eram públicas (da União ou Estado) passaram a ser ocupadas de forma desordenada, logo, não houve um plano de governo e nem fiscalização para que houvesse a distribuição dessas terras e assim surgiu a figura do grande posseiro, concentrando para si as maiores e melhores terras sem levar em consideração o restante dos homens que dependiam de fato das terras para a subsistência.

Segundo os autores Antonio Jefferson e Elias Sacramento (2016);

se até finais de 1970, a maioria dos conflitos agrários no Brasil se concentrava nas regiões do sul, sudeste e nordeste, desde o início dos anos 1980 até hoje, a maioria dos conflitos ocorreu na Amazônia Legal, sobretudo no Pará. Esse quadro de violência só teve tendência a se agravar, pois a falta da política agrária contribuiu para o aumento do índice da criminalidade e grilagem de terra, retirando o posseiro do bem em que estava produzindo o sustento. (SACRAMENTO; OLIVEIRA, 2016, p.132)

No 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas da CONTAG, realizado no ano de 1979 em Brasília – DF é apresentada uma proposta de Reforma Agrária em que listam uma pauta sobre a questão das Terras Públicas e sobre o processo de ocupação das terras amazônicas por grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. Vejamos alguns desses pontos,

- Que um volume escandaloso de terras públicas vêm passando à propriedade privada de grandes grupos econômicos, principalmente estrangeiros;
- que esses grupos, contando com o favorecimento oficial, representado pelos incentivos fiscais, retiram a oportunidade de milhões de famílias de trabalhadores rurais;
- que, sem outra alternativa, esses trabalhadores passam de posseiros e legítimos detentores de um pedaço de terra para a condição de mão de obra abundante e barata, quando não escrava;
- que essas novas capitâneas criadas com a aquisição de terras públicas:
 - a) expulsavam posseiros;
 - b) visam fins especulativos (ter a terra apenas para vendê-la por mais dinheiro quando valorizada);
 - c) atuam de modo predatório (grandes desmatamentos, destruição do solo para fins de agricultura etc.);
- que se fortalece na Amazônia um novo império de latifúndios, favorecidos, também, pelas leis de terras estaduais; (STÉDILE, 2012, p. 164 – 165).

É recorrente que, “nos meios de comunicação de massas, os conflitos e a violência presentes nas áreas rurais da Amazônia Legal são apresentados como se fossem o custo inevitável da “modernização do campo na fronteira agrícola”. Podemos exemplificar como ‘faroeste’ à brasileira, onde o Estado que deveria ser o mediador evitando os conflitos pela terra. No entanto, “não é a ausência ou neutralidade do Estado” aquele que determinaria a chamada “lei da selva” nas regiões Amazônicas (PETIT, 2003, p. 210).

O historiador Elias Sacramento (2012) em seu livro intitulado “As Almas da Terra – A violência no campo mojuense” afirma que em fins da década de 1970 no município de Moju – PA, localizado na região Nordeste do Pará, a abertura das rodovias da PA 252 e PA 150 começaram a atrair os grandes empresários para pôr em prática os grandes projetos agroindustriais recebendo incentivos fiscais de setores do Estado, como podemos ver na citação a seguir,

Os principais projetos agroindustriais que chegaram ao município destinaram a áreas que ainda não estavam “desbravadas”, e para ajudar no desenvolvimento e no progresso do município estas seriam de fundamental importância. Próximo das rodovias seria mais fácil escoar a produção, estas teriam como criar uma mobilidade mais eficaz, com a vinda de mão de obra para o trabalho, e para locomoção seriam muito mais prático (SACRAMENTO, 2012, p. 39).

Podemos perceber na citação do historiador acima, que em Moju, grande parte das terras concedidas a empresários que vieram de outras partes do Brasil, estavam localizadas a princípio nas margens das estradas que ali foram abertas, como a rodovia PA-252 e a PA-150, mostrando que essa era uma questão essencial para o escoamento dos produtos que ali iriam se desenvolver.

“Se para os governos militares, os projetos agroindustriais que deveriam ser instalados na região significava progresso, desenvolvimento, criação de empregos” causando distribuição de rendas e causando um aquecimento na economia causando mudanças nos sistemas de produção dessas regiões onde impulsionava o crescimento das cidades amazônicas em que ao olhar desses investidores e do governo tais cidades estavam em “atraso”; diante dessas circunstâncias, os colonos não viam com bons olhos esses empreendimentos, “uma vez que seus estilos de vida teriam que mudar, em fase desse chamado ‘progresso’ que estaria chegando e com grandes máquinas e força começaria a mudar esse cenário” (SACRAMENTO, 2012, p.41).

Podemos perceber na fala de Elias Sacramento que a prioridade na atenção dada aos homens que vieram de fora e de todo suporte com: a construção das estradas, vicinais, financiamento dos governos federal e estadual, constatou com os moradores da terra que viviam há décadas e muitos há séculos nas terras mojuenses, muitas vezes sendo chamados de ‘atrasos’ no meio de produção do campo, causando um grande sofrimento para essas famílias.

O historiador Airton dos Reis (2010) em seu artigo intitulado “Conflitos de Terra e violência no Sul do Pará (1975 – 1990)” salienta que;

A interligação, do norte ao centro-sul, com a abertura de rodovias federais e estaduais, e a política econômica e desenvolvimentista do governo central, mobilizou uma enxurrada de empresários rumo à Amazônia em busca de terra e do lucro fácil. O seu território (sobretudo a parte oriental) foi, então, quadriculado sobre

a mesa de burocratas de órgãos governamentais estaduais e federal e cedido às iniciativas privadas. Os empresários uma vez com títulos de terras nas mãos, os aos olhos da justiça e dos órgãos de repressão, de planejamento e responsáveis de questões agrárias. Esses trabalhadores foram, diversas vezes, acusados de atrapalhar a implantação de projetos agropecuários âncora do “desenvolvimento” e do “progresso” da região e do país (PEREIRA, 2010, p.01).

Na década de 1980 na Amazônia, começa a apresentar diversos conflitos entre esses grandes projetos e os colonos nas diversas regiões do Nordeste paraense. É nesse período que em Moju que o clima começa a ficar muito tenso;

Isso ocorre porque uma vez que o agronegócio instalado e com uma base de sustentação, estes podiam ir em busca da ampliação de seus objetivos. Nos primeiros anos da década de 1980, o município mojuense foi ‘sacudido’ por algo que estes até então não conheciam, que era o conflito no campo. A tentativa de expulsão do camponês foi marcante, uma vez que os projetos almejavam a todo custo conseguir mais recursos para aumentarem suas áreas de terras, uma vez que para conseguirem mais créditos era necessário ter uma extensa área para a produção (SACRAMENTO, 2012, p. 76).

No mesmo período histórico mencionado, no município de Tomé-açu, ocorreram conflitos e mortes por questões de terras envolvendo colonos e um latifundiário oriundo da cidade de Colatina no Espírito Santo. O mesmo se dizia dono de umas terras que faziam fronteira entre o município de Acará e Concórdia do Pará com a fazenda intitulada Colatina. O historiador Elias Sacramento, (2020) em sua Tese intitulada: “É muito triste não conhecer o pai” revela a herança da violência aos familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fontelles” essa obra analisa os traumas que as famílias desses personagens adquiriram com o tempo, por saberem que seus pais que eram líderes sindicais, lutavam em favor de um povo camponês e estavam em constantes conflitos com grandes latifundiários e ou empresas.

No caso de Tomé-Açu, nordeste paraense, a vítima da violência empregada no campo por meio de latifundiários foi o sindicalista Benedito Alves Bandeira, mais conhecido como Benezinho. Em 2014, Benedito aparece nos relatórios da Comissão da Verdade Camponesa, nesse mesmo relatório listam uma série de personagens oriundos do campo, defensores dos colonos que foram perseguidos e/ou mortos, entre eles estavam intelectuais como advogados, integrantes da igreja católica como: os padres, ribeirinhos, comunidades tradicionais amazônicas, os quilombolas e indígenas (Sacramento, 2020, p.138).

Elias aponta em um desses escritos contidos nesses relatórios, uma descrição sobre o sujeito social Benedito Alves,

Benezinho foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Tomé-Açu, sendo morto no dia 4 de julho de 1984, por três pistoleiros. O período em que administrou o STR foi marcado pela defesa de agricultores e posseiros que buscavam garantir acesso à terra. Conjuntamente com seus companheiros de direção, denunciou todos os abusos cometidos por latifundiários que expulsavam posseiros ocupantes de algumas áreas por mais de trinta anos, no município de Tomé-Açu (SACRAMENTO, p. 138).

Diante dos fatos, a morte de Benezinho foi motivada pelo fato de estar envolvido na defesa dos colonos contra as ameaças decorrentes do fazendeiro chamado Acrino Breda, dono da fazenda Colatina. Acrino tomou posse das terras dos trabalhadores rurais de Tomé-Açú e não abria mão de forma alguma dessas terras. Quando Benezinho foi eleito presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tomé-Açú no ano de 1982, ele enfrentou o fazendeiro nas esferas judiciais, em favor dos colonos, para recuperar as terras. Acrino perdeu, e não conformado com a derrota, mandou matar o sindicalista Benedito Alves Bandeira como podemos ver no trecho a seguir,

a vingança de Acrino Breda estava consumada. Por não ter aceitado perder as terras que eram por direito dos colonos e com o líder sindical à frente, este tomou a decisão de eliminar a vida prematura do defensor dos trabalhadores rurais. Sua morte se deu num momento em que as ameaças eram constantes e as autoridades nada faziam, pelo contrário, por ainda estar no período considerado militar, a eles eram responsabilizados por suas próprias mortes, por insuflarem colonos a invadirem as terras alheias (SACRAMENTO, 2020, p.154).

A aproximadamente 159 Km, do município de Tomé – Açú, no município de Ipixuna – PA no nordeste paraense, às margens da BR – 010 mais conhecida como Rodovia Belém – Brasília, estava ocorrendo diversos conflitos agrários, entre grandes empresas financiadas pelos governos militares, colonos nativos e imigrantes de outras regiões do Brasil; atraídos pela construção da abertura da rodovia Belém-Brasília nos 1950 a 1960.

O autor Marcos Carmo Almeida (2019) em seu livro intitulado “A colônia União e a Luta pela Terra na Rodovia Belém-Brasília: O Sindicato, A Igreja e atores políticos 1980-1993”. Aponta que entre as décadas de 1980 até 1993 foram criados 17 projetos de assentamentos rurais na região do município de Ipixuna - Pará e seus municípios vizinhos, com os quais fazem fronteiras.

As batalhas armadas se deram entre 1986 a 1990. Morreram homens tanto do lado da milícia quanto do lado dos trabalhadores. Formavam-se grupos armados entre os trabalhadores (contendo dezenas de homens) para vigiar estradas de acesso aos lotes de terra, para evitar serem atacados de surpresa. Até que em 15 de fevereiro de 1990 houve o confronto final entre os trabalhadores e o fazendeiro Domingos Rangel, que resultou na sua morte. Devido a sua intensidade, o conflito da Candiru se destaca nas histórias que contam os antigos moradores dos assentamentos da região.

Foram variadas as formas de luta para a conquista da terra na região, bem como sua dinâmica. Um foram mais longas, outras mais curtas; umas mais tensas, violentas outras menos; umas foram ganhas pelos fazendeiros, outras pelos agricultores. Algumas foram ganhas pelos agricultores e a terra nunca virou assentamento, as famílias se dispersaram e a área voltou a ser fazenda novamente (ALMEIDA, 2019, p.21).

Marcos enfatiza na sua pesquisa sobre o processo histórico da construção da Colônia Vila União às margens da rodovia onde colonos imigrantes se apropriaram de uma fazenda chamada jabuti, os colonos afirmavam que a mesma era improdutiva. Nesse sentido os

colonos decidem ocupar a área com extensão de 13.058 hectares podendo alojar aproximadamente 500 famílias por lote com tamanho de 25 hectares para família (ALMEIDA, 2019, p.27). A partir dessas premissas, os embates conflituosos ora cometidos por violência, ora por processos judiciais, mantiveram os colonos firmes nas suas associações sindicais de trabalhadores rurais contaram com o apoio da igreja católica junto ao CPT e também com o advogado João Batista, que se tornou muito querido entre os colonos.

Segundo a fala de um dos entrevistados do pesquisador Marcos;

No ano de 1981, ainda estava em processo a chegada de colonos na ocupação. Os agricultores separaram um lote e, em uma parte dele, realizaram uma roça coletiva, uma vez que desta forma se tornaria mais fácil manter a unidade para organização e vigilância da área, em virtude da ameaça constante de contra ofensiva do fazendeiro. Enquanto uns estavam trabalhando na roça, outros ficavam mais afastados em pontos estratégicos para vigilância. Da mesma forma era feito quando ocorriam as reuniões mensais que se realizavam no dia 30 de cada mês (ALMEIDA, 2019, p.29).

O advogado João Batista destaca-se na defesa dos processos litigiosos para a proteção desses colonos. Ele era filho de imigrantes, trabalhadores rurais, sentiu na pele a vida sofrida do trabalho no campo e suas dificuldades. Mora no município de Paragominas - PA. Em meados de 1975 mudou-se para a capital Belém-PA onde ingressou no curso de graduação em Direito, nesse período integrou-se a movimentos sociais que lutavam pela causa estudantil e também se adentrando na política.

No ano de 1980, já formado, retorna para assumir o processo de luta agrária em favor dos colonos da Colônia União, muito querido por todos por sua humildade e simplicidade lutando pela reforma agrária em favor de todos os camponeses. Foi ameaçado diversas vezes de morte, porém, não se deixava intimidar apesar de saber que era muito perigoso o caminho que seguia, sem desanimar estava seguro e firme das suas convicções. Diante das ofensivas do fazendeiro em relação aos camponeses da Colônia União o advogado João Batista aliou-se aos colonos.

Em sua trajetória nas questões agrárias na Amazônia viu amigos importantes, também lutadores da questão agrária serem assassinados pelos jagunços dos fazendeiros. Eram eles; Quintino Lira, Pará-Maranhão (04.01.1984); Benedito Alves, Tomé-Açu (1984); Irmã Adelaide, Eldorado dos Carajás (02.05.1985); Salvadorzinho, Dom Eliseu (16.09.1985); João Canuto, Rio Maria (18.12.1985); Paulo Fonteles, Belém (11.06.1987). João Batista foi morto com 32 anos de idade em dezembro de 1988. (ALMEIDA, 2019, p. 80).

Observa-se nos estudos realizados pelo autor Marco Almeida (2019);

que Ipixuna do Pará destaca-se no número de assentamentos criados em sua grande maioria nas décadas de 1980 a 1990. Permite-se com isto refletir que a criação desses assentamentos não se deu de forma harmoniosa. Houve, portanto, conflitos de trabalhadores rurais sem terra com fazendeiros, grileiros, latifundiários e com as próprias instituições públicas, embora estas, em alguns momentos, por pressão ou não, também tenham colaborado positivamente. É esta região um lugar de conflitos permanentes pela terra que, ora despontam em uma parte, ora noutra, ou simultaneamente. Percebemos que nas décadas de 1980 e 1990 o número de obtenções e desapropriações de terra foi grande. Nos anos de 2003, 2004, 2005, 2013 e 2014, estas também ocorreram (ALMEIDA, 2019, p.102).

Destaco a importância dessas lideranças no campo, pois são sujeitos históricos que lutaram a favor de agricultores sem terras, eles se envolveram nesses processos litigiosos tornando-se mártires da terra. Benezinho, Quintino Lira, João Batista e tantos outros que mudaram a realidade de vida no campo, de muitos agricultores rurais. Nessa perspectiva os professores da escola José Valmeristo utilizam práticas pedagógicas e curriculares que abordam a questão agrária na Amazônia. A professora Maria do Socorro enfatiza que o objetivo de mencionar nas aulas propostas e ações das lideranças que lutaram para ter o acesso a terra, aos alunos da Escola José Valmeristo visa fazer com que os estudantes entendam; através desses exemplos históricos, que a história deles foi e é marcada por lutas, mas que é possível tornarem-se participantes ativos da luta no assentamento Quintino Lira.

Os casos de conflitos entre grandes empresas, agricultores, imigrantes e indígenas não se concentravam somente no nordeste do Pará. Na década de 1980 foram explodindo conflitos de formas simultâneas nas diferentes regiões do Pará. Alguns que ganharam destaque aconteceram no município de Moju – PA, o caso de Benedito Alvez Bandeira, no município de Tomé-Açu, o caso do município da Colônia União, na região de Ipixuna do Pará. Diante de todas essas querelas é importante destacar que um dos maiores conflitos de terras que ocorreu na década de 1980 no nordeste paraense foi o conflito da Gleba Cidapar nas proximidades da rodovia BR – 316, conhecida popularmente como: Pará – Maranhão.

Nas regiões do município de Viseu – PA em meados da década de 1980 colonos, posseiros, indígenas e numerosas comunidades rurais travaram conflitos com uma empresa intitulada Companhia Paraense de Desenvolvimento Agropecuário, Industrial e Mineral do Estado do Pará – CIDAPAR. Para entender esse processo litigioso nessa referida região do Nordeste do Pará é necessário recuar algumas décadas, por exemplo, a década de 1960. Aproximadamente em 1969 um sujeito com nome Moacyr Pinheiro Ferreira registra uma área de terras no nome a empresa CIDAPAR de forma ilegal em um cartório da Comarca do município de Viseu. Segundo a autora Violeta Loureiro (2001);

As áreas griladas, registradas em nome da empresa, incluíam numerosas comunidades rurais, tanto de habitantes naturais como dos migrantes antigos e recentes, que nelas cultivavam milho, arroz, feijão, mandioca, banana, fibra malva, e outras culturas temporárias.

Depois de grilada a terra, Moacyr Pinheiro Ferreira funda em CIDAPAR, e começa a trabalhar com suporte financeiro do Banco Denasa de Investimentos – BDI, [...]. Em 1970 a CIDAPAR vai a falência e o BDI assume o controle das terras, por conta de empréstimos que havia feito à CIDAPAR; cria várias empresas, que assumem parte das terras, vende o restante a outras; a antiga CIDAPAR permanece com uma parcela reduzida de terra, mas a área como um todo continua a ser conhecida como CIDAPAR (LOUREIRO, 2001, p.44-45).

Na década de 1970 houve um crescimento populacional desordenado a partir do momento em que a rodovia Pará - Maranhão foi aberta, como via de ligação para exploração e escoamento do comércio Norte e Nordeste. O município de Cachoeira do Piriá recebeu um grande número de exploradores de ouro, que chegaram de toda a parte do Nordeste e do Estado do Pará em busca do sonho de enriquecer com facilidade.

“A questão da terra nessa região sempre foi muito séria, porque tinha o caso dos índios, dos colonos e tinha o pessoal que queria abrir indústria de extração de madeira ou de criação de gado. Além disso, tinha os colonos e os garimpeiros que chegavam, sem parar, de outros lugares onde não tinha se dado bem (LOUREIRO, 2001, p.48).

O embate entre as empresas e os colonos na gleba passa por diversos períodos históricos que vai tornando-se cada vez mais violento e perigoso para aqueles que, não tem meios de proteger seu bem maior, que para o colono é a terra. O Estado que deveria intervir em favor dos colonos estava do lado das empresas e facilitando a falsificação documental das terras. Os colonos cansados de tanto sofrerem ameaças e perderem companheiros de luta pela terra, a solução que eles encontraram foi pedir socorro a um “salvador”, um herói defensor dos trabalhadores da terra, seu nome era “Armando Oliveira da Silva” que muda seu nome visando proteger sua família e passa a ser chamado de Quintino Lira da Silva.

É importante salientar que apesar de todos esses conflitos que foram analisados e apresentados no tópico anterior é perceptível que no processo da construção histórica, os colonos de diversas comunidades de acampamento e assentamentos da região do Nordeste do Pará, resistem mesmo depois de muitas lutas travadas e pressões sofridas por parte dos latifundiários, sem proteção ou qualquer assistência do Estado.

Segundo os autores Guilherme Junior e Nahum (2012), no artigo intitulado “Reprodução social e permanência no campo – um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal – PA” entendem que “a reprodução social camponesa em assentamentos rurais é um processo que se efetiva no contexto da luta pelo acesso a terra, e na conquista de melhores condições de trabalho e vida digna” para que as outras gerações futuras possam dar continuidade aos processos de resistências e de lutas para que o seu território conquistado

continue resistindo e se mantendo. Os autores enfatizam que os assentados do Assentamento João Batista II resistem para continuarem nas terras, realizando estratégias de manejo sustentável para realizarem suas plantações produzindo os frutos necessários para a subsistência e também para vendas nas feiras populares da cidade, porém, o Estado não contribui com investimentos para a mecanização como tratores, ou outros insumos para que a terra não perca a sua fertilidade para produção (GUILHERME JUNIOR; NAHUM, 2012, p.01).

Com a consolidação do assentamento, os colonos conseguem vencer as dificuldades daquilo que foi privado dos seus direitos sociais de quando eram acampados como: moradia precária, sem escola para as crianças, sem postos de saúde para assistência médica, sem segurança, entre outros pontos que o agricultor precisa para a sua sobrevivência no território que conquistou com sangue e suor. A consolidação de assentamento não significa o fim dessas privações descritas acima, é preciso lutas incansáveis para que a organização da produção, da união coletiva e dos movimentos sociais realizem, as pressões diante do Estado, que deveria amenizar por meio de projetos públicos (ZENERATTI, 2012, p. 08).

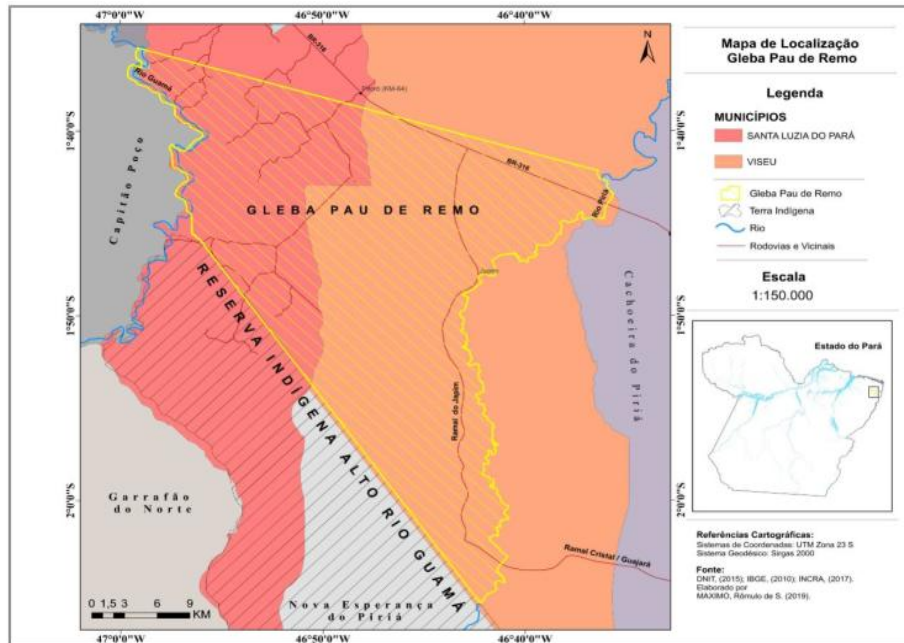
No entanto, é preciso entender que na Amazônia, a fase inicial para encontrar terras para trabalhar exige enormes dificuldades para o trabalho familiar, algo diferente do que ocorre em áreas urbanas. Após encontrar a terra vai ser preciso conquistar na luta, pois o Estado não apresenta e também não desenvolve políticas públicas para fixar os pequenos produtores rurais em seus respectivos lotes (LOUREIRO, 2001, p.84).

Esses acontecimentos históricos que tratam de questões agrárias na Amazônia tendo como destaque a região nordeste do Pará. A gleba Cidapar e os projetos de resistência do assentamento João Batista II são fatos que se tornaram referência didática para os professores do assentamento Quintino Lira, logo, essas questões agrárias servem como exemplos das lutas camponesas tendo como principal estratégia, a resistência, para a permanência e consolidação do agricultor no campo.

1.2 - A construção do assentamento Quintino Lira e a leitura da História e da Educação

No ano de 2007, aproximadamente 22 famílias sem - terras ocupam a fazenda intitulada Cambará, localizada nas margens da PA 246 na Gleba Pau de Remo, comunidade do município de Santa Luzia do Pará – PA⁴. O mapa a seguir aponta a sua localização.

Imagem 01: Mapa de localização da Gleba Pau de Remo.



FONTE: Fonte: IBGE, (2010); DNIT, (2015); INCRA, (2017). Elaborado por: MÁXIMO, Rômulo de S, (2019).

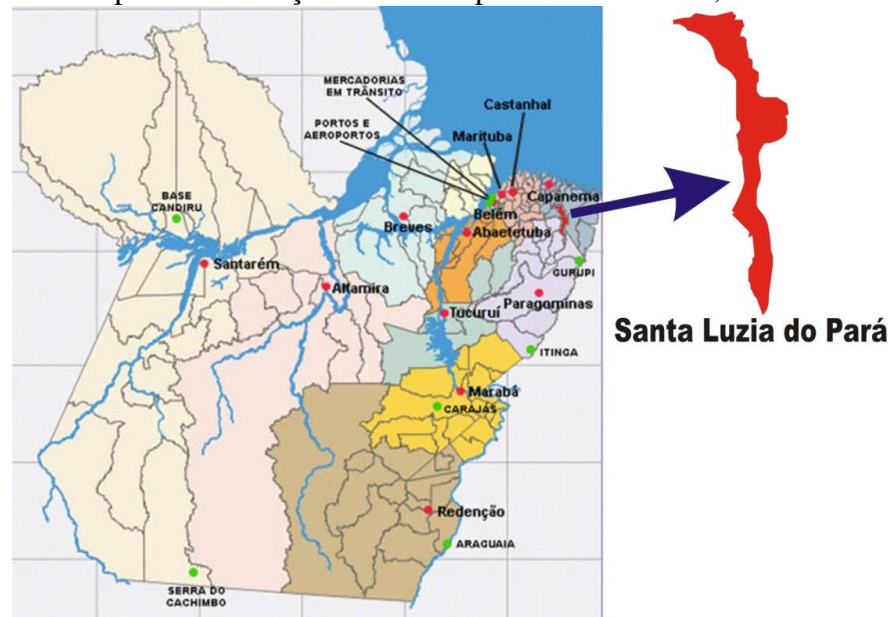
Os colonos carregam em suas memórias momentos de tensões, violências, assassinatos e perseguições das mais variadas possíveis. Santa Luzia do Pará⁵ está localizada

⁴No início o acesso à Pau de Remo fazia-se por uma estrada que ia da margem do Guamá até aquela localidade. Mais tarde foi construída a ligação com o quilômetro 64 da BR-316, o que possibilitou o escoamento da produção e a penetração populacional na área, facilitada por uma linha regular de ônibus de Bragança a Periquita, próximo a Pau de Remo. Essa estrada foi implantada por iniciativa, junto ao Governador, de um nordestino que já tinha muita riqueza e terras em Capitão Poço, deixou tudo, acreditando no futuro dessa região, que vai ser ocupada por uma frente que se estendeu em prolongamento a ocupação de Capitão Poço (CUNHA, 2000, p. 64).

⁵ A ocupação dessa região se deu com o início da construção da Rodovia Federal BR-316 em 1959 com o objetivo de integrar as regiões Norte e Nordeste do Brasil. A então BR-316 ficou conhecida como Pará-Maranhão. Daí o nordestino Manoel Gaia (primeiro morador) em busca de melhores perspectivas de vida, veio para o lugar onde hoje é o município de Santa Luzia do Pará, no intuito de estabelecer relações de produção com a natureza haja vista ser uma terra propícia ao cultivo de agriculturas. Após a chegada do Sr. Manoel Gaia em 1956, verifica-se a migração de pessoas vindo do nordeste paraense e da região Nordeste que também estava a procura de estabelecer e implantar relações de produção através do cultivo da terra, em busca de emprego na construção da BR-316 (mão de obra desqualificada) e moradia. Com a abertura efetiva da BR-316 o povoado expandiu-se tanto para a margem esquerda, quanto para a margem direita da rodovia, sendo que essa ocupação de início foi sob a forma de acampamentos em terras avulsas ou devolutas e, posteriormente os primeiros moradores passaram a vender seus lotes de terras (especulação imobiliária, fruto do capitalismo que visa o lucro) e foram cada vez mais avançando às margens da rodovia com pouca ou sem nenhuma infra-estrutura (energia

na região Nordeste do Estado do Pará e é nesse município está o assentamento Quintino Lira. A ligação entre o assentamento Quintino Lira e o município de Santa Luzia são diretas, haja vista que a produção dos agricultores do assentamento, abastece as feiras livres a céu aberto que acontecem aos finais de semana (sábados).

Imagem 02: Mapa da localização do Município de Santa Luzia, ano 2007.



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p.27.

As famílias que juntaram-se formando o Assentamento Quintino Lira tinham vindo de outro conflito de terra. A área a qual ocuparam fazia parte de uma reserva indígena localizada na comunidade do Bacaba, fronteira entre os municípios de Santa Luzia do Pará e Capitão Poço. Os indígenas da etnia *Tembé Tenetehara* alegavam que as terras faziam parte do seu território, diante disso, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI deu parecer favorável aos indígenas. Com a desapropriação das famílias das terras indígenas, estas ficaram às margens da rodovia PA 246, nas proximidades da Gleba Pau de Remo.

O entrevistado Raimundo Ribeiro foi um dos membros da ocupação das terras indígenas, e afirma que:

Em 2003 eu participei da ocupação das terras da comunidade do Bacaba, cheguei a ajudar a derrubar as casas e organizar a mudança para sair da terra. Ficamos na comunidade de Areia Branca próximo ao Pau de Remo. Ficamos às margens da estrada esperando uma resposta do INCRA, que havia prometido uma área para as

elétrica, água, saneamento básico e coleta de lixo). Em 28 de abril de 1991 na gestão do prefeito de Ourém-Pa Raul Mota Costa, foi realizado um plebiscito para viabilizar a emancipação de Santa Luzia do Pará, de acordo com a Lei 5.688 de Dezembro de 1991 sancionado pelo então governador Jader Barbalho. Santa Luzia do Pará passa a ser município, desmembrando-se de Ourém, Bragança e Vizeu (OLIVEIRA, 2016, p. 29).

famílias, alguns não agüentaram esperar e foram embora para outros lugares, outros ficaram esperando o INCRA, e nada do INCRA arrumar um lugar.⁶

Sem resposta do INCRA os posseiros ficaram sem saber para onde seguir. Em um determinado dia do ano de 2007 um ex-funcionário da fazenda Cambará chamado de Silvio Leôncio afirmou que o dono da fazenda não possuía documentos oficiais das terras, ou seja, as terras foram griladas pelo fazendeiro. Os posseiros se organizaram e sem orientação de sindicatos ou movimentos sociais que os amparassem na ocupação, eles foram adentraram a terra da fazenda Cambará e batizou o acampamento de Novo Repartimento.

De acordo com Nailce Verônica (2019) em seu artigo intitulado “Acampamento Quintino Lira: Memórias sobre conflitos de um território em disputa”, afirma que:

No dia 14 de setembro de 2007, depois de várias reuniões de socialização política e também debate no INCRA de Cachoeira do Piriá, aproximadamente 22 famílias camponesas, expulsas da área indígena Tembê, fizeram a primeira ocupação na fazenda Cambará. As próprias lideranças ainda não tinham noção clara do tamanho da área, sendo esta composta por aproximadamente seis mil hectares. A partir de três meses já eram mais de 250 famílias compondo o acampamento com o objetivo de alcançar uma vida digna para seus filhos, moradia, educação, saúde e infraestrutura e a possibilidade de produzir (SOUZA, 2019, p. 13).

Após alguns meses de ocupação das famílias nas terras da então fazenda Cambará, inicia-se o processo de separação dos lotes para preparação do solo terras e início das plantações, entretanto as famílias não ficaram na fazenda por muito tempo. Raimundo Ribeiro (2019), aquele que orientou a entrada dos posseiros nas terras, foi o mesmo a armar “uma traição”, conforme relatos de alguns colonos, em conjunto com o fazendeiro para realizar o despejo das famílias. “Depois de dois anos Silvio se vende para o fazendeiro por doze mil reais, ele e outro posseiro conseguem levar dez famílias”, destaca Raimundo Ribeiro (2019).

Após dois anos de ocupação o fazendeiro entra com uma ação judicial contra as famílias que ocupavam sua suposta fazenda afirmando que as terras eram suas, ou seja, o legítimo possuidor do imóvel rural, e ainda ressalta nos autos do processo que as famílias possuíam casa própria e não teriam perfil de sem terras. O fazendeiro ganha o caso judicial e consegue a reintegração de posse realizando de forma imediata a expulsão dos posseiros das terras, como registra a imagem a seguir.

Imagem 03: A destruição da residência dos acampados, 2007.

⁶ Raimundo Ribeiro. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 03 de Outubro de 2019.



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p. 18.

Diante da imagem acima, os barracos que foram construídos pelos posseiros foram destruídos, assim como as plantações. Com a desapropriação da fazenda os posseiros voltam para as margens da PA 246 na expectativa de retornarem para as terras.

Imagem 04: Os posseiros foram deixados na beira da PA- 246 - 2007.



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p.18.

Diante da situação em que essas famílias estavam passando, as principais lideranças dos posseiros foram em busca de apoio dos sindicatos rurais e movimentos sociais.

A autora Nailce Veronica (2019) explica que, em março de 2010

fatos marcaram a história da luta e levaram o acampamento a se reestruturar significativamente. De um lado, houveram algumas dissensões dentro do acampamento que levaram certas lideranças a se articularem com os fazendeiros locais, enquanto, do outro lado, os familiares de José Valmeristo passaram a defender que somente com uma articulação com o MST seria possível vencer a luta

contra o fazendeiro. Assim, alguns acampados se dirigiram rumo à cidade de Belém com o objetivo de procurar amparo com algumas lideranças do MST, sendo uma delas o João Batista. Enquanto os acampados se articulavam com o MST, o fazendeiro avançou na articulação com a polícia, a gestão municipal e estadual e procurou outros mecanismos para reprimir os camponeses. O fruto desta reorganização através da aproximação com o MST foi, inclusive, um processo de autoconhecimento e de adoção de uma forma de luta, resistência e organização. Um exemplo direto deste processo foi o fato de que as famílias acampadas passaram a se organizar em grupos de segurança, disciplina, produção, lazer e educação (VERONICA, 2010, p. 19).

A partir daquele momento, os acampados conseguiram se alinhar ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O MST entra na luta em favor das famílias e afirma que a ação de despejo foi indevida e violenta, afirmando que o fazendeiro não possuía o documento emitido pela Vara Agrária de Castanhal.

O MST em seu site oficial emitiu uma nota de repúdio sobre essa violência.

A Polícia Civil do Pará, em conjunto com pistoleiros, invadiu o acampamento Quintino Lira, no município de Santa Luzia do Pará, e fizeram um despejo truculento das 200 famílias que ocupavam a fazenda Cambará, dando tiros em direção aos acampados, em torno das 19h de sexta-feira.

A polícia não tinha mandado de reintegração de posse autorizado pela Justiça e a ação foi considerada como “arbitrária” pela Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

O juiz agrário de Castanhal revogou o pedido de reintegração de posse, porque tinha sido informado pelo Incra de que a área era pública e pertencia ao patrimônio da União. Há dúvidas sobre a autenticidade do título apresentado pelo ex-deputado federal Josué Bengtison (PTB).

O Incra entrou com ação para retomar as terras e pediu a imediata revogação da medida liminar. Atualmente, o processo se encontra desaforado para a Justiça Federal de Castanhal. Até o momento, não há qualquer manifestação sobre a ação do órgão federal.

“Exigimos que o Poder Público se posicione através dos órgãos competentes para realização da Reforma Agrária no Estado Pará. Não daremos nenhum passo atrás para conquista da terra. Estamos acampados em frente a uma terra pública, chamada de fazenda Cambará, abrindo o caminho para negociação da área imediatamente”, afirma o MST do Pará, em nota.⁷

No mês de Março do ano de 2010 houve um evento relacionado ao dia Internacional das mulheres que ocorreu no Hangar (Centro de Convenções da Amazônia) na cidade de Belém do Pará com o término do encontro, um grupo de mulheres, participou de várias reuniões tanto em Belém, quanto no acampamento para decidirem o nome do acampamento. Por meio de voto democrático fica decidido que o território será chamado de Quintino Lira (SOUZA, 2019, p. 15).

Nesse momento faço uma pausa sobre a história e memória do Assentamento Quintino Lira para fazer as seguintes indagações sobre o personagem Quintino Lira. Quem foi ele?

⁷ MST. *Polícia Civil faz despejo violento sem mandato no Pará, 14 de junho de 2010*. Disponível em: <https://mst.org.br/2010/06/14/policia-civil-faz-despejo-violento-sem-mandado-no-para/>. Acesso em: 22 de Janeiro de 2021.

Qual a importância de Quintino para esses acampados? Porque todos escolheram o nome dele para representar o seu território?

Quintino Lira da Silva era é um homem comum, como todos os outros colonos. Morava na região de Viseu – PA e era conhecido pelo povo como amansador de bois e burros bravos. Ainda jovem, saiu de casa para se casar, seguindo para o município de Primavera onde passou a ser perseguido por uma questão de posse de terra (LOUREIRO, 2001, p. 234).

Quintino morava inicialmente na comunidade do Broca, depois vai viver na comunidade do “Pau de Remo onde ocupa um lote de terra. Na oportunidade reuniu-se a um grupo de posseiros sem-terra que invadiram a Fazenda Libório, todavia já tinham tomado conhecimento que as terras da fazenda foram adquiridas de forma ilegal, ou seja, Libório grilou os documentos da terra. Libório vendeu as terras para um empresário chamado de Paraná, dono de um posto de gasolina e morava em Castanhal-PA. O empresário Paraná da um novo nome a fazenda Libório que passa a ser chamada de Cambará e a partir desse momento o grupo de posseiros de Quintino e o fazendeiro Paraná passam a travar batalhas no campo e também por meio de ações judiciais.

Após o assassinato de um dos colonos chamado “Bragança”, Quintino Lira ainda não muito conhecido, organiza um grupo de colonos para vingar a morte do companheiro. Antes de tudo isso, a juíza da comarca de Ourém - PA, dá o parecer favorável para os colonos e ordenou que o empresário Paraná indenizasse os colonos, mas Quintino não aceitou a oferta, pois a quantia não equivalia aos danos. Nesse momento, Quintino envia cartas para o Paraná estipulando o valor que considerava justo. Paraná ignora as cartas de Quintino e no dia 27 de Outubro de 1982, escondido na estrada nas proximidades da comunidade do Broca, Paraná é morto por uma descarga de cartucheira (CUNHA, 2000, p. 147).

Quintino realiza seu primeiro ato de justiça com as próprias mãos e passa a realizar uma série de atos que o torna conhecido em toda região Bragantina como o gatilheiro (justiceiro). E a partir desse momento os colonos que estão sendo “massacrados” pela empresa CIDAPAR convidam o gatilheiro para ajudá-los contra as ações dos pistoleiros e seguranças da empresa. A empresa CIDAPAR diante dos confrontos e sem conseguir parar as ações de Quintino, a empresa aciona o Governador do Estado do Pará, Jader Barbalho, que envia tropas da Polícia Militar para capturar Quintino.

Ao entrar no conflito da Gleba CIDAPAR, Quintino passa a virar notícia em jornais de maior circulação no Estado do Pará, no caso, *O Liberal* e a *Província do Pará*. Estes periódicos ficaram responsáveis por noticiar e passar a imagem de popularização do pistoleiro, o gatilheiro que luta em favor dos pobres colonos. Os posseiros acreditavam que

Quintino era o único a ser capaz de derrotar os pistoleiros das empresas da CIDAPAR pela coragem e a capacidade de liderança (SILVA, 2019, p. 08).

Quintino se vangloria pela sua habilidade no gatilho e se considera melhor que o lampião. O jornal *O Liberal* publica uma nota descrevendo sobre a figura emblemática do gatilheiro, vejamos o que diz a matéria.

No cerne do conflito da Cidapar, um homem arregimenta outros e ganha notoriedade: chama-se Antonio mais é conhecido por Quintino. Misto de justiceiro, com sonhos de libertador e gatilheiro – como ele mesmo se denomina – já é lenda os colonos dizem que quando ele é atacado ele vira em cachorro para poder fugir. Quintino se julga melhor que lampião, porque não mexe com mulheres e crianças, embora, como cangaceiro nordestino, viva de extorsões, e da proteção que concede. Seu bando, diz ele, tem quarenta homens mas, se quiser, pode arregimentar até duzentos nas matas e caminhos da Gleba. De onde diz ele. Só sairá quando sair o último pistoleiro.⁸

E afirma que apóia apenas os colonos, pois todos são de bem, que precisam apenas da terra para viver e trabalhar;

Eu e o povo só temos direito. Homem errado eu não apoio. Por isso, todo colono é meu amigo' Assinala. Ele esclarece que pistoleiro é aquele que é pago para matar alguém. 'nunca matei alguém pra ganhar dinheiro'. Agora cabra ruim eu mato, mato sem dó. Mas cabra bom que vive trabalhando pra viver eu não mato não'. Acentua.⁹

Quintino é convicto no seu objetivo em relação a oferecer apoio aos colonos da gleba CIDAPAR, e afirma que só sairia do conflito quando a situação estiver totalmente resolvida a favor dos colonos.

Ele responde que só pensa em largar esta vida arriscada quando a terra estiver liberada. E garante que por dinheiro nenhum pretende sair da luta. 'Se eles me derem uma Scania (carreta) cheia de dinheiro eu não quero não. Quero matar esses pestes e dar terra pros colonos viverem tranquilos. E um dia alguém vai chegar e dizer assim: essa terra se encontrava em conflito há mais de 10 anos, mas foi liberada por um homem gatilheiro, matador de cabra safado'.¹⁰

Quintino havia adquirido habilidades que foram sustentadas pelo povo da região do conflito, algo que foi surgindo no decorrer desses enfrentamentos pelos colonos que o idolatravam chamando de mito, o herói dos colonos que havia adquirido super poderes para poder se desviar das emboscadas dos pistoleiros das empresas e da polícia do Estado. Isso era mais retórica dos jornais.

A autora Juliana de Souza (2019) em sua dissertação de mestrado intitulada "Narrativas fantásticas e lendárias de Quintino Lira no Nordeste paraense, Amazônia brasileira" apresenta em seu trabalho diversos relatos de colonos, de pessoas que viveram

⁸ O Liberal, 01 de agosto de 1984. Disponível em: Arquivos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, Belém - PA.

⁹O Liberal, 01 de agosto de 1984.

¹⁰O Liberal, 01 de agosto de 1984.

próximo a Quintino, que ele possuía poderes sobrenaturais, poderia se transformar em animais ou objetos. Vejamos uma dessas falas.

Um dia tivemos que entrar na mata pra desviar da polícia, o Quintino foi avisado por um de seus informantes que a polícia estava atrás dele, pertinho da gente, então entramos na mata pra tentar escapar.

Quintino disse: - Fica quieta encostada nessa árvore e não se mexe.

Olhei pro lado e ele já não tava mais ali. A polícia chegou e vasculhou por lá, passou por mim várias vezes e não me via. Eu percebi que uma folha se mexia muito rápido num córrego que passava entre as árvores.

Então pensei: - É o Quintino virado folha.

Depois que a polícia foi embora e tudo se acalmou, o Quintino apareceu de novo pra mim e assim conseguimos fugir (SOUSA, 2019, p. 67).

A fala do entrevistado da pesquisadora Juliana de Sousa (2019) é expressiva quando relata, afirmando que Quintino, além de ter habilidades específicas, de se transformar em elementos da natureza também teve poderes de camuflar o seu amigo nas árvores fazendo com que os policiais não percebessem que também estava na mata.

Segundo a Juliana de Souza (2019), esses imaginários dos colonos fazem parte de influências dos elementos naturais místicos permeados na Amazônia, com seus elementos naturais sobre a fauna e flora, daqueles que convivem nas florestas constituindo esse lado místico, no imaginário das populações que são originárias dessa grande e vasta floresta Amazônica (SOUSA, 2019, p. 68).

Um das transformações mais emblemáticas que Quintino gostava de realizar era ser um cão. Santos em entrevista à autora Juliana de Souza (2019) afirma; que ele despistou os policiais quando estava em uma casa na Vila Nova.

O Quintino tava nesse dia descansando na casa do papai quando a polícia chegou lá na Vila vasculhando tudo, quando eles chegaram na porta de casa, o papai foi receber e disse que o Quintino não tinha aparecido por lá esses dias, mas o Quintino tava no quarto comigo,

- Quintino disse assim pra mim: Vai ajudar o teu pai a despistar a polícia.

Fui até a porta e de repente estava aquele cachorro atrás de mim, ele ficou cheirando todos que estavam por lá até um policial chutar o cachorro dizendo:

- Passa pra lá!

- Mas ele chutava era o Quintino! (SOUSA, 2019, p.75).

Outro relato emblemático de um dos entrevistados da pesquisadora sobre a transformação de Quintino em cachorro. Foi a partir do momento em que ele queria falar com um dos funcionários da empresa CIDAPAR e não foi permitida a sua entrada e acabou enganando o porteiro quando se transformou em um grande cachorro.

Tem uma história que ouvi dizer, eu não vi, mas dizem que o Quintino chegou no portão (Cidapar), porque lá tinha um portão e tinha uma corrente que impedia dos colonos passar para a BR (Figura 7), pra passar tinha que falar com os guardas, tinha que falar com ele! Do portão pra lá pro escritório do Dr. Jânio dava mais ou menos

como daqui lá na praça (300m), se o Dr. Jânio mandasse entrar a pessoa entrava e foi assim que aconteceu com Quintino.

Ele chegou e falou que queria falar com o Dr Jânio, pediu pra entrar mas veio a ordem que não podia! Como ele viu que não dava, ele voltou pra trás mas num demorou muita coisa apareceu um cachorrão preto, um cachorrão grande.

Quando chegou só fez passar direto por debaixo da corrente e foi embora.

O cachorrão veio de pé, num veio de cavalo e nem nada! Quando chegou de frente com o escritório entrou, quando o Dr. Janio olhou era o homem (Quintino).

não era mais o cachorro! Dr. Janio ligou pro portão o guarda disse que não tinha entrado nenhum homem só um cachorro grande, mas um homem não passou aqui não! Mas era o Quintino (risos). (SOUSA, 2019, p.77).

Muitas são as histórias desse mundo fantástico de Quintino, relatados pela população local por onde Quintino passou. Tais relatos históricos, para a época (década de 1980) na região, os policiais começaram a se sentir zombados. Quintino se apropria dessas situações para viver e proteger os agricultores.

O conflito fica cada vez mais perigoso, os policiais a mando do governo do Estado ficam desesperados para pegarem Quintino Lira, andam por toda a região em busca de informações. Os policiais realizam coação com moradores das vilas por onde andam, realizam o terror invadindo casas e muitas das vezes até agredindo para forçarem os moradores a denunciar o paradeiro de Quintino. No dia 30 de julho de 1984 o jornal *O Liberal* publica uma matéria intitulada “A noite da agonia”. Nas entrelinhas da reportagem, o jornal narra a noite de terror que muitos sofreram nas comunidades de Japim e Cristal por policiais que estavam à procura de Quintino.

Uma mulher abortou, crianças ficaram doentes da vista, vários homens apanharam, mulheres foram ofendidas moralmente, um homem foi torturado e teve os fios do seu bigode arrancado, um boi foi morto para servir de churrasco, casas foram invadidas, portas e janelas foram rebentadas. Este foi o saldo da diligência policial que esteve semana passada nos povoados de Japim e Cristal, para apurar o paradeiro de Armando Oliveira da Silva, o “Quintino”, o homem que se fez justiceiro dos colonos da Gleba cidapar e passou a matar pistoleiros e alguns fazendeiros da região.

Os policiais chegaram na área do conflito na segunda-feira, dia 16. Pararam na entrada do ramal que dá acesso ao Japim, localidade conhecida como km 74 da Pará-Maranhão. E ali mesmo começaram a abordar todos os colonos. Reviraram sacolas, examinaram os bolsos e tomavam qualquer arma que encontrassem. Fosse revolver, espingarda cartucheira, facão ou ate simplesmente um alicate. Os policiais chegaram comandados pelo tenente Lameira e pelo delegado Clóvis Oliveira. Na terça- feira à noite a diligencia chegou ao Japim. E aí se iniciou a “a noite da agonia”, confirme definiu um colono.¹¹

No decorrer da matéria jornalística foram diversos relatos sobre a ação dos policiais, além da pressão psicológica houve também a violência, e segundo os depoimentos das vítimas os policiais sempre perguntavam onde estava o Quintino. “Os policiais procuravam armas e faziam insistentes perguntas sobre o paradeiro de “Quintino” (*O Liberal*, 1984). os moradores

¹¹O Liberal. 30 de julho de 1984.

não podiam nem abrir as janelas da casa que já eram abordadas com tamanha violência. Segue a matéria:

Enquanto os homens da polícia iam revirando cada casa do povoado, sem qualquer ordem judicial, a população tremia de medo. As crianças choravam, as mulheres tentavam acalmá-las, mas também não escondiam o tremor e o temor de uma invasão. Quem se atrevesse a abrir uma janela era logo intimado sob mira de metralhadoras, fuzis e revólveres. “Eu já estava até pedindo logo a Deus que eles viessem logo revistar a minha casa para ver se acabava com o ‘o pesadelo’”. Disse a mulher de um colono, que preferiu não se identificar com medo de uma represália. Na casa de Evaristo da Silva, 59 anos, lavrador, os policiais se identificaram como a “polícia do governo” e enquanto revistaram tudo, alguns soldados repetiam a frase: “hoje à noite ninguém sai. E amanhã muita gente vai pegar pau”. As vezes esta frase era repetida bem alto no meio das ruas do Japim e o pânico aumentava dentro das casas.¹²

Cedo ou tarde Quintino seria morto, já era procurado por toda a região, houve mobilizações por parte do Estado e também por grandes fazendeiros. A ordem era “vivo ou morto”, a repercussão era Nacional. Essa guerra foi suficiente para que os empresários realizassem grandes exigências ao governador Jader Barbalho, a prisão de Quintino.

Casas foram invadidas por soldados e jagunços, mulheres e crianças agredidas. A liberdade e a garantia dos direitos humanos foram violadas. O que era de muito importante nesse momento era capturar Quintino.

Até que o dia tão esperado por fazendeiros e pelo próprio Estado do Pará; chegou. A morte foi de maneira inesperada e covarde, um morador chamado Raimundo Batista mais conhecido como “Dentista” que não era colono, denuncia onde Quintino estaria visitando um amigo na comunidade de vila nova em uma determinada data. O capitão Cordovil da PME comandava uma junta de 30 homens que caçavam Quintino Lira. De acordo com a autora Violeta Loureiro (2001), Quintino é convidado para tomar um mingau na casa do seu amigo Flor, estavam na casa três homens e família de Flor, a casa estava fechada somente com a luz de lamparina, pois estava chovendo muito. Um menino que estava com eles na casa percebeu a movimentação do lado de fora, e teve a conclusão que era os policiais que tinham cercado a área da casa, todos se esconderam, enquanto que Quintino foi observar pela brecha da porta a movimentação, concluiu que os policiais estavam a sua procura. Quintino estava desarmado e sabia que estava cercado, a solução foi correr mata adentro, mas logo foi atingido por dois tiros nas costas, morreu no local sem ter nenhuma chance de defesa.

A versão do capitão Cordovil foi que, Quintino estava com o seu bando e reagiu com tiroteios aos policiais. Vejamos o que diz a matéria do jornal.

¹²O Liberal. 30 de julho de 1984.

Em duas palavras o capitão Cordovil, comandante da patrulha de vinte homens que se defrontou com “Quintino”, na localidade de Vila Nova, resumiu o assunto: “Ele reagiu”.

Cordovil contou, já em Belém, que de acordo com a orientação do coronel Cleto, comandante do Batalhão da Polícia militar de Castanhal, a tropa em Viseu foi dividida em patrulha de vinte homens, cada, cabendo-lhe o comando de uma. Ele soube que Quintino se encontrava na localidade de Vila Nova, participando de uma festa de aniversário na casa de seu amigo “Florzinho”. Formou a tropa e foi para o local. Cercou a casa. Na narrativa do oficial, quando deu voz de prisão, Quintino saiu atirando, e, com ele, três de seus homens do bando: “Bateia”, Mão de Sola” e “Bodão”. Travou-se o tiroteio e Quintino tombou com um tiro no coração.¹³

O capitão Cordovil passa com o corpo do “gatilheiro” por Capitão Poço para mostrar aos empresários e fazendeiros que Quintino realmente estava morto e comemoraram com fogos. A partir desse momento o corpo é levado para Belém, mas retorna para Capanema onde é enterrado e forjado um laudo afirmando que Quintino havia reagido com seu bando, conforme o depoimento do Capitão Cordovil.

A família de Quintino, especialmente a sua mãe, reclama o corpo para que seja enterrado em sua terra natal, São José do Piriá, ao lado do Pai. Contudo com a pressão dos colonos ao Governo do Estado a justiça permite que Quintino seja desenterrado para seja realizado um novo laudo que confirma que Quintino realmente foi morto por tiros e que não houve nenhuma reação por ter sido atingido por dois tiros nas costas. O corpo foi entregue a família e foi seguir em romaria por uma multidão de lavradores. Para demonstrar suas últimas homenagens, o corpo passou por várias localidades. Na Gleba CIDAPAR havia cerca de 35 localidades onde os moradores foram ver de perto, depois foi à Viseu, Bragança, Km 47, Capitão Poço, Ourém e demais localidades (LOUREIRO, 2001).

Quintino Lira passa a ser um mártir para a história agrária de Santa Luzia do Pará e demais regiões do Nordeste Paraense como um homem que era apenas um sem terra e que passou a ter um papel principal no processo de luta pela terra. A memória de um homem, que deixou tudo para lutar em favor de colonos, portanto Quintino se torna uma figura de representação como herói dos colonos e passa a ser a força ideológica para não desistir de lutar por terras.

Os professores da Escola José Valmeristo utilizam a história de Quintino Lira explicando a importância desse personagem que lutou a favor dos colonos na “gleba CIDAPAR”. O objetivo de batizar o nome do Quintino no assentamento, parte do princípio de identidade como sem - terra. Nesse sentido, os colonos tornam-se agentes defensores da

¹³O Liberal, 06 de janeiro de 1985.

terra. Além do nome do assentamento, a escola recebe um nome de outro mártir que lutou pelo acesso à terra e sua permanência.

José Valmeristo era um jovem morador da comunidade Pau de Remo, casado e pai de cinco filhos, trabalhava como agricultor nos pequenos lotes de terras que dividia com o seu pai. Ao saber das notícias sobre a ocupação das terras da fazenda Cambará, imediatamente se junta ao grupo dos sem terras. Valmeristo se destaca entre as lideranças do movimento, tornando-se influente e querido entre todos os colonos. Segundo a autora Nailce Veronica (2019).

José Valmeristo Soares, com 29 anos de idade, casado, pai de 5 filhos e conhecido como “Caribe”, era um dos líderes do acampamento. No dia 02 de setembro de 2010, depois de receberem uma intimação no acampamento entregue por policiais militares, os mesmos se dirigiram para a sede do município de Santa Luzia do Pará para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No sindicato ocorreria uma reunião para uma rodada de negociações. Entretanto, durante o percurso, ambos tiveram a viagem interrompida. Na ponte do Pedral, entre as comunidades da Bela Vista e do Broca, os mesmos foram abordados por pistoleiros fortemente armados, sendo que ambos tiveram seu veículo roubado e foram sequestrados para serem executados na estrada do Cacoal, no município de Bragança, em fazenda também pertencente a Marcos Bengson (SOUSA, 2019, p. 16).

Conforme depoimento de João Batista Galdino, conhecido como Clone, “a polícia chamou a gente para prestar esclarecimentos na delegacia de Santa Luzia, quando chegamos no meio do caminho em um ramal, dois policiais em uma viatura pararam a gente e nos levaram para o mato”. Clone conseguiu escapar e fugiu mata adentro, porém seu amigo Caribé não teve êxito ao fugir e foi morto a tiros pelos jagunços.

Militante e um dos líderes influentes do MST no Pará, Ulisses Manaças, em entrevista com o professor José Sobreiro, apresenta números de mortes de 1996 a 2016 divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

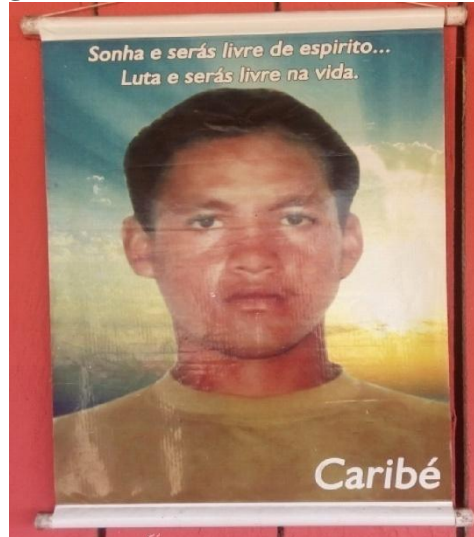
Aqui, nós temos segundo os números da CPT, num cálculo bem mais recente que fizemos desde 1996 que foi o ano do massacre dos Carajás até o ano de 2016, tivemos 801 assassinatos. Isso sem contar os 36 assassinatos que nós tivemos agora em 2017. Até agora em 2017 foram então 837 assassinatos no campo no Brasil e desses, no Estado do Pará, foram mais de 300 assassinatos até meados de 2017. Por que nós pegamos só desde a contabilidade de 96? Porque 96 foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás e foi na verdade um marco, um divisor de águas. Porque os movimentos sociais foram se dando conta ao mesmo tempo de que as forças de repressão do Estado são colaboradoras do processo de violência.¹⁴

Em 2019, de acordo com os relatórios da CPT, o Brasil apresentou nos últimos 14 anos o maior número de conflitos no campo. José Valmeristo, virou mais um dado estatístico

¹⁴SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U, 2018, p.380-381.

da violência no campo. Mesmo com a morte de Valmeristo o suposto mandante do crime e o fazendeiro não se intimidou, continuando com as repressões e ameaças para desestimular os moradores do assentamento Quintino Lira.

Imagem 05 - José Valmeristo (Caribé), 2019.



Fonte: Arquivo pessoal do Autor.

João Batista Galdino, conhecido como Clone, consegue chegar a uma comunidade conhecida como Jararaca. Chegou a percorrer quase quinze quilômetros por dentro da mata. Chegando a uma localidade, solicita para um dos moradores que entrem em contato sua tia Lúcia Machado. Esta recebe a ligação do seu sobrinho, que imediatamente vai para a delegacia de polícia civil de Santa Luzia do Pará e realiza um Boletim de Ocorrência relatando todo o fato ocorrido com o Clone.

Em seu depoimento, Lúcia Machado relata que João Batista estava na casa do presidente da comunidade do Jararaca pedindo socorro. João informa a Lúcia que, “botaram para matar nós”. Em seguida relata que na estrada teria sido abordado por uma caminhonete preta ocupada por três seguranças do proprietário da fazenda Cambará. Eles foram levados para um lugar distante e que em um determinado local os pistoleiros começaram a efetuar diversos disparos com suas armas. Lúcia pede apoio da Polícia Militar. Vejamos um trecho do Boletim de Ocorrência.

A declarante pediu para João Batista permanecer no local, pois iria pedir apoio a polícia; que comunicou o fato e pediu apoio ao comandante do destacamento da polícia militar, SGT Barbosa, para resgatar João Batista e procura Caribé, que poderia está baleado; que o sargento ligou para os superiores e relatou os fatos, tendo recebido autorização para efetivar as buscas; que por volta das 19h: 00min horas recebeu uma ligação de João Batista , onde o mesmo declarou que já estava em Santa Luzia; que por volta das 21h:00min horas chegaram em sua residência João Batista, familiares e outros amigos de Valmeristo (Caribe); que o grupo pediu

apoio de combustível para efetuarem a busca no local onde João Batista e caribe foram dispersados; que ligou para o sargento Barbosa relatando que os amigos e familiares estavam preparados para auxiliar nas buscas; que o sargento disse que iria auxiliar nas buscas; que no período da manhã não sabendo recordar a hora, recebeu uma ligação de João Batista, onde o mesmo relatou que tinha encontrado o “caribé”, porém estava morto; que João acrescentou que precisava de um caixão e a família tinha levado o corpo para a localidade do pau de remo e não queria que a polícia fosse ao local; que diante da situação acionou a polícia de Capanema e relatou os fatos (Boletim de Ocorrência, 11/09/2010).

José Valmeristo era um jovem casado com Lucinéia Campos e era pai de cinco filhos, sua esposa relata com muita tristeza como ele era com a família.

O Zé foi uma grande perda pra nós e pra mim. Pra mim mesmo foi muito grande, porque não foi fácil, e até hoje não está sendo fácil. E você ficar em casa, e o seu marido sair para resolver questões do assentamento e não voltar mais. Quando chegar no outro dia e chega só o corpo. É um marco na minha vida. Eu passei onze anos com ele, e nós temos cinco filhos e pra mim foi uma perda muito grande, não só pra mimmas para os meus filhos. Meus filhos sentem muitas saudades dele, ele era um pai maravilhoso, sempre presente e amoroso com todos nós.¹⁵

Segundo Nailce de Souza (2019, p. 17), após o episódio sobre a morte de José Valmeristo, no período de 2010 o acampamento passou a integrar o MST. Nesse momento, os camponeses passaram a reconhecer-se como sem-terras, lutando pela garantia de seus direitos como camponeses, nas terras do acampamento.

As famílias resistiram mesmo estando em condições precárias e desumanas, todos estavam alojados em um grande barracão com lona preta. Os colonos faziam revezamentos para garantirem a segurança de todos, pois os jagunços sempre estavam em momentos de tocaia para atacar os colonos. Seus principais alvos eram as lideranças.

O nome de José Valmeristo é homenageado na escola do assentamento. Para a professora Maria do Socorro, após a construção da escola os colonos com decisão em assembleia batizaram a escola. Segundo a Maria do Socorro, José Valmeristo dizia que as crianças eram o futuro do assentamento. Dessa maneira, o nome da escola passa a ser uma referência nas aulas sobre a luta e a resistência agrária no assentamento.

1.3 - A história de luta pela escola José Valmeristo

Na Amazônia a educação do campo passa por caminhos em desafios que precisam de um olhar onde o acesso e a permanência na escola sejam oferecidos com qualidade, e garanta o acesso aos diferentes povos e culturas. “Os movimentos em defesa da educação do campo nos últimos anos apresentam-se forte com adesão de diversos sujeitos sociais, individuais e

¹⁵ MariaLucinéia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 dezembro de 2020.

coletivos, sejam governantes locais ou regionais que dialogam com o campo” ou de organizações que não representadas por governos “sendo elas, associações sindicais de trabalhadores rurais ou entre outros” (PRAZERES; CARMO, 2011 p. 01).

Nesse sentido os trabalhadores rurais sem terra do assentamento Quintino Lira, sentindo essa falta de uma educação do campo para as suas crianças decidem, a partir de suas angústias de criarem a sua própria escola. Começaram de maneira solidária onde os professores da própria comunidade que apresentavam formações na área de magistério se disponibilizaram de forma voluntária para ministrarem aulas direcionadas às crianças do assentamento. “Primeiro, quando a escola começa dentro do acampamento, ela começa de forma solidária, alguns professores que tinham formação começaram a lecionar de forma solidária aos alunos, é o que chamamos de escola itinerante.”¹⁶ Entende-se que, de acordo com a fala da professora Nailce de Souza (2020), a origem da escola inicia-se a partir desse momento, uma construção de união.

A partir do momento em que os colonos se mobilizaram para o processo de criação da escola, foram divididas quarenta e sete (47) crianças em duas turmas uma do Ensino Fundamental e outra da Educação Infantil. No momento em que o MST ingressa para a proteção e amparo da comunidade que compõe o assentamento, pouco tempo depois começa o processo de mobilização para a construção da escola. A professora Nailce de Souza (2019) afirma que

para o movimento sem terra quando se entra numa terra, a primeira coisa que tem que construir é uma escola, porque o movimento entende o seguinte, que se não houver uma escola para o filho estudar o pai acaba desistindo da terra e vai procurar um lugar onde ele possa inserir o filho dele pra estudar.¹⁷

No início do ano letivo na Escola José Valmeristo aconteceu em 2012. A escola funcionava em um antigo barracão onde ficavam os antigos trabalhadores da fazenda Cambará, sua estrutura de madeira, foi adaptada e composta por apenas uma sala de aula.

¹⁶ SOUZA, Nailce Verônica Galdino de Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

¹⁷ SOUZA, Nailce Verônica Galdino de Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

Imagem 06: Escola José Valmeristo no ano de 2011.



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p.34.

Na escola havia um total de

47 alunos, uma no turno da manhã com 23, envolvendo educação infantil, 1º e 2º ano, outra no turno da tarde com 24 alunos, referentes ao 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental. A parte física da escola é composta por: uma sala de aula, uma biblioteca, um quadro branco, uma mesa e 21 carteiras. A parte humana da escola era composta por: 47 alunos, 02 professoras e uma servente (OLIVEIRA, 2013, p. 34).

Em 2013 foi um ano muito difícil para educação das crianças do assentamento. A escola foi fechada, junto com outras escolas próximas da comunidade. Com isso as crianças passaram por situações constrangedoras na localidade vizinha (comunidade do Pau de Remo). João Batista Galdino (2019) discorre indignado que “para o não sem terra, nós somos pessoas baderrneiras, nossas crianças são chamadas de macacos, são xingados e que não era pra eles estudarem na mesma”.¹⁸

O fechamento aconteceu em 03 de Março de 2013, na gestão do ex-prefeito Adamor Aires (mandato de prefeito entre 2013-2016). Os motivos seriam os cortes de gastos e que os alunos seriam transferidos para a escola da comunidade vizinha. Para a professora Maria do Socorro (2019), que atua desde o início de sua abertura, afirma que, os motivos do fechamento da escola, seria por outras situações. “Essa escola foi fechada por motivos políticos, na gestão do governo do Adamor e Robson”¹⁹. Para a professora Nailce de Souza (2020) “O fechamento da escola foi uma tentativa dos pais abandonarem a terra, abandonarem a luta”. Quando a escola foi fechada levaram todos os móveis que havia, o que sobrou foi

¹⁸ SOUSA, João Batista. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020. 17 de junho de 2018.

¹⁹ SOCORRO, Maria. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

apenas o barracão. Nailce de Souza (2019) afirma que “quando a escola foi fechada foi retirado tudo dela, ficou só o barracão e algumas cadeiras”.²⁰

Por serem crianças, filhos de pais sem terras, por terem ocupado terras que supostamente existia um dono legal, os moradores das comunidades vizinhas o associavam os sem terra a ladrões de terras e de bois. As crianças do acampamento que foram estudar em outras localidades passavam por diversas humilhações vindas de outras crianças da escola vizinha. As crianças do acampamento passaram a deslocar-se a pé até a escola mais próxima, ficando a distância a aproximadamente 4 km do acampamento, logo, não havia ônibus escolar para transportar as crianças.

Um dos fatores primordiais para que o homem do campo se mantenha nas terras e no trabalho no campo, é o acesso à educação. “Conhecimentos e práticas tradicionais herdadas de seus antepassados” os sujeitos do campo “passam a conhecer as dificuldades causadas pela falta da escrita e da leitura”. No passado quem vivia no campo teve seus direitos negados pelo poder público local, e seus filhos passaram a se deslocar para comunidades vizinhas ou para as cidades mais próximas em busca de escolas. “Esses cidadãos sempre tiveram seus direitos fundamentais violados e já não acreditam na política pública brasileira, porque sempre foram excluídos dela.” “O campo é habitado por pessoas simples e humildes que são sempre hospitaleiros que produzem de forma sustentável a sua agricultura familiar e da pesca retiram sua principal forma de subsistência, sem ameaças significativas ao meio ambiente” (OLIVEIRA, 2013, p. 21).

Lutar pelas escolas do campo deveria ser de interesse geral da sociedade, ou pelo menos de um interesse gerado pelas pessoas que representam essa matriz das escolas do campo, de pessoas que estão inseridas nesse trabalho, podendo construir o necessário para superar situações que representam ameaças, e que visam o fim das escolas do campo. Nesse sentido uma tarefa de superação, que se torne grandiosa esse momento passa pela capacidade de estabelecer metas vinculadas a projetos educacionais que possam estabelecer a realização de uma construção educacional do campo entre a agroecologia e a base camponesa.

Segundo o autor Airton dos Reis (2015), esses trabalhadores são vistos como práticas agrárias atrasadas e de forma irracional, como se não possuíssem nenhuma capacidade de organização, seja ela coletiva ou individual, para que tenham determinadas atitudes às decisões de suas próprias vidas, ou seja, são fáceis de serem enganados por pessoas estranhas.

²⁰ SOUZA, Nailce Verônica Galdino de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

Airton salienta que essas expressões são para deslegitimar o acesso a terra, de posseiros que não possuem nem um pequeno lote para plantar e sobreviver. Eles são avaliados como pessoas sem direito, e quando se apossam das terras, estão infringindo o direito da propriedade garantido na Constituição Federal.

Uma das principais estratégias para que seja realizado o fechamento das escolas do campo tem o objetivo de enfraquecer a comunidade, pois, a escola funciona como um coração dos moradores dessa comunidade que traz a vida e a esperança. Fechando a escola a comunidade perde o seu sentido de existência.

A educação é uma importante ferramenta de resistência para os assentados, haja vista que; perseguições, ameaças e assassinatos são recorrentes no cotidiano agricultores e moradores do Assentamento Quintino Lira, para eles a educação não apenas transforma, mas também, é uma forma de *esperançar* uma sociedade mais igualitária.

No momento em que a escola foi fechada no ano de 2011, as crianças deveriam ir estudar na escola mais próxima, porém os pais não aceitaram que as crianças fossem remanejadas, com isso elas passaram um ano sem estudar. Nailce de Souza (2020) afirma que, os professores “conseguiram convencer os pais a aceitarem que as crianças estudassem na escola do Pau de Remo, até conseguirmos reabrir a escola.”²¹

Os professores, os pais e os alunos da escola “José Valmeristo” não suportando mais a situação constrangedora a qual os filhos estavam passando, organizaram-se e foram requerer a reabertura da escola no assentamento diante aos órgãos competentes. Primeiro eles se reuniram com o Conselho Tutelar para poderem tomar medidas protetivas em amparo às crianças.

Imagem 07: Comunidade reunida com o Conselho Tutelar, ano 2013.

²¹ SOUZA, Nailce Verônica Galdino de Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.



Fonte: OLIVEIRA, 2013, p.35

Os colonos entram com uma ação judicial no Ministério Público do Estado do Pará na comarca de Santa Luzia do Pará, no documento diz que:

No dia 03 de março de 2013, o Sr. PAULO VICENTE FERREIRA procurou a promotoria de Santa Luzia do Pará para solicitar providências sobre a desativação da escola que funcionava dentro do acampamento “Quintino Lira” do MST, um anexo da escola municipal da Vila do Pau de Remo. Inclusive, chegara a apresentar abaixo-assinado, de 26 de fevereiro de 2013, ao prefeito municipal, assinado pelos representantes da Associação dos Produtores Rurais do Broca, Igreja Católica do Broca STRs de Santa Luzia do Pará, SIMTEP e Movimentos dos Trabalhadores Rurais, além de pessoas da comunidade, incluindo estudantes prejudicados, de 05 a 13 anos.

Em 14 de março de 2013, os conselheiros tutelares confirmaram o ocorrido, informando os mesmos que a escola fora realmente desativada e os alunos transferidos para a Escola Municipal Raimundo Alvez de Oliveira, localizada na vila do Pau de Remo.²²

Diante do acontecimento ocorrido com o fechamento da escola, no dia 30 de abril de 2014 o Ministério Público do Estado do Pará realizou uma visita para a realização da apuração dos fatos, e foram constatados que;

a escola do assentamento que fora desativada tinha 47 alunos, os mesmos foram remanejados para as escolas de Pau do Remo e Pirucal e, atualmente, muitas crianças deixaram de frequentar a escola por falta de transporte escolar e outras iriam à pé. Os moradores reclamam dos horários de transporte dos alunos que demoravam a retornar com os alunos, pois saíam às 06h10min, retornando às 12h:30 min, quando as aulas terminam às 11:00 horas.

É importante ressaltar a importância da escola José Valmeristo para as crianças da comunidade, pois proporciona segurança e comodidade, tanto para os alunos quanto para os pais. A escola do campo tem suas peculiaridades, elas não são semelhantes às escolas urbanas

²² PARÁ, Autos de Inquérito Civil Público nº 16/2014MP/PJSLP: Título “*fechamento das escolas do assentamento Quintino Lira, Vila Cantã e condições precárias da escola São Lucas*”. 2014, p. 04.

que também apresentam as suas especificidades, “a escola do campo é uma escola que se diferencia das demais escolas pelas características que assume, diante do contexto e das necessidades de educação que possui”, existem diferenciações das escolas do campo em Santa Luzia do Pará, cada uma com suas características próprias, todas de acordo com o seu local e região que está inserida que estão voltadas cada uma ao seu “espaço cultural e social onde está inserida. Elas compreendem várias questões sociais, econômicas, de meio ambiente e de formação do ser humano se relacionando entre si e com o espaço físico e social” (ZEICH, 2017, p.103).

A professora Maria Lucinéia (2020) relata as dificuldades que os alunos passam, por causa desses horários em que os alunos saíam para a escola na comunidade próxima, e o transporte em muitos momentos não trazia as crianças de volta para o assentamento;

As crianças da educação infantil pequenas, às vezes iam sem tomar o café da manhã, às vezes não tinha o carro. O carro que levava os alunos era lá da Bela Vista para o Broca, então esse percurso era complicado para crianças, porque vinha aqui levavam as crianças e depois o carro ia para a comunidade do Broca, e só voltava meio dia (12hs) para pegar as crianças de volta.²³

O aluno Tiago Gomes (2020) relata que;

Foi difícil quando fecharam a escola, tivemos que ir para outra escola no Pau de Remo que fica um pouco longe daqui, às vezes o carro não passava aqui e tinha que ir andando quase 5 km para a escola. E pra voltar era a mesma coisa, às vezes o carro também não trazia a gente de volta.²⁴

A aluna Aldeane Moura (2020) relata que passou por momentos difíceis quando a escola fechou, pois apesar de sofrer com o deslocamento da sua casa para a escola, Aldeane afirma que sofreu discriminações por sua cor e por ser moradora de uma fazenda que foi ocupada por sem terras.

Eu ia andando a pé para a escola, às vezes meu pai me levava de bicicleta. Os outros alunos ficaram me apelidando de macaca. Tinha dia que eu não queria ir mais pra escola do pau de remo por causa disso. E pra voltar também era muito ruim, a estrada é muito perigosa.²⁵

Em visita, o Ministério Público constatou que o transporte estava em péssimas condições de uso para que fosse utilizado como transporte de pessoas e principalmente de crianças. Além da precariedade do transporte, o deslocamento era feito por estradas que não

²³ SOUZA, Lucineia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

²⁴ GOMES, Tiago. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 10 de Dezembro de 2020.

²⁵ FERNANDES, Aldeane Moura. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 10 de Dezembro de 2020.

apresentavam o mínimo de infraestrutura, vias vicinais com buracos e pontes deterioradas oferecendo grande ameaça de desabamento e risco de vida aos alunos.

No relatório de visita ficara consignado o seguinte: Ambas as comunidades onde funcionavam as escolas exigem que estas sejam reativadas, considerando os transtornos que o deslocamento para outra escola ocasiona para as crianças. De fato, o transporte dos alunos é feito em veículos sem boas condições de uso, exceto Van, que faz o percurso do Assentamento do MST à Vila de Pau de Remo. Além disso, o deslocamento se dá através de vias vicinais de péssimas condições de tráfegos, repletas de buracos, pontes perigosas e trechos escorregadios, o que põe em risco a segurança dos alunos. Por conta disso, há algumas crianças que não foram matriculadas em nenhum estabelecimento da rede oficial de ensino, pois os pais temem pelo bem estar das mesmas sendo transportadas nessas condições²⁶

Diante dessas situações descritas anteriormente, os pais inconformados com a situação constrangedora que os seus filhos estavam passando, decidiram se reunir junto ao corpo escolar para tomar medidas para resolver o problema. A professora Maria Lucineia (2020) destaca com ênfase essas ações;

Com isso os pais não ficaram conformados com a situação, decidiram se organizar juntamente com as crianças e decidiram brigar para retornar à escola para o assentamento. Daí foi uma determinação do Juiz de Santa Luzia do Pará dizendo que a escola tinha que funcionar dentro do assentamento porque era muita criança.²⁷

Segundo o site do Ministério da Educação (MEC), de acordo com os dados do censo escolar, foram fechados nos últimos 10 anos aproximadamente 32,5 mil escolas do campo e no ano de 2014, 4.114 escolas sofreram extinção no Brasil.²⁸ No Pará. Dados da Assembléia Legislativa do Estado Pará – ALEPA, nos anos 2014 e 2018 foram extintas 1.701 escolas urbanas e escolas rurais, sendo que, em 2018 das 438 escolas, 369 eram escolas do campo. “²⁹ Acredita-se que muitas dessas escolas, assim como a escola José Valmeristo que neste período de 2014 ainda estava desativada, não passou por nenhum critério de extinção que regulamenta o seu fechamento, ou seja, a prefeitura Municipal de Santa Luzia do Pará não consultou a comunidade para que ocorresse tal situação. Não houve o critério de legislação amparado na Lei nº 12.960, de 27 de Março de 2014, que diz;

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a

²⁶Jusbrasil. *Santa Luzia do Pará: MPPA ingressa com ação e requer educação de qualidade, 2014.* Disponível em: <https://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/122442221/santa-luzia-do-para-mppa-ingressa-com-acao-e-requer-educacao-de-qualidade?ref=serp>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

²⁷ SOUZA, Lucinéia, Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

²⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36761-2-enera>. Acesso em: 28 de junho de 2020.

²⁹ALEPA, *Dados apontam que mais da metade das escolas fechadas no Pará são da área rural, 25 de setembro de 2019.* Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticiadep/2143/106>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.³⁰

Maria do Socorro é professora da escola José Valmeristo desde o início de sua abertura, e nos seus relatos nas entrevistas ela diz que após o fechamento da escola, ela reuniu todos os alunos e junto com os pais foram para o fórum conversar pessoalmente com o juiz, segundo a professora Maria do Socorro (2019) diz que;

a gente correu atrás, fomos em frente, para brigar pelos nossos direitos, nesse período era Eu e a Farailde éramos as professoras, e aí corremos pra cima, e a coordenação do MST tomou a frente, daí a gente foi no fórum, e vivia trocando de juiz.³¹

O MST entra com uma ação denunciando o fechamento da escola junto à Sociedade Paraense de Direitos Humanos-SDDH, “em meados de 2013 a SSDH recebeu do MST denúncia e cópia de abaixo assinado de cerca de 100 pessoas, que exigiam o funcionamento de duas turmas do Ensino Fundamental no Quintino Lira.” Com a respectiva denúncia “No dia 1º de abril, a SDDH encaminhou representação ao Ministério Público Estadual requerendo a instauração do devido inquérito civil público” baseando-se em flagrantes que desrespeitavam o Direito Humano e a Educação, e a Constituição Federal.³²

Mariado Socorro (2019) afirma que na segunda reunião, para tentar sensibilizar o magistrado que estava atuando no Fórum de Santa Luzia do Pará, levaram as crianças preparadas para realizarem uma apresentação, com o grito de ordem dos Sem Terrinhas, porém mesmo assim, não tiveram sucesso;

Na segunda reunião, na frente do juiz levamos as crianças, e o juiz disse que ia mandar prender nós porque nós era um bando de irresponsáveis por ter levado as crianças pra lá. Com mais um pedaço de tempo, o juiz pediu pra que entrássemos com as crianças, chegando lá com as crianças, fizemos o nosso grito de ordem, porque eles são preparados, porque a gente prepara eles, e falavam que eles tinham ido atrás do direito deles, pela conquista deles, o Juiz gostou deles, gravou a musiquinha deles porque achou muito bonita e disse, vão embora que escola de vocês vai funcionar. Mas nem com isso a escola abriu.³³

É perceptível que o juiz acima citado pela professora não se importou com a reabertura da escola, primeiro o juiz usa o seu poder jurídico para realizar ameaças aos responsáveis das crianças, percebendo que as ameaças proferidas aos manifestantes não

³⁰Presidência da República Casa Civil. *Lei Nº12.960, de 27 de Março de 2104*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm. Acesso em 21 de agosto de 2020.

³¹ SOCORRO, Maria do. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

³² MST. *MPE ingressa contra prefeitura de Santa Luzia (PA) para reabrir escola do campo. 9 de junho de 2014*. Disponível em: <https://mst.org.br/2014/06/09/mpe-ingressa-contra-prefeitura-de-santa-luzia-pa-para-reabrir-escola-do-campo-2/>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

³³SOCORRO, Maria do. Entrevista realizada em 12 de dezembro de 2019.

tiveram êxito, o juiz pediu para que o grupo entrasse para uma audiência, e por fim fez com que os manifestantes acreditassem que iriam ter sua petição atendida, porém nada foi feito para a reabertura da escola, somente falsas esperanças.

O direito de uma qualidade de ensino não significa apenas estar matriculado em uma escola, significa também ter um acesso a um ensino com uma qualidade que estabeleça um aprendizado somado a uma escola estruturada de qualidade, com condições básicas de trabalho, adequadas aos profissionais e aos alunos (FERNANDES; PALUDETO, 2010, p.237).

“Não foi fácil, foi um processo lento, nossas crianças sofreram bastante com o fechamento da nossa escola. Entre 2014 e 2015 conseguimos na justiça reabrir a nossa escola”³⁴. Após o processo de reabertura, a escola passou por reformas e ampliações na sua estrutura;

Quando ganhamos na justiça, ela precisava ser reaberta de novo, daí nós também ganhamos uma ampliação e reforma na estrutura, é quando vem os moveis e eletrodomésticos para a escola, freezer, fogão, mesas, cadeiras, tudo isso retornava, e aumentou mais uma sala para receber mais duas turmas, da E.J.A e receber as turmas das série iniciais pela manhã e tarde. Abriu também uma biblioteca que também serve como sala de leitura, cozinha e refeitório.³⁵

Imagem 08: Escola José Valmeristo reformada e ampliada, ano 2018.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

³⁴ Souza, Nailce Veronica Galdino de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

³⁵ Souza, Nailce Veronica Galdino de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

Nos dias atuais, a escola José Valmeristo possui duas salas e uma biblioteca que também serve como secretaria. As turmas funcionam na educação infantil com turma de 1º ano e 2º ano pela manhã, à tarde com turmas de 4º ano e 5º ano e a noite no sistema de Educação de Jovens e Adultos – E.J.A. com turmas de 3º e 4º etapa. Na escola funciona o sistema de multiseriado.³⁶ Ao todo aproximadamente a escola tem sessenta e quatro alunos (64) matriculados e sete (7) funcionários com salários pagos pela prefeitura municipal de Santa Luzia do Pará. A escola não recebe muita atenção com relação à obtenção dos recursos para reformas e acabamentos para a melhoria da sua estrutura física. Segundo a professora Lucinéia, quase tudo que a escola tem hoje foi graças à união de todos do assentamento;

Eu acredito que agente precisa de muita coisa, e quando vem esse recurso é pra ter um foco de enxergar aqui a nossa realidade.

Você tá vendo como é a nossa sala, tudo que a gente construiu foi com nosso esforço. A escola foi construída mais através da comunidade, dos pais que tiveram ajudando. Nós professores que ganhamos pouco, mais tiramos todo mês um dinheiro pra ajudar algumas necessidades da escola também. Estamos construindo um banheiro decente para as crianças, pois eles usavam um banheiro insalubre sem condições estruturais para o uso. Todos aqui estão envolvidos nesse projeto da escola que para todos aqui. Muitos pais não sabiam ler e nem escrever, quando construímos a escola eles queriam estudar e aprender. Hoje muitos sabem e defendem a importância da escola na nossa comunidade.³⁷

De acordo com fala da professora Lucinéia a maioria das escolas que funcionam em assentamentos e ou acampamentos, são frutos de conquistas coletivas, entre a comunidade e o corpo docente da escola, bem como os demais funcionários. No geral, a comunidade tenta se defender do poder local, que quase sempre interferem nessas áreas que demonstram organização política e ideológica (CHRISTOFFOLI, 2006, p.96).

³⁶A multisseriação ou multissérie pode ser caracterizada pela reunião em um mesmo ambiente pedagógico e, sobretudo, em uma mesma sala de aula de diferentes séries ou anos letivos sob a responsabilidade docente de um único educador. O que pode chegar geralmente ao agrupamento discente de até cinco grupos diferentes de alunos que em quantidades e faixa - etárias diversas que poder ir da educação infantil à 4ª série ou 5º ano. Este único educador incumbido por uma determinada turma multisseriada assume múltiplas funções tais quais a de faxineiro, a de professor, a de merendeiro, a de coordenador pedagógico (para a interação junto aos pais, responsáveis e comunidade escolar), a de secretário da unidade educacional em que exerce sua unicência, a de cuidador (quando vem a ser o caso) e a de executor financeiro do PDDE, por vezes; além da tarefa de alfabetizador e docente de um grupo altamente heterogêneo em seus estágios cognitivos/formativos (LOPES; NETO, 2013, p. 78).

³⁷SOUZA, Lucinéia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 Dezembro de 2020.

CAPÍTULO II

O ENSINO DE HISTÓRIA NO ASSENTAMENTO QUINTINO LIRA.

Tem que estar fora de moda criança fora da escola, pois há tempo
 não vigora o direito de aprender
 Criança e adolescente numa educação
 decente pra um novo jeito de ser
 pra soletrar a liberdade na cartilha do ABC.
 Ter uma escola em cada canto do Brasil
 com um novo jeito de educar pra ser feliz
 Tem tanta gente sem direito de estudar
 É o que nos mostra a realidade do país.
 Juntar as forças, segurar de mão em mão,
 numa corrente em prol da educação
 Se o aprendizado for além do Be A Bá,
 todo menino vai poder ser cidadão.
 Alternativa pra empregar conhecimento
 Movimento já mostrou para a nação
 desafiando dentro dos assentamentos
 Reforma Agrária também na Educação³⁸
 (música: Pra soletrar a liberdade. A autoria de Zé Pinto.)

Início este capítulo com a letra da música “Pra soletrar a liberdade” do álbum “Arte em Movimento” lançado em 1998 pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A letra da música apresenta uma proposta de uma inclusão escolar para todas as crianças com uma educação diferenciada voltada para o desenvolvimento da cidadania com propostas curriculares que abrangem não apenas as crianças da cidade, mas também, as crianças do campo; em especial as crianças que estão inseridas em territórios conflituosos, marcados pela violência do campo. É nesse sentido que o MST apresenta uma educação que se torna peculiar dentro do movimento, uma educação que luta também por uma reforma agrária no campo educacional. Essas propostas que diferenciam o Assentamento Quintino Lira, e por fim a Escola José Valmeristo.

2.1 – O MST e a política de educação dos trabalhadores rurais.

O MST, a princípio apresenta um desenvolvimento e uma organização de luta, sendo que, torna-se impossível a sua compreensão no cerne da sua formação sem antes entender sobre a ocupação da terra. O movimento origina-se dos processos de ocupação da terra, e a luta pela terra tem consequências de reprodução dentro dos processos de espaços e territórios.

³⁸MST, *Album: Arte em movimento*. Disponível: <http://www.landlessvoices.org/vieira/archive05.php?rd=ARTINMOV039&ng=p&th=12&s=1&se=0>. Acesso em: 03 de agosto de 2020.

Em cada nascimento do MST nos Estados do Brasil, a ocupação sempre foi o princípio. Com isso, essas ações reproduzem materializando a existência dos sem terra e inicia-se uma construção onde a sua forma de organização alcança dimensões nas ocupações pela terra (FERNANDES, 200, p.19).

Segundo o autor Bernardo Mançano Fernandes (2000) em seu livro intitulado “A formação do MST no Brasil” enfatiza que a memória que nos ajuda na compreensão do processo de formação do MST, está escrita na história do Brasil a partir do momento em que houveram invasões de territórios indígenas, pela escravidão para a produção do território do capitalismo. Bernardo Fernandes afirma que;

Nesse processo de formação do nosso País, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, as lutas contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo. Essa memória nos ajuda a compreender o processo de formação do MST. (FERNANDES, 2000, p. 25)

O movimento dos sem terra vai surgir em um período conturbado na conjuntura política do Brasil, no momento em que estava surgindo os processos de transição da ditadura militar para a democracia. Partindo dessas premissas dos anos de 1980 a 2000 que o MST vai nascendo até consolidar-se como um dos movimentos sociais mais organizados da América Latina. Essa gênese vai ocorrer a partir dos processos de lutas de resistência da classe operária trabalhadora, que vão lutar contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O golpe de 1964 tornou-se o resultado para que não houvesse possibilidades da classe trabalhadora participar do cenário da política, lutando por seus direitos sem partilha do poder. Nesse sentido, após vinte anos de ditadura, as lutas organizadas tomaram formas tanto no campo quanto nos centros urbanos, retomando suas potencialidades.

Bernardo Fernandes (2000) aponta que o golpe acabou com a democracia e;

por conseguinte reprimiu violentamente a luta dos trabalhadores. Os movimentos camponeses foram aniquilados, os trabalhadores foram perseguidos, humilhados, assassinados e exilados. Todo o processo de formação das organizações dos trabalhadores foi destruído. Igualmente significou a impossibilidade dos camponeses ocuparem seus espaços políticos, para promoverem por seus direitos, participando das transformações fundamentais da organização do Estado brasileiro. O golpe significou um retrocesso para o país (FERNANDES, 2000, p. 41).

Na década de 1970 houvera um intenso agravo sobre a questão agrária no Brasil, quando os militares tomam as devidas providências sobre pacotes tecnológicos denominando-se de *revolução verde*, que trará privilégios de forma ampliada para os latifundiários com,

modernizações conservadoras, esmagando os pequenos proprietários. Nesse sentido, nos finais da década de 1970 ocorreu uma explosão de conflitos fundiários forçando o governo a realizar diversas desapropriações.

Com o novo modelo de desenvolvimento econômico, o governo dos militares tenta impedir o avanço dos camponeses e do seu movimento de resistência. Essa luta para a sobrevivência será marcada por uma histórica resistência camponesa. A partir desse ponto de resistência e luta dos camponeses, Bernardo Fernandes (2000) afirma que a formação do MST se dará a partir do ponto de uma ocupação da Gleba chamada de Macali.

A luta pela sobrevivência foi a marca histórica da resistência camponesa. Foi assim que em 1979, no dia 17 de setembro, 110 famílias ocuparam a gleba Macali, no município de Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa ocupação inaugurou o processo de formação do MST. As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de 60, quando o MASTER organizara os acampamentos da região. Portanto, a luta pela conquista destas terras estava registrada na memória dos camponeses, que agora participavam de uma luta maior: a luta pela construção da democracia. (FERNANDES, 2000, p. 47)

Bernardo Fernandes (2000) remonta a história do MST partindo de pequenos movimentos nas diferentes cidades e Estados com apoio da igreja católica e da Comissão Pastoral da Terra enfatizando que essas lutas dos camponeses sem – terra criaram, condições para as lutas e conquista da terra. Reforça que as lutas que ele relata na sua obra foram experiências dos primeiros momentos de vida do MST, ou seja, nesse primeiro momento de gestação, enfatiza que cada luta representa um instante da construção do MST (FERNANDES, 2000, p. 75).

O movimento foi se fortalecendo e ampliando os seus adeptos na luta pela terra, as famílias camponesas estavam participando na sua totalidade, as crianças, as mulheres, os jovens, os homens e os idosos. Essa forma de organização do MST passa a ser uma grande diferença de outros movimentos políticos. As famílias criam espaços de participação porque, para o movimento, a luta pela terra requer um envolvimento de todos. Entendeu-se que a luta não era apenas pela terra. É também pela saúde e educação, uma luta que é permanente pela busca da dignidade da vida. Quando todos estão incluídos no movimento, os camponeses se tornam potenciais pelo acesso à terra e à vida.

Bernardo Fernandes (2000) reforça que essa experiência foi além de uma participação da família, o autor afirma que todos podiam fazer parte do movimento, ou seja, aquele que desejava lutar pela reforma agrária poderia entrar para o MST. “pode entrar professor, o padre, o engenheiro agrônomo, o advogado, o técnico, o administrador e etc.” tal condição “deu consistência ao MST, que ao se abrir para a participação superou as características

típicas do movimento camponês”. Essa condição de ampliação da luta, o MST cria no seu cerne trazendo para si diversas experiências coletivas heterogêneas de participação sem perder a sua verdadeira identidade, a camponesa. (FERNANDES, 2000, p. 84 – 85)

No ano de 1989 o MST, inicia o processo de expansão de território no Estado do Pará. Em 1990 no mês de Janeiro o MST realiza a sua primeira ocupação, que ocorre no município de Conceição do Araguaia, cidade localizada no Sudeste do Pará. A ocupação ocorreu em uma área da fazenda Ingá, cerca de cem famílias realizavam essa ação. Outra parte dessa mesma fazenda, com uma área de aproximadamente 15.000ha estava ocupada por posseiros resistindo a diversas violências e mortes por parte dos jagunços. Nesse período o Pará já era considerado um Estado com maior número de violência e morte por questões de terras.

No ano de 1995, o MST encarrega-se de ocupar com mais de mil e quinhentas famílias uma fazenda improdutivo chamada de Macaxeira com extensão de 42.000ha. Sem resposta do Estado e dos órgãos competentes para realizarem a desapropriação para as famílias. Ficaram acampados durante cinco meses em frente ao órgão Agropastoril da cidade de Curionópolis aguardando o resultado da vistoria das terras da fazenda Macaxeira. O resultado da avaliação constou que o latifúndio estava classificado como produtivo. Sem mais negociações, os Sem-terras ocuparam a fazenda e organizaram a resistência contra os jagunços e a polícia. O Incra começou a realizar negociações com os Sem-Terras, mas não houve sucesso, o que as famílias queriam mesmo era a fazenda Macaxeira. No dia 10 de abril de 1996, aproximadamente duas mil pessoas iniciaram uma marcha para Belém – Pa.

Sobre a situação, Bernardo Fernandes aponta que

no dia 16 de abril de 1996, quando chegaram na “curva do S”, em Eldorado dos Carajás, os sem-terra decidiram bloquear a rodovia PA-150, como forma de pressionar o governo para a negociação e exigir comida. Com o bloqueio, o governador enviou um comandante da polícia militar de Parauapebas para negociar. Ficou acordado que, se a rodovia fosse liberada, o governo enviaria 5º ônibus para os sem-terra fossem até Marabá, onde haveria negociações com o superintendente do Incra. Às onze horas do dia 17 de abril, foram informados pelo comandante que o acordo não seria cumprido. Os sem-terra decidem bloquear a rodovia novamente. Às 16 horas chegaram dois batalhões da Polícia Militar: um vindo de Marabá e o outro de Parauapebas. E não vieram para negociar. Chegaram atirando e jogando bombas de gás lacrimogêneo. Os sem-terra tentaram reagir com pedra e paus e com as armas que tinham. Aconteceu o massacre. Segundo dados oficiais foram dezenove mortos (FERNANDES, 2000, p. 209).

A repercussão foi internacional. O autor Antonio Jesus Pereira (2020) em sua tese de doutorado “O massacre de Eldorado dos Carajás/PA (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: Narrativas dos sobreviventes e formação Política.” Enfatiza em sua pesquisa em entrevista com os sobreviventes que carregam graves seqüelas psicológicas pelo momento de

terror que viveram no massacre. “A chacina de sem-terra na ‘curva do S’ mudou a vida dos sobreviventes”, Antonio afirma que eles não conseguem mais realizar as suas atividades diárias como o manejo da terra, o plantio do alimento, por ainda sofrerem com as seqüelas deixadas pelo massacre. Vejamos um trecho do depoimento de um dos entrevistados do autor:

Eu lembro de muita tristeza, muita perda, muito sangue derramado e muita gente apavorada, desesperados e muitos mortos, muitos espancados. Até hoje tem gente que só tem um olho e usa outro que não era dele mesmo, porque perdeu no massacre, e tem muita gente que sofre demais e demais. A gente sofre até hoje com isso, era um momento de alegria, que nós íamos seguindo para Belém para conseguir nossa terra, que era o nosso objetivo, que era ter uma terra para a gente conseguir trabalhar para viver igual eu estou vivendo hoje. Eu estou parado e fico lembrando daquilo que aconteceu, eu tento estar feliz, mas quando eu lembro do que aconteceu, de tantas pessoas que a gente perdeu para hoje estar aqui, aí a tristeza vem, bate a tristeza, porque era o que eles queriam também, era estar aqui hoje que nem eu estou e outros estão (PEREIRA, 2000, p. 76).

O depoimento do sobrevivente apresenta muita aflição e dor da perda de seus companheiros, as memórias não se apagaram muito fácil na memória de todos os que testemunharam o massacre.

Diante do ocorrido e da ação truculenta da polícia sobre os sem-terra, o autor Fernando Alberto (2018) em seu artigo “Eldorado foi um divisor de águas’: rupturas e continuidades durante o processo de especialização do batalhão de polícia de choque da Polícia Militar do Pará, a partir do confronto em Eldorado de Carajás/Pará (1995-2009).” Enfatiza que após o caso fatídico do massacre houve cursos especiais de treinamentos para os batalhões de operações especiais que tratam especificamente os processos de reintegração de posse. Fernando (2018) afirma que o caso foi um divisor de águas dentro das instituições militares, resultando em qualificações técnicas dos militares.

No Pará, o MST se organiza em quatro regionais. No Nordeste paraense é chamada de Regional Cabana fazendo uma ênfase ao processo da luta revolucionária da cabanagem ocorrida no período Regencial. As outras três estão localizadas nas regiões do Sudeste e Sul do Pará, são elas: a Regional Araguaia; a Regional Eldorado; e a Regional Carajás. A formação da Regional Cabana teve início na segunda metade da década de 1990, logo após o massacre de Eldorado dos Carajás (SOUSA, 2019, p.08).

Nailce Verônica (2019) afirma que os produtos desses fatos históricos resultam numa expansão na região nordeste do Estado do Pará, uma consolidação de assentamentos e surgimentos de acampamentos nessa referida região. A autora apresenta lista no total de seis assentamentos e sete acampamentos. Nesse sentido autora também destaca que;

A aproximação com as universidades, através de políticas públicas de caráter popular que avançam na democratização do ensino, são muito relevantes nesse processo. Desta forma, a Educação tem sido uma das principais trincheiras de luta, resistência e fortalecimento do território camponês. Em outras palavras, isso significa um expressivo avanço para aqueles sujeitos que, por não serem contemplados com uma educação igualitária e não serem atendidos por um processo seletivo que reconheçam as suas especificidades, conseguem, sobretudo através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), alcançar e usufruir de espaços que muitos camponeses e camponesas jamais teriam tido acesso. (SOUZA, 2000, p. 09).

O MST não tem apenas em seus pilares de formação e organização social na posse, ocupação e luta pela terra, mas também projetos pedagógicos inseridos na sua educação especificando o principal objetivo educacional formando ideologicamente os sem-terra cujo interesse e o foco é a busca pela legitimação da terra. Roseli Caldart (2000) em seu livro “Pedagogia do Movimento Sem Terra” afirma que;

Ver o MST como sujeito pedagógico significa trazer duas dimensões importantes para a reflexão da pedagogia, que, por sua vez, também podem ser vistas como componentes do movimento sociocultural maior em que se insere a formação dos sem-terra. É também na pedagogia, pois, que podemos identificar os sinais desta cultura com forte dimensão de projeto (CALDART, 2000, p.199).

A autora destaca que umas das dimensões desses projetos referem-se a determinados personagens inseridos em um cenário reflexivo pedagógico. Dessa forma:

hoje o MST passa a ser reconhecido pela sociedade como detentor de uma prática e de uma teoria de educação dos sem-terra, quando aos poucos também passa a ser considerado como um interlocutor nas questões da educação em geral, e quando afinal conseguimos situar isto nesta totalidade maior que é o Movimento como sujeito educativo, temos então dois novos (para alguns, inusitados), sujeitos da discussão pedagógica: um movimento social, e um grupo social específico, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais sem-terra (CALDART, 2000, p.200).

Pensando nesses pontos analisados sobre as propostas pedagógicas do MST, é perceptível que tais propostas de educação do MST passam de uma simples escolarização para um nível de possibilidades que podem abarcar um conjunto de organizações e ordens que passa a ser impossível de ser implementada dentro de outros espaços escolares que não sejam de especificidade do MST. A educação organizativa é um dos pontos a ser destacado, pois é uma prática que necessita das crianças deslocamentos fora dos espaços escolares, que são as caminhadas, marchas, encontros e congressos.

O dualismo na educação brasileira é marcado nos meios escolares no decorrer da história. Existe a escola para o pobre estudar, onde o sistema pedagógico é voltado para uma formação técnica profissional, e uma escola voltada para a elite com um sistema pedagógico voltado para a preparação de cursos superiores elitizados. O MST quebra esse ciclo histórico visando uma escola que precisa e deve ser diferenciada especificamente para o meio rural,

exigindo uma educação de qualidade com financiamento público, mas que a gestão desse ensino seja organizada pelo movimento.

Roseli Caldart (2000) destaca que a pedagogia do MST não é uma prática nova nas civilizações, afirma, que essa matriz por uma organização da massa e que luta por seus direitos são tão antigos quanto a humanidade, mesmo que, embora tal pedagogia não seja aceita em suas metodologias pedagógicas. Vejamos abaixo um trecho da fala da autora.

O MST educa os sem-terra, pois, pondo em movimento uma matriz pedagógica tão antiga quanto a humanidade, embora de modo geral desconsiderada como tal pela pedagogia. Nas pedagogias mais tradicionais a educação é vista exatamente no contraponto da luta, sendo a ordem seu valor mais precioso. Por isto, a educação é vista como sinônimo de socialização passiva, de integração à sociedade, de aprendizado da obediência ou até do conformismo pessoal e social. Por outro lado, nas pedagogias que se colocam em uma perspectiva de participar dos processos de transformação social, o predomínio da pedagogia da palavra, seja como apelo à conscientização ou como denúncia da alienação provocada pelas condições sociais, de modo geral também não concede lugar de destaque para a dimensão pedagógica da própria ação de lutar. A educação é vista como preparação ou conscientização para a luta, ou como reflexo de condicionamentos sociais que a impedem (CALDART, 2000, p. 214).

O MST com o seu projeto de educação apresentam como foco central a preservação de suas conquistas visando uma dinamização ao dar novos modelos de produção rural no Brasil. Desse modo a autora Maria José Castelano (2013) salienta que,

a educação funciona como um elemento ideológico fundamental. É uma ideologia de mobilização social. Ao contrário da atuação prática dos partidos institucionalizados, que buscam a resolução no parlamento, o MST inverte esta lógica. É a movimentação social que garante a sua própria lógica. A política é instrumental. O Estado é garantidor da sua preservação, daí a luta pela cidadania política. Daí ser uma educação para a Reforma Agrária. Educar para formar militantes e na militância (CASTELANO, 2013, p. 12).

No Pará o MST adentrou nos processos escolares em Acampamentos e Assentamentos introduzindo seus projetos pedagógicos para que as ocupações das respectivas áreas de conquistas se mantivessem com legitimação da posse da terra dando sentido ao seu uso de produtividade. O Estado, contudo deveria dar apoio aos projetos, no entanto ele menospreza as ações pedagógicas porque entende junto ao poder latifundiário que é um saber pedagógico perigoso para o sistema capitalista, que visa apenas uma mão de obra para o mercado de trabalho. Nesse sentido, entende-se que os ataques às escolas do campo, em especial aquelas que são construídas e organizadas pelo MST, tem por objetivo tirar as forças desses movimentos que atuam no campo.

“A escola dentro de acampamentos e assentamentos passa a ser de suma importância para que esse projeto pedagógico seja formado seguindo a idéia de educação que seja própria do movimento, não exterior”. No entanto isso permite que a relação entre identidade e luta

pela terra seja vinculada à educação, para que sejam fortalecidos os principais coletivos como os Sem Terrinhas e a Juventude MST, para que esse modelo de educação do campo que passa por especificidades que tenha um modelo de educação respeitando os modos de vidas dos camponeses em seus diferentes espaços rurais (FREITAS; SILVA, 2020, p. 09).

No Assentamento Quintino Lira, o MST busca propor determinadas práticas pedagógicas para que possam entrar em diálogo com os meios sociais que os alunos da escola estão inseridos, é uma proposta diferenciada, criada e organizada de acordo o relógio da natureza, é uma ação onde a natureza determina os dias letivos que são propostos pela própria escola.

Nesse sentido, Roseli Caldart (2000) divide os processos educativos básicos que o MST insere na formação dos Sem-terra em cinco matrizes, e na quinta matriz intitulada “Pedagogia da história” ou: “como os sem-terra do MST se educam cultivando sua memória e compreendendo a história (CALDART, 2000, p. 234)”. Enxergar que cada situação de um movimento em particular em especial no território do Assentamento Quintino Lira, fazendo as relações do seu tempo entre passado, presente e futuro realizando a compreensão do seu histórico de conflitos problematizando que suas relações partem de uma totalidade maior. No próximo tópico a partir dessas premissas é que serão analisados a História e o Ensino de História na escola José Valmeristo. Trazendo para a discussão teórica metodológica as práticas pedagógicas dos professores e as principais ferramentas utilizadas para ministrarem a disciplina História para seus alunos, os desafios e os relatos de suas experiências docentes, para a prática do ensino.

2.2 – O Ensino de História, memória social no assentamento Quintino Lira.

O Ensino de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental ainda é muito pautado nas histórias tradicionais voltada para os grandes nomes e seus grandes feitos na humanidade, não tem sido fácil quebrar com determinados paradigmas para fugir de um ensino tradicional da disciplina de História, cheios de conceitos positivistas que constroem amarras tanto no professor quanto no aluno. “logo, é importante que a disciplina não se limite a ensinar datas cívicas ou exaltar heróis nacionais” (CARNIEL, 2019, p.05)

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, “a História do Ensino Fundamental – Anos iniciais contempla, antes de mais nada, a construção do sujeito.” Esse

processo deve iniciar a partir do momento em que a criança toma consciência da existência do seu “Eu” ou do “Outro”. (BNCC, 2017. p, 405).³⁹

A partir do 4º ano do Ensino Fundamental, é necessário apresentar o aluno qual é o seu lugar. É nesse sentido que a História da sua comunidade, o local em que se vive passa a ser o seu objeto de estudo, fazendo as possíveis diferenciações sobre o urbano e o rural e qual a importância desses conceitos para entender qual território está inserido. Nesse sentido é importante ressaltar que nos anos iniciais, do ensino fundamental da educação básica “conceitos empregados do componente curricular de História sejam trabalhados e que o ensino deve partir dos conhecimentos do discente através do seu cotidiano, vivências e sua localidade.” No 5º ano, a BNCC enfatiza os estudos e conhecimentos históricos e suas diversidades entre os demais povos e culturas e suas formas de organizações (CARNIEL, 2019, p.05)

A BNCC (2017) não apresenta de forma satisfatória o ensino aprendizagem de determinados conceitos como local, regional ou global, os autores Amorim e Souza (2019) explicam que;

Essa competência desconsidera a agricultura camponesa que tem por finalidade uma produção voltada para família dentro de uma escala de produção que é somente local e que não provoca ameaças. Destaca-se que, não tem como manter uma consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global se o sistema do capital atua na contradição, ou seja, para garantir sua expansão há necessidade de destruir, inclusive transformando a semente crioula que historicamente pertenceu aos camponeses em semente transgênica (Organismos Geneticamente Modificados) (AMORIM; SOUSA, 2019, p. 140).

Em relação a essa discussão que os autores trazem na citação acima, o MST acredita que a BNCC de 2017 apresenta inconsistências na sua elaboração afirmando; que as respectivas ações do Ministério da Educação – MEC, “e de seus “especialistas” desejam impor à educação a dita “lei da mordaca” que, no fundo, as regras visam censurar a troca de conhecimento dentro da sala de aula”, ou seja, de prejudicar uma formação de sujeitos críticos.⁴⁰ Diante dessas questões em que o sistema curricular imposto pela BNCC apresenta lacunas ou proposições que não estão em conformidades com as realidades dos sujeitos sociais que vivem no campo. Nesse ínterim, de acordo com Amorim e Souza (2019);

³⁹ MEC. *BNCC, Base Nacional Comum Curricular. 2017.* Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

⁴⁰ MST. *Educadores do MST socializam experiências e debatem a Base Nacional Curricular. 24 de julho de 2018.* Disponível em: <https://mst.org.br/2018/07/24/educadores-do-mst-socializam-experiencias-e-debatem-a-base-nacional-curricular/>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

O currículo promovido pela BNCC não contempla o ensino contextualizado do campo, pois, no campo, a vida cotidiana dos camponeses é marcada por elementos que os caracterizam: a) força de trabalho familiar; b) trabalho acessório; c) trabalho assalariado; d) propriedade da terra; e) socialização camponesa; f) meios de produção; g) jornada de trabalho. Os referidos elementos não podem ficar fora, mas dentro dos currículos das escolas, de modo que eles sejam os norteadores do processo ensino-aprendizagem (AMORIM; SOUSA, 2019, p.140).

A prática do Ensino de História⁴¹ na Escola José Valmeristo passa por estratégias pedagógicas diversificadas, os professores precisam criar estratégias metodológicas para lecionarem a disciplina de História nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Não existe um material específico curricular que apresente em seu conteúdo questões relacionadas à disciplina de História voltada à realidade dos alunos da Escola José Valmeristo.

Diante de tais lacunas existentes no âmbito escolar os professores se utilizam de seus próprios materiais para poderem apresentar conteúdos voltados as suas próprias realidades. Em entrevista, a professora Farailde Santos conta que realiza aulas teatrais e poesias para reconstruir a História do Assentamento com as crianças das séries iniciais. Também informa que os alunos já possuem um conhecimento prévio sobre o histórico de conflitos corridos no início do processo de ocupação do Assentamento até os dias atuais.

Farailde Santos afirma que;

Os alunos, as crianças tem noção desde casa, eles tem noção do acontecimento desde a entrada dos posseiros nas terras da fazenda, por relatos dos pais, tanto nas reuniões com os moradores ,tanto na escola que nós professores vem narrando, apresentando e contando toda a história de luta, de dor, de sofrimento e de violência, através de rodas de conversa, leituras da história de Quintino Lira que é o nome do nosso assentamento, nós temos um livro dele aqui na escola. Retratar a mística, o teatro e a poesia. Aí, nos apresentamos um pouco da História tanto do assentamento quanto a do Quintino Lira.⁴²

O livro mencionado pela professora Farailde Santos é do autor Nazareno Tourinho intitulado “Quintino bom de briga defensor dos sem terra”. Nazareno é conhecido como um dos mais importantes dramaturgos da Amazônia. O livro sobre Quintino é um dos últimos

⁴¹“Os anos 1980 forma palco de muitos debates embates sobre a educação de maneira geral e para o ensino de história em particular. Com a crise do regime militar e o processo de redemocratização, retomou-se a discussão em torno da necessidade de promoção de mudanças no ensino de história. No início da década, novos programas e propostas metodológicas para o ensino surgiram como desafios de transformação em algumas escolas brasileiras.

“As investigações sobre o ensino de história que surgiram a partir desse período foram motivadas pela premência de reflexões fundamentadas sobre aspectos tanto político-ideológicos quanto curriculares e metodológicos.” (LIMA,2014, p. 51).

⁴²ROCHA, Farailde. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

inscritos pelo antes de seu falecimento aos oitenta e três anos de idade. Vejamos um trecho do livro;

ATO ÚNICO

Cena 1

Tabuleta: DOCE ESPERANÇA EM TERRENO ABANDONADO

(Quintino se ocupa em desmatar o solo, auxiliado por dois outros lavradores.)

QUINTINO – Neste pedaço eu planto milho, arroz, mandioca e feijão, o bananal vai ser mais adiante.

LAVRADOR UM - No município de Ourém a terra é boa.

LAVRADOR DOIS – principalmente aqui em Broca, perto do quilômetro setenta da Pará-Maranhão.

QUINTINO – Tomara que desta vez eu tenha acertado, o terreno seja do governo. Já tentei fazer a minha roça em outros lugares, mas sempre, depois de muito trabalho, quando começo a ter algum lucro com a colheita, aparece alguém para dizer que a terra lhe pertence. Antes de eu vir pra cá um fazendeiro me expulsou de um terreno perto do município de Primavera.

LAVRADOR UM -- Por que você concordou em ser expulso?

LAVRADOR DOIS -- Devia ter peitado o tal fazendeiro.

QUINTINO – Detesto briga, sou de paz. Se não tivesse mulher e filhos para sustentar, se não precisasse garantir o futuro da família enquanto sou novo e tenho saúde, acho que não teimava mais em ser agricultor, na esperança de prosperar na vida. Voltava a ser amansador de touro e burro brabo. Sabe que às vezes tenho saudade do tempo em que amansava touro e burro brabo em São José do Piriá? Gostava disso, era muito bom olhar os bichos calmos e não enraivecidos, me dava prazer vendo eles se tornarem meus amigos, não sou de malquerença com ninguém, nem mesmo com os animais. (TOURINHO; 20012, p.11-12).

O texto do livro acima, narra o momento em que Quintino se apossa de um pequeno lote de terra ao chegara uma vila localizada na região do km 47 e que nesse período ainda fazia parte de Ourém-Pa. A terra a qual Quintino adentrou supostamente pertencia à fazenda Cambará, fazenda que havia sido ocupada por agricultores que criaram o Assentamento e onde estão até hoje. Nesse ato único em que Tourinho (2012) escreveu Quintino ainda não havia se tornado o gatilheiro justiceiro ou como afirma Violeta Loureiro (2002) “um bandido social” que lutava na defesa dos colonos.⁴³

Os professores também recebem um suporte teórico - metodológico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Nesse sentido é importante enfatizar quais são as principais práticas e ações pedagógicas que o MST realiza no campo do Ensino de História em escolas de acampamentos e assentamentos rurais.

⁴³O termo Banditismo Social é “consagrado pelo historiador britânico Eric Hobsbawm para referir-se a um conjunto diferenciado de bandidos que atuavam nas comunidades rurais e foram por elas reconhecidas como heróis e paladinos da justiça. Forma primitiva de protesto social organizado, o banditismo social é considerado um dos fenômenos mais universais da história. O banditismo social tornar-se-ia epidêmico em épocas de pauperismo ou de crise econômica. Símbolo de resistência e da rebeldia dos mais pobres em face à riqueza e opressão dos fazendeiros ricos, os bandidos sócias podem se expressar na figura de Robin Hood, como um ladrão nobre que roubava dos ricos para os pobres. Nesse sentido, os bandidos partilhavam os valores e as aspirações do mundo rural e foram particularmente presentes no século XIX e início do século XX” (MOTTA, 2005, p. 53-54).

A autora Nicole Lautier (2011) afirma que saberes em espaços escolares são específicos de acordo com o ambiente que são apresentados, as suas principais referências podem ser “científicas ou artísticas, literária ou esportiva, todos os saberes escolares são produto de uma história disciplinar.” (LAUTIER, 2011, p.40).

A luta do MST por escola e educação está intimamente ligada ao acesso a terra e a Reforma Agrária. Diante desse processo da busca por direitos, os acampados e assentados da fazenda Cambará realizaram mobilizações cobrando escolas para as crianças, acionando os órgãos responsáveis como: Prefeitura, Ministério Público e Ministério da Educação para que fosse garantido o acesso a educação das crianças. O MST necessitava construir propostas de educação para os acampamentos e assentamentos, e essas propostas precisam ir mais além do que uma simples proposta precisava-se apontar uma educação articulada voltada para as ações revolucionárias em lutas por direitos na defesa de construção de políticas públicas nas áreas da educação. (SILVA; SOUSA, 2018).

A autora Saveli (2000) em seu artigo “a proposta pedagógica do M.S.T. para as escolas dos assentamentos – A construção da Escola Necessária.” afirma que, um dos pontos importantes que torna o MST diferente de outros movimentos sociais é que, o MST consegue sensibilizar parte da sociedade fazendo com que passam se organizar para a construção da luta pela educação do campo. Sensibilizar outros setores da educação engajado com profissionais que passam construir modelos pedagógicos específicos para as escolas do campo, ou seja, voltados a acampamentos e assentamentos, com isso a professora Maria Lucinéia (2019) enfatiza que “é necessário essa construção para criação de um modelo específico para a nossa escola aqui do Assentamento”⁴⁴. Para que ocorram essas ações, as propostas pedagógicas precisavam seguir um critério rigoroso no momento da elaboração, de início o que torna fundamental essa diferenciação é o de que, nas escolas dos assentamentos os processos de aprendizagem do ensino em geral passam a partir da realidade, do convívio e do histórico de luta do local em que esses alunos vivem.

Saveli (2000) destaca que;

Este princípio educativo tem a REALIDADE como ponto de partida e ponto de chegada, o que implica dizer que tudo o que as crianças estudam deve estar ligado com sua vida prática e com necessidades concretas suas, de seus pais e de sua comunidade; implica também considerar que todos os conhecimentos que as crianças vão produzindo na escola devem servir para que elas entendam melhor o mundo em que vivem, o mundo da sua escola, da sua família, do assentamento, do

⁴⁴SOUZA, Lucinéia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020.

município, do MST, do País e para que participem da solução dos problemas que estes mundo vão se apresentando. (SAVELI, 2000, p.22).

As propostas pedagógicas começam a tomar forma no papel, o MST e toda a sua junta pedagógica compostas por profissionais da educação com experiências na área elaboram materiais impressos para circularem em vários lugares do Brasil onde o MST está inserido. O material “Boletim da Educação: Ocupar, Resistir e Produzir. Como deve ser uma escola de assentamento” apresenta na sua primeira edição a;

Nossa proposta de educação está sendo construída através da cooperação. Crianças, professores, lideranças, o conjunto dos assentados e acampados que começam a discutir e a fazer uma Escola diferente. Uma Escola do nosso jeito que nos ajude a enfrentar os problemas do dia a dia.
Um dos grandes desafios do Setor de Educação vem sendo produzir materiais que ajudem a clarear e a construir na prática esta nova educação.⁴⁵

A professora Farailde Santos ressalta, “que trabalha a mística do MST com as crianças, com objetivo pedagógico de despertar nas crianças o desejo de uma sociedade mais justa e humanizada”. A mística no MST significa despertar a energia naquilo que se faz; no Boletim da Educação nº 02, intitulado “como trabalhar a mística do MST com as crianças” apresenta pontos específicos para trabalhar essa mística com as crianças;

Mística é o que anima a ação.
Animar significa: dar vida, pôr alma e energia naquilo que se faz.
Ser gente quer dizer comparar a nossa vida com uma carroça, dá pra dizer que a mística é graxa que se põe nas rodas para que a carroça ande mais facilmente, sem soltar tantos “gemidos”.
A mística nasce do coração. É a dimensão do sentir, do querer, do amor e do ódio, do sonho e da rebeldia, da alegria e da esperança. Mas não se pode limitar a isso. Precisa ser atravessada pela razão.
Ou seja, a mística é também uma crença num projeto de sociedade e num ideal de vida. Concretizam-se em valores, comportamentos, atitudes; num jeito de ser e de viver.
A mística deve estar presente em nossa vida de forma permanente.
Mas existem alguns momentos em que ela expressa com mais força.
O nosso desafio é fazer da ESCOLA, um espaço em que se cultive momentos e que se crie com as crianças novas formas de expressar a mística da luta de que fazem parte.⁴⁶

Nesse sentido, a mística do MST pode apresentar variados benefícios para despertar nos alunos da Escola José Valmeristo, uma luta por uma escola desejável, passando por formações dos filhos dos Sem Terra, e de suas identificações com as mesmas causas que mobilizaram os seus pais, partindo de tais pressupostos, que essa geração futura construa uma identidade de sem terra através de uma construção de uma escola ideológica e política. Com pontos de vista para uma distribuição de recursos produzidos através da agricultura familiar e

⁴⁵Boletim de Educação, nº01, 1992

⁴⁶Boletim de Educação, nº02, p.01, 1993.

uma distribuição de terras, que se posicione contra as ideologias políticas do agronegócio. Segundo Roseli Caldart.

No MST a mística é uma das dimensões básicas do processo de formação dos Sem Terra, e a escola pode ajudar a cultivar este elo simbólico entre a memória e a utopia, entre a raiz e o projeto. Fazendo isto certamente estará trabalhando com valores, que são os que sustentam qualquer processo de formação humana. Raiz e projeto se constituem de valores; e são os valores que movem uma coletividade; a escola pode criar um ambiente educativo que recupere, forme, fortaleça os valores verdadeiramente humanos, e então estará efetivamente contribuindo para que o movimento educativo se produza e reproduza também dentro dela. (CALDART, 2001, p.222)

A imagem abaixo demonstra as reflexões citadas acima, a pintura reflete esse momento de compreensão e identidade construída através de formações representativas construídas pelos alunos da escola, orientadas pelos professores. Maria do Socorro (2019) declama que “foram os próprios alunos que desenharam a imagem que está na nossa escola”

A bandeira do MST representa a união do movimento com os colonos do assentamento; a foice representa a ferramenta que o agricultor usa para o seu trabalho de cultivo; o girassol brotando do livro representa o símbolo da educação do campo e o conhecimento que foi plantado e nasceu com os frutos do movimento; o livro representa a luta por educação junto com as crianças que representam o futuro e a permanência dos colonos na terra conquistada.

Imagem 09: Arte criada pelos alunos da escola. 2019



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

“Eles se definem e criam sua identidade por uma ausência: Ser Sem Terra. Criam também símbolos e emblemas que conformam e atualizam esta identidade, materializados nos elementos da vida cotidiana” esses elementos são percebidos nas construções de “bonés, nas bandeiras vermelhas, nos cartazes, nas nomeações de acampamentos e assentamentos, nos hinos” e em variados de construção para que haja esse fortalecimento de uma identidade individual e coletiva. (BARROS, 2011, p.05)

Ao afirmar que o MST realiza amparo para que haja uma legitimação de enraizamento com os sem terra, (em especial os sem terra do Assentamento Quintino Lira), significa que estas pessoas possam ter acesso a um passado para poderem ter uma possibilidade de um futuro melhor e mais justo, “que lhes permite desenvolverem-se como seres morais, intelectuais, espirituais e, poderíamos acrescentar, culturais.” (CALDART, 2000, p.67).

A escola cultiva e fortalece os processos de enraizamento humano quando trabalha com a memória coletiva, recuperando e trabalhando com os tesouros do passado, aprendendo e ensinando com a pedagogia da história; também quando incorpora em seu movimento pedagógico a mística, que é o sentimento materializado em símbolos que ajudam as pessoas a manter a utopia coletiva. (CALDART, 2001, p.222)

O MST com os seus planejamentos organizados em diferentes instâncias, iniciando desde as suas bases seguindo a sua direção no âmbito mais amplo e nacional, foram reforçados nas suas reuniões um fortalecimento na sua identidade de luta pela terra reforçando a história do movimento para uma construção das suas ações políticas. As reuniões com as organizações em acampamentos e assentamentos reforçam as vivências dos agricultores em meio à socialização dos seus relatos de experiências que possibilitam esse fortalecimento desvendando o uso do passado como reconstrução histórica e a identidade sem-terra. (PERLÍ, 2016).

O historiador Fernando Perlí (2016) em seu artigo “além da terra, o direito ao passado: notas sobre o ensino de história no MST” salienta que; “como parte da construção da identidade, as falas e sensibilidades que remeteram sujeitos ao passado constituíram o cotidiano da luta pela terra.” A identidade passou a tornar-se um referencial social para as políticas, através de um forjamento organizativo através das mobilizações do MST. A consciência organizativa passou a produzir um valor coletivo que os tornam mais unidos e mais fortes impedindo, ou silenciando possíveis querelas ou divergências perante a opinião pública. (PERLÍ, 2016, p. 236 - 237).

Fernando Perlí faz a relação entre consciência organizativa e consciência histórica relacionando os usos do passado que o MST usa, através de uma configuração ocupada pelos

conhecimentos históricos de quadros políticos na formação do movimento social. É importante enfatizar que essa consciência de pertencimento pode ser ou não uma consciência histórica, para que esse conceito seja confirmado é necessário uma análise diante aos alunos com relação ao seu nível de conhecimento do passado histórico do assentamento em que eles vivem.

A professora Nailce Verônica (2019) salienta que;

com as turmas da E.J.A alguns deles passaram pelo processo de resistência e ocupação. Nos momentos que eles passaram pelo processo de ocupação e resistência. sobre esses momentos a gente tenta fazer com que eles falem, como foram esses momentos pra estar tentando desenvolver atividades com eles em sala de aula sobre o que tem hoje aqui no assentamento e o que não tem a partir do momento eles entraram aqui.

Eu faço indagações com eles sobre como se deu os conflitos e em que momento aconteceu, tem momentos em eles se enrolam com as datas, mais tem momentos em que eles conseguem acertar, desenvolver bem melhor.

Sem contar que os alunos da EJA são pessoas mais idosas com problemas de vista, e mesmo assim eles conseguem desenvolver as atividades os alunos passam por processos de aprendizagens onde são relatados nas nossas reuniões tudo o que aconteceu e o que poderá vir acontecer na nossa comunidade

Já com os alunos do 4º ano e 5º ano a gente tenta fazer mais dramatização com eles. Sobre como foi a ocupação e os momentos de conflito que houve, as músicas, as místicas. O nosso tempo leitura que foi o primeiro que a gente fez uma apresentação de escola com lona preta e os alunos em baixo. Pra mostrar que hoje a gente estar em uma escola coberta com telha, mais que antes essa escola começou de baixo da lona preta, o título da dramatização era: “versando rebeldia em baixo da lona preta.” E assim a gente vai tentando desenvolver atividades com eles.⁴⁷

Na perspectiva da consciência histórica olhando sob outro ângulo da disciplina de História podemos perceber que essa consciência pode surgir de outras necessidades quer sejam sociais e políticas, contribuindo para a formação de outras gerações e, no entanto, o problema não será apenas do desenvolvimento cognitivo ou educacional do aluno, mas também de uma visão que passa a ser influenciada através do meio cultural em que vivem.

Luís Fernando Cerri (2011) explica que vários autores que pesquisam e dialogam com o conceito de consciência histórica, relatam que existem diferenciações explicativas sobre o conceito, e que, em determinados momentos se convergem com as diferentes realidades e que, em alguns momentos se torna até excludentes, todavia, essas visões se encontram em um ponto específico e passam a dialogar juntas.

Nesse ínterim, podemos analisar outras possibilidades sobre essas perspectivas históricas no processo de aprendizado do ensino de história na escola José Valmeristo. Partindo do pressuposto do autor Fernando Cerrí (2011) aponta que, a consciência histórica

⁴⁷ SOUZA, Nailce. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

pressupõe que determinado indivíduo passa a existir, ou a entrar em um grupo ou comunidade, passando a tornar-se referência aos demais membros do grupo, em um modo que essa percepção do significado do tempo, só pode ser estabelecida pela coletividade. (CERRI, 2011, p.23). Em comunidade;

Os homens precisam estabelecer a ligação que os define como um grupo, cultivar esse fator de modo a permitir uma coesão suficiente para que os conflitos não resultem num enfraquecimento do grupo e coloquem a sua sobrevivência em risco. Uma versão, ou significado construído sobre a existência do grupo no tempo, integrando as dimensões do passado (de onde viemos), do presente (o que somos), e do futuro (para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre os indivíduos. A essa ligação temos chamado identidade, e podemos defini-la como o conjunto de idéias (já que a biologia, mais especificamente a genética, juntamente com a antropologia tem mostrado que existe fundamento para se pensar identidade “sanguínea” entre as pessoas que forma um grupo, seja ele uma pequena comunidade ou uma nação) que tornam possível uma delimitação básica para o pensamento humano – nós e eles -, pertencente ou não pertencente ao grupo. (CERRI, 2011, p. 31)

Maria Lima (2014) afirma que quando se fala em ensino de história significa uma reflexão sobre os possíveis fundamentos da história como ciência, nesse sentido, a retomada nas produções sociais passando a configurar-se com formas que dão sentido à vida através do tempo. “Sendo a consciência histórica uma operação mental de constituição de sentido, a competência narrativa configura-se como sua competência específica e essencial, a qual se manifesta pela função, pelo conteúdo e pela forma.” (LIMA, 2014, p.59).

O anseio pela construção de uma nova abordagem através dos usos de determinados documentos históricos e a influência de ideologias políticas e ideológicas pedagógicas do MST no Assentamento Quintino Lira, os professores apesar de não possuírem uma formação específica em Ensino de História, eles tem procurado quebrar barreiras que vão de encontro ao ensino tradicional, moldado por um modelo curricular conservador e positivista que já está há bastante tempo em uso nas escolas municipais no Brasil. Conteúdos que exaltam heróis, momentos, eventos oficiais exaltando o nacionalismo cívico e com abordagens de tempo seguindo uma ordem cronológica.

Em entrevista com a professora Maria Lucinéia Campos (2019), afirma que na escola José Valmeristo existe um planejamento específico para lecionar com as turmas os conteúdos de História, esse planejamento parte de um conteúdo orientado ou criado pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santa Luzia do Pará.

É uma situação muito complicada quando elaboramos o nosso conteúdo curricular. Precisamos elaborar dois planejamentos durante o ano, um é do MST, e outro é um planejamento da SEMED através do município, diante de tal situação, o que prevalece na maior do ano letivo é o planejamento que vem do município mesmo. Aí o nosso é muito pouco aqui, sobre o planejamento do MST, geralmente o MST querem que trabalhamos mais sobre as músicas e a história da nosso assentamento

com as crianças. Então, por dar mais atenção aos planejamentos da SEMED, acabamos por não dar a atenção devida sobre que o MST nos orienta, e cobra bastante sobre os conteúdos de história local, sobre a nossa história.⁴⁸

Em análise a esses planos curriculares que a professora Lucinéia menciona na sua fala acima é perceptível encontrar lacunas existentes em relação a conteúdos que os professores possam trabalhar na escola do assentamento, porém é perceptível encontrar conteúdos nesses planos em que o professor possa adaptar ao cotidiano do aluno, a sua comunidade e ao seu meio de vivência. Vejamos alguns exemplos nesses planos do 4^a ano do Ensino Fundamental:

- Resultado da ação do homem no tempo e no espaço;
- Nomadismo;
- Desenvolvimento da agricultura e pastoreio;
- Criação da indústria.
- Transformações ocorridas no caminho e na cidade;
- Relacionar os processos individuais e da natureza e discutir o significado do nomadismo e da fixação das primeiras comunidades humanas;
- Importância dos caminhos terrestres, fluviais e marítimos;
- Transformações ocorridas nos meios de comunicação.
- Vestígio dos homens pré-histórico;
- Sítios arqueológicos;
- Os indígenas;
- Conceitos de indígenas e portugueses;
- Os espanhóis no sul do Brasil;
- Reduções jesuíticas;
- Os escravos africanos no Brasil;
- Analisar, na sociedade em que se vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional).⁴⁹

Percebe-se na citação do plano curricular que esses conteúdos não se referem diretamente ao cotidiano dos alunos da escola José Valmeristo, mas é relativo de adaptação quando o conteúdo se refere às ações do homem na sociedade e no tempo, daí é necessário ser readaptado. A história ensinada parte sempre de uma seleção, nesse sentido os professores conseguem realizar um recorte temporal histórico. “As histórias são fruto de múltiplas leituras, interpretações de sujeitos históricos situados socialmente” (FONSECA, 2010, p.02).

Circe Bittencourt (2008) afirma que os objetivos da História como disciplina escolar em meados do século XX têm como função voltada apenas para uma formação de uma classe social elitizada, “e a disciplina passou a ter uma função pedagógica mais definida em relação à sua importância na formação política dessa elite”. Nesse sentido, Circe também salienta que um dos principais objetivos básicos da disciplina como História escolar era para formar esse sujeito em um “cidadão político, que, em nosso caso, era o possuidor do direito ao voto. A História do Brasil servia para possibilitar às futuras gerações dos setores de elite informações

⁴⁸SOUZA, Lucinéia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2020

⁴⁹PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2019, p 01

acerca de como conduzir a nação ao seu progresso, ao seu destino de grande nação” (BITTENCOURT, 2008, p. 80-81).

Analisando os conteúdos dos planejamentos da disciplina de História do 5^a ano do Ensino Fundamental, foi observado que os conteúdos não se encaixam nas temáticas históricas da realidade dos alunos do assentamento Quintino Lira. Vejamos alguns pontos abaixo:

- o que é história?
- Fontes históricas, transformações e permanências;
- Os primeiros habitantes da América;
- A árvore que deu a origem (Pau-Brasil)
- Dia internacional da mulher (08 de março);
- Dia da conscientização do autismo;
- Quantos somos e aonde vivemos: - Brasil País populoso
- Crescimento da população e suas mudanças.
- Os direitos das mulheres no Brasil.
- O espaço amazonense;
- Pará parte da Amazônia;
- Pará: grande, rico e explorado;
- Composição étnica que no Pará;
- Comemoração do dia das mães;
- Extrativismo.
- Os Estados brasileiros;
- Festas Juninas;
- A adesão do Pará: a independência.
- Dia do Folclore 22 de agosto.
- Povos e culturas meu lugar no mundo e meu grupo social;
- Modos de vidas nas cidades e no campo;
- O Município (...).⁵⁰

É perceptível que os conteúdos acima propõem um ensino de História voltado para nomes de pessoas importantes e datas cívicas e ou comemorativas, mas, é necessário que o corpo docente seja subversivo em relação a esses conteúdos imposto por pelo sistema educacional que visa apenas conteúdos conservadores. Circe Bittencourt (2008) aponta que;

As formulações para o ensino de História a partir das séries (ou ciclos) iniciais do ensino fundamental sofrem variações, mais visam ultrapassar a limitação de uma disciplina apreendida com base nos feitos dos heróis e dos grandes personagens, apresentados em atividades cívicas e como figuras atemporais.

As comemorações e festas comemorativas ainda fazem parte dos conteúdos, embora caiba lembrar que estão sendo introduzidos outros representantes da sociedade brasileira, como festejos do dia do índio (19 de Abril) ou do dia da Consciência Negra (20 de novembro) (BITTENCOURT, 2008, p.112-113).

“Às vezes fica um pouco difícil competir com o sistema, sempre tentamos encaixar um conteúdo aqui, outro ali, mas é complicado.” A professora Nailce Verônica (2019) ⁵¹ relata que existem dificuldades sobre os conteúdos curriculares sobre o Ensino de História na escola José Valmeristo, porém é possível fazer com que alguns conteúdos possam ser

⁵⁰ PLANO CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2019, p.01- 04.

⁵¹ SOUZA, entrevista realizada em 12 de dezembro 2019.

encaixados e serem adaptados a realidade do aluno. Nailce Souza é bem enfática em sua fala sobre o sistema curricular entre a SEMED e o MST;

o MST, ele faz esses planejamentos por semestre com a gente. E a partir desses planejamentos a gente tem que tentar colocar no currículo da escola a pedagogia do movimento sem terra, a pedagogia voltada para o debate que o Paulo Freire discute pra tentar desenvolver dentro da comunidade e aí a gente vem tentando fazer isso, colocando uma coisinha ali, porque não pode inserir tudo porque o sistema também não deixa né. Mais a gente vai atentando encaixar a nossa história na sala aula com os nossos alunos.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra têm em seus projetos pedagógicos um potencial político, progressista, crítico, humanizados, emancipatório e transformador, Pedagogia Freireana. Uma das obras que mais suscitam reflexão e alicerçam as discussões políticas e educativas dentro no MST é a Pedagogia do Oprimido, pois, a partir dos conceitos dessa obra, o MST leva para os assentados/as a formação libertadora e crítica da realidade das estruturas sociais que se fundamentam nos princípios do capitalismo. Assim, os conceitos da Pedagogia do Oprimido foram se tornando mais consistentes à luta histórica e popular (ALENCAR E FIGUEIREDO, 2019, p.29).

O debate que Paulo Freire realiza, é sobre uma educação transformadora e ao mesmo tempo transgressora, que rompe com as tradições educativas voltadas para o ensino que prende o aluno apenas a um meio educativo que usam concepções que segundo Paulo Freire (1987) apenas o professor é o detentor de todo o conhecimento enquanto o aluno apenas o receptor, ou seja, o aluno não possui nenhum conhecimento prévio ou cultural na escola. Paulo afirma que;

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que se julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro.

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca. (FREIRE, 1987, p. 33 – 34)

De acordo com a citação de Paulo sobre a educação “bancária”, a professora Nailce Souza esclarece em sua fala, que;

A nossa prática de ensino é voltada a partir do saber do aluno. Os nossos alunos já vêm com uma carga de informação sobre a História do nosso território, não são todos os alunos que possuem esse conhecimento prévio, porémos mais novos estão passando por esse processo de aprendizagem.⁵²

⁵²SOUSA, Nailce. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019.

Em entrevista com alguns alunos da escola José Valmeristo, é perceptível observar essas diferenças sobre o conhecimento da História do território em que eles vivem. O aluno Tiago Gomes Souza (2020) descreve sobre o que aprendeu.

Eu aprendi na escola, sobre como foi que nós conseguimos essas terras, que eram terras de fazendeiro que fez documento falso. Eu aprendi sobre o Quintino Lira, que era um homem que lutava pelas pessoas que precisam de terra pra plantar. Eu conheci o companheiro “Caribé” que hoje a escola tem nome dele, que nós escolhemos.⁵³

Contudo, é importante entender sobre determinados pontos que esses professores enfrentam no seu dia-a-dia tanto na escola quanto nas suas lutas diárias em seus lares e nas políticas do assentamento. Para manterem-se resistentes ao realizar uma educação diferenciada pautada nas propostas de uma escola que tem como obrigação ser diferenciada tanto na luta no campo, quanto na luta para a formação de sujeitos que serão futuros protetores das terras que conquistaram com muita luta, suor e também com sangue derramado.

Roseli Salete (2020) em sua palestra online transmitida pelo Fórum Nacional de Educação do Campo – TV FONEC⁵⁴, apresenta que;

A função social, ambiental e humana da escola fica maior e se fortalece quando ela é capaz de traduzir para suas tarefas educativas específicas cotidianas esses desafios, ainda que não possa pretender dar conta deles. Nem defendemos um papel instrumental e imediatista para as escolas nem tampouco um alargamento ilusório de suas finalidades sociais. Do que se trata é de resgatar o sentido mais avançado que já se construiu historicamente para esse nome educação básica. Quer dizer, o nível educacional que trabalha com as bases de uma educação geral (sem especializações precoces) e de uma formação multilateral que visa o desenvolvimento livre das capacidades humanas e a inserção crítica e criativa das novas gerações no trabalho social, entendido como o que se faz pelo bem-estar coletivo. No campo é essa a perspectiva para a conexão das escolas com a agricultura agro-ecológica, seus sujeitos e processos de trabalho vivo.

E essa construção histórica que foi forjada debaixo da lona preta que se pretende enfatizar na pesquisa, a relação da escola com as crianças, com o assentamento e com o Ensino de História precisa tornar-se umas das principais ferramentas para o fortalecimento da identidade dos sem terra. O Ensino de História ministrado com materiais pedagógicos específicos para professores e alunos poderá compreender a sua importância para a escola José Valmeristo e também para o movimento social sem terra – MST.

Tendo percebido a necessidade de recursos pedagógicos no ensino da História na escola José Valmeristo será proposta uma revista que contará toda a trajetória do acampamento Quintino Lira. Uma proposta voltada para os professores e alunos que tornar-se-á um recurso de uso pedagógico para o ensino de História, sendo de extrema relevância para a

⁵³SOUZA, Tiago Gomes de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em :13 de dezembro de 2020.

⁵⁴CALDART. A função Social das escolas do campo. Palestra transmitido ao vivo em 21 de maio de 2020. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=oOr53f4LvJU&t=1283s>. Acesso em 17 de agosto de 2020.

história local. Nesse sentido o próximo capítulo tratará a produção uma revista didática, produzida primeiro pelo pesquisador, com base nos referencias teóricos produzidas por pesquisadores que se dedicaram a História e a Geografia do Assentamento.

CAPÍTULO III

REVISTA DE ENSINO DE HISTÓRIA NO CAMPO

3.1 – Porque a revista para o Ensino de História no campo.

A escolha da revista como produto deu-se a partir das experiências do pesquisador em visitas à escola do Assentamento do Quintino Lira. Foi percebida uma ausência materializada de recursos didáticos dos professores da escola José Valmeristo. Durante a coleta de dados em entrevistas com os alunos da escola, percebeu-se que alguns alunos entrevistados não conheciam bem sobre a história do lugar em que moravam, havia um desconhecimento sobre os personagens históricos representados no nome do Assentamento e no nome da escola. Nomes que são representados fortemente na luta política e ideológica pelos agricultores do assentamento. Essa percepção da ausência de um produto que sistematize a história de luta e resistência desses indivíduos foi relatada pela professora Nailce Verônica, que diz “eu estava ouvindo você entrevistando os alunos e percebi que alguns sabem pouco da nossa história. Precisamos de um recurso didático que fala sobre.”

Tendo em vista, a importância de um recurso pedagógico, que regatasse a memória do acampamento de forma didática e lúdica, foi proposta a criação de uma revista a qual relate a história local do assentamento Quintino Lira. Considerando que a Educação do Campo apresenta desde a sua gênese uma educação que luta contra as injustiças sociais que os sujeitos sofrem no campo. Lutar por uma escola que compreende o sujeito do campo em seus diferentes espaços na sociedade, uma luta que desconstrói um modelo capitalista que exclui e desvaloriza os camponeses e a agricultura familiar (SANTOS; SOARES; SOUZA, 2020, p. 05).

Circe Bittencourt (2008, p. 296) afirma que, suportes informativos são materiais produzidos com intenção de informar, comunicar determinados elementos de diferentes saberes das disciplinas escolares. A autora salienta uma série de elementos que podem servir como material a ser utilizado nos espaços educacionais. São eles; “livros didáticos, dicionários, apostilas, cadernos, dicionários, revistas e etc.” geralmente esses suportes informativos são produzidos por uma determinada indústria cultural que tem foco nos meios educacionais, obedecendo a critérios de faixa etária e séries escolares de acordo com princípios de organizações pedagógicas.

O suporte apresentado tem como objetivo alcançar para um público mais amplo, e não apenas o público do espaço escolar, mas também que possa ser utilizado em outros meios da sociedade. É importante salientar que a revista vem a contribuir para a quebra de estereótipos que foram construídos sobre famílias sem terras, a revista apresenta a sociedade como ferramenta pedagógica e informativa sobre a história local de várias famílias que sofreram e ainda sofrem com a violência no campo.

A história local sobre os agricultores do assentamento Quintino Lira, apresenta uma forte ligação com o passado em relação a conflitos de terras no nordeste paraense, a sua história não é isolada. Essas questões de violência, grilagem de terras, perseguições, são questões que acontecem no tempo presente que para serem explicadas é necessário olhar para o passado para entender presente.

Nesse sentido torna-se importante a observação da realidade do local, pois a paisagem não contém, em si mesma uma explicação própria, “uma chave de própria explicação”, os problemas “culturais, políticos, econômicos e sociais” da localidade do assentamento Quintino Lira explica que eles estão ligados ao contexto histórico mais amplo sobre a questão jurídica das terras da fazenda Cambará. (SCHMIDT; CAINELLI, 2004, p. 112).

A historiadora Circe Bittencourt (2008) salienta que a história local;

tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer -, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente. A história local geralmente se liga à história do cotidiano ao fazer das pessoas comuns participantes de uma história aparentemente desprovida de importância e estabelecer relações entre os grupos sociais de condições diversas que participaram de entrecruzamentos de histórias, tanto no presente como no passado. (BITTENCOURT, 2008, p. 168.)

A autora Tania Cordova (2015) em seu trabalho intitulado “A Revista História Catarina: um recurso didático para o ensino da História em sala de aula” apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História no ano de 2015. Discute os conteúdos abordados na revista de história da cidade de Santa Catarina e que esses conteúdos são utilizados em salas aulas em turmas do Ensino Fundamental e Médio como material informativo e didático. Tania afirma que desde que a;

Escola dos Anales alterou as formas de perceber a história, o ensino desta ciência no contexto escolar também tem passado por significativas alterações. Novas abordagens, novos objetos e o uso de diferentes recursos didáticos como fotografias, produção de histórias em quadrinhos, entre outras possibilidades tem contribuído para a dinamização do cotidiano da sala de aula e diversificando a prática do ensino e potencializando a aprendizagem. (CORDOVA, 2015, p.01).

É importante salientar que através dessas alterações e mudanças nas novas formas de abordagens, o ensino de história, também precisa exercer ações abordando novas ferramentas que oportunize o professor realizar novas reflexões acerca das abordagens pedagógicas ao aluno com novas aprendizagens. Nesse sentido a autora Tania (2015) afirma que a Revista Santa Catarina “visa contribuir neste desafio para a produção do conhecimento histórico a partir da articulação entre o local, o regional, o nacional e o mundial.” (CORDOVA, 2015, p.04). Os alunos da escola José Valmeristo, tem suas peculiaridades em relação aos outros alunos das escolas do município de Santa Luzia do Pará.

O conteúdo historiográfico abordado na revista reflete a história a memória dos agricultores, dos filhos dos agricultores e suas praticas e ou habilidades na arte de plantar, colher e cuidar do meio ambiente em que eles vivem. Todavia, o conteúdo não passa a ser estranho ou novo para as crianças, mas serão tratadas abordagens históricas inovadoras tanto para os professores como para a comunidade em geral.

Contudo, à guisa de conclusão para o tópico proposto, a revista visa contribuir e responder lacunas no ensino de história na escola José Valmeristo com fontes historiográficas que são abordadas na revista para a contribuição, com um material que forneça subsídios pedagógicos. No segundo tópico veremos o papel da revista de história que contribui como produtos didáticos e fontes documentais no Ensino de História.

3.2 – O papel da revista no Ensino de História.

As revistas apresentam um papel importante na sociedade e nas escolas, enquanto alguns produtos didáticos são produzidos como materiais de indústrias culturais visando apenas o lucro e menos o conteúdo abordado, alguns setores da sociedade passaram também a difundir seus próprios materiais informativos para expressarem seus direitos e ideais políticos e ideológicos.

As produções das indústrias culturais são diversas: Revista de História da Biblioteca Nacional, Revista História Viva, Revista História National Geographic e entre outras. Não pretende-se no tópico proposto, analisar as revistas mencionadas que podem ser utilizadas para o Ensino de História. O foco central são as produções independentes sobre determinados movimentos da sociedade que apresentam como propósito a luta no campo, na educação no campo, na luta pela reforma agrária dessa forma segue a linha de análise pensamentomencionada nos capítulos anteriores.

O historiador Fernando Perlí (2015) em seu artigo intitulado “Outros lugares do ‘fazer e ensinar História’: uma leitura sobre os impressos do MST na transição democrática” analisa essas produções do MST e essas de incentivo a uma leitura em relações as suas representações e construções do próprio Movimento Sem Terra. Nesse sentido Perlí afirma que:

A produção de materiais impressos pelo MST ao longo de décadas de organização é contou com a participação de jornalistas, lideranças sem-terra, ativistas, intelectuais, religiosos, representantes de entidades civis, dirigentes sindicais e partidários, professores de acampamentos e assentamentos rurais, trabalhadores rurais sem-terra, estudantes e professores universitários. Em sua trajetória, a organização do MST esteve sintonizada a estratégias de comunicação que pudessem dar visibilidade ao sujeito coletivo. O crescimento do movimento social na década de 1980 foi caracterizado por “definições organizativas” que fortaleceram sua setorialização, com destaque para os setores de *Comunicação, Formação e Educação* (PERLÍ, 2015, p. 180).

Nos setores da educação, encontram-se diversos materiais didáticos para as possíveis intervenções nas escolas de acampamentos e assentamentos que são organizados e direcionados pelo MST, o objetivo desses materiais é a produção de debates sobre “o fazer” de um ensino de história partindo das vivências do tempo histórico presente na vida dos sem-terra (PERLÍ, 2015, p. 180).

Contudo, deve-se enfatizar que tais experiências das lutas pela terra, os movimentos “passaram a tecer as representações do passado que reforçaram relações solidárias entre os trabalhadores rurais sem-terra”. Será realizado um panorama das produções de periódicos que forem surgindo a partir das construções políticas de movimentos sociais. De início com um dos primeiros impressos informativo poderemos analisar como os processos históricos na luta camponesa seria o jornal “Liga” criada na década de 1960 pelo advogado e político Francisco Julião, um dos grandes lutadores por causa da luta pela terra no Brasil. Após será citado informativos da *Associação Brasileira de Reforma Agrária*, passando pelo *Jornal Sem Terra* e finalizando com o *Jornal Sem Terrinha* objetivando a compreensão da importância desses periódicos para a construção da identidade sem terra, para reivindicar os direitos sociais e também para denunciar as repressões dos senhores de terras contra os camponeses. É nesse sentido que o produto da dissertação apresenta-se, como uma ferramenta de construção política para a escola José Valmeristo.

O jornal “Liga” datado de 1963 apresenta como matéria de capa os conflitos que os camponeses passaram no Estado de Pernambuco. “Ao ler diferentes textos das seções do jornal Liga” é perceptível localizar uma série de notícias que relata o cotidiano “que correspondiam à prática cotidiana dos camponeses”. Nesse sentido as escritas dos textos jornalísticos correspondiam a uma determinada “pedagogia revolucionária” não apenas no

campo, mas também, com trabalhadores urbanos e movimentos que lutavam contra um sistema opressor (SOUSA, 2019, p.09).

A capa do periódico da edição N°15 denuncia que o “latifúndio espalha a violência e o terror” esse é o principal objetivo da escolha do referido jornal.

Imagem 10 - Jornal *LIGA*



Fonte: Jornal *LIGA* Ano1, N°15 - Rio de Janeiro 1963.

Na década de 1970, a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA começou a divulgar Boletins Informativos sobre a situação agrária do Brasil e do mundo, e umas das principais funções do Boletim é realizar denúncias sobre as ações do governo e dos seus órgãos administrativos responsáveis pela realização da reforma agrária.

Abaixo temos a capa da primeira edição da ABRA, que aborda conteúdos sobre a situação da reforma no Brasil e apresenta também noticiários sobre o que aconteceu no mundo, na América Latina e Brasil. Vejamos abaixo um trecho de apresentação do Boletim da ABRA:

As numerosas dificuldades por que tem passado a Reforma Agrária em nosso País e os modestíssimos resultados alcançados até agora, antes de desanimar os associados da ABRA, constituíram um chamamento para retomar o trabalho de esclarecimento público sobre o assunto. Alie-se a isso o recrudescimento dos conflitos de terra que

têm tomado o noticiário dos jornais e a necessidade de harmonizar o desenvolvimento nacional de mercado, e teremos a razão do nosso retorno. A reforma Agrária volta com ambições muito modestas: apresentar mensalmente ao público interessado alguns artigos técnicos de seus diretores, redatores e colaboradores; e transcrever as notícias mais interessantes que as publicações especializadas sobre problemas ligados à posse e uso da terra. (Boletim ABRA, Ano1, nº1, Janeiro de 1971)

Imagem 11: Capa do Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA.



Fonte: Boletim Mensal – Ano 1 – N°01 – Janeiro - 1971.

Na década de 1980 o MST utilizava de Boletins Informativos para divulgar suas ações sociais e seus principais acontecimentos que ocorriam sobre a luta pela terra. Após algum tempo de circulação esses Boletins começam a apresentar-se em forma de jornal. “A história do Jornal Sem Terra começou bem antes de 1984, quando o MST nasceu oficialmente. O Periódico surge como boletim, em maio de 1981” (COELHO, 2019, p. 02).

Segundo o autor Fabiano Coelho (2019) em seu artigo intitulado “O Jornal sem terra e a organização do MST” afirma que

o Boletim Sem Terra se transformou em um periódico de resistência da época, conjugando os interesses dos trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Encruzilhada Natalino e a luta pela democracia. A princípio, o seu nascimento estava mais voltado ao objetivo de informar a população sobre o porquê as famílias estavam acampadas e ao de aglutinar apoio da sociedade e entidades civis, religiosas, sindicais e políticas aos trabalhadores, do que propriamente ser um

instrumento na organização dos acampados. Esse apoio estava muito relacionado também a atender a necessidades materiais das famílias, por meio de arrecadação de alimentos, agasalhos, remédios, lonas para os barracos, dentre outras coisas (COELHO, 2019, p. 05).

Em meados de 1984, os produtores do boletim anunciam que seria criado o Jornal Sem Terra. No Jornal Sem Terra ficava evidente determinadas preocupações com a formação de seus participantes, o jornal passa a tornar-se um objeto de luta e resistência, preocupado na formação e organização dos militantes que atuam no campo e em outras áreas que estão relacionadas à luta pela terra. (COELHO, 2019, p.07).

Imagem 12: Edição comemorativa de 10 anos do Jornal Sem Terra.



Fonte: Site do MST.

A comunicação passa a ser uma parte dos processos constitutivos onde as mobilizações que envolvem movimentos sociais relacionados aos seus processos de luta no campo. Segundo a autora Monyse Ravenna Barros (2013),

a comunicação construída como parte da vida dos movimentos sociais de base popular se confunde à sua própria origem e formas de ação, ao longo da história, sendo, portanto, características do processo de reação ao controle político, às condições degradantes de vida e ao desrespeito aos direitos humanos, práticas instauradas no Brasil ao longo do tempo, em sucessivas conjunturas autoritárias. Já nas primeiras décadas do século XX, como prosseguimento de rico percurso já

observado no meado do século XIX, observa-se o vigor do periodismo e outros meios de comunicação impressos, consoantes aos interesses de luta e organização dos trabalhadores. (BARROS, 2013, p.90)

Os meios de comunicação começaram a abrir espaços dentro da imprensa para os trabalhadores do campo e urbano, em meados da década de 1980 com o processo de redemocratização e abertura da liberdade de imprensa que estava oprimida pelo DOPS. O MST começa a ter notoriedade e abrangência aos vários meios de comunicação para divulgar e ampliar os seus ideais revolucionários. Entre esses meios foram sendo formados como suportes: o Jornal, Revistas e posterior foram ampliando-se nos meios digitais como criando um próprio site para divulgação e denúncias dos principais acontecimentos sobre a questão agrária no Brasil. Todos esses veículos de comunicação têm intencionalidades diferentes e almejam atingir públicos diferenciados, porém possuem idêntica orientação político-pedagógica definindo a atuação do próprio MST (BARROS, 2013, p.95).

As produções culturais e comunicativas do MST são voltadas para práticas sociais em espaços específicos na educação e pedagogia do movimento, para que as crianças tenham conhecimentos como vocabulários do seu cotidiano de vida e luta pela terra, dessa forma, os conteúdos abordados nos materiais de comunicação do MST precisam abarcar as diferentes realidades dos colonos inseridos em acampamentos e assentamentos rurais. Nesse sentido o Jornal Sem Terra deve abordar temáticas sobre a infância e a educação, temas que andam de mãos dadas no processo de estrutura e organização das suas diretrizes pedagógicas. (BARROS, 2013, p. 134)

Imagem 13: Capa e Contra capa da Revista Sem Terra



Fonte: Revista Sem Terra, N°02. 1997.

As imagens referem-se à Revista Sem Terra, a primeira edição foi lançada no ano de 1997 com circulação trimestral. A revista acima é a edição trimestral dos meses out/nove/dez do ano de 1997. A capa faz referência à educação do campo, a escola associada à dignidade e ao acesso a terra por meio da reforma agrária.

Segundo a revista Sem Terra N°02. 1997 teve sua capa produzida e pintada pelos próprios militantes do MST durante o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária – ENERA. O periódico destaca o primeiro evento pela luta e a abertura das escolas do campo, onde foi discutida uma educação voltada para a transformação social e como prática libertadora, tendo como principal referencial a educação libertadora do Educador Paulo Freire, todavia as escolas do MST têm como objetivo maior da educação conscientizar seus alunos.

A escolha da imagem abaixo é para destacar a importância da construção de escolas nas áreas rurais. Os colonos do assentamento Quintino Lira realizam movimentos educacionais em favor dos seus alunos do Assentamento partindo do pressuposto ideológico das práticas libertadoras. As Crianças estudando na rua, demonstrada na imagem representa a quebra barreiras para a educação estando além das paredes de um prédio, ou seja, de uma sala de aula. A imagem revela que o ensino também pode acontecer em outros espaços, e não somente dentro das quatro paredes da escola. Por outro lado a imagem manifesta um protesto em favor da criação e manutenção da escola dentro do Assentamento, isto é uma maneira de exigir dos órgãos judiciários e legislativos as construções de escolas nos meio rurais.

Imagem 14: Crianças estudando em Acampamento.



Fonte: Revista Sem Terra, N°02. 1997, p.26

Segundo a Revista Sem Terra, o tema central que foi discutido do I ENERA foi;

“Com escola, terra e dignidade” foi o ponto de partida para a troca de experiências de práticas pedagógicas e para se fazer um balanço do trabalho desenvolvido pelo Setor de Educação do MST nos últimos dez anos, além definir os principais desafios para o próximo período. (Revista Sem Terra, 1997, p.27)

O I ENERA foi encerrado com a construção de um manifesto intitulado “Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao Povo Brasileiro” organizado em 14 pontos que defendem ações que se contrapõem a projetos políticos neoliberais que contribuem para a exclusão social. Vejamos abaixo alguns desses pontos;

Somos educadores e educadoras de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, que colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e por transformações sociais.

Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.

Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.

Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a universidade.

Consideramos que é uma questão de honra acabar com o analfabetismo em todo o nosso território, tanto no campo como na cidade.

[...] Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões do nosso, e que ajude no fortalecimento das lutas sociais, e na solução dos problemas concretos de cada comunidade [...]. (Revista Sem Terra, 1997, p.27).

Diante do que está descrito na citação acima. É perceptível que o I ENERA passou a contribuir para que educadores e pesquisadores pensassem de forma crítica as suas metodologias de ensino, práticas e também suas produções científicas sobre determinadas limitações que o rural apresenta nas questões da educação do campo (BRANDÃO, 2012).

Após os periódicos, *Jornal Sem Terra* e *Revista Sem Terra*, elaborados pelo MST, cujos conteúdos estavam inseridos os sem terrinhas, demonstrando a inserção das crianças sem terras pela luta por uma escola de qualidade anexada em conjunto à luta pela Reforma Agrária. Nesse sentido o MST passou a elaborar Jornais e Revistas voltados somente para as crianças do MST, com produções mais didáticas relacionadas ao viver das crianças e as suas histórias. A produção do *Jornal Sem Terrinha* passa a ser um dos destaques que envolveram os principais setores da Educação, Comunicação e Cultura para que houvesse uma publicação própria para as crianças.

A primeira versão do *Jornal Sem Terrinha* ocorreu no ano de 2007, intitulado “Por escola, terra e dignidade” o periódico com quatro páginas é apresentado com fotos e ilustrações dos principais momentos das ações do MST. Na página de número dois com título em destaque “Oba! Chegou a nossa vez! É o nosso Jornal.” o Setor de Educação do MST e a Direção Nacional do MST fazem uma apresentação da primeira publicação do Jornal, vejamos abaixo;

COM GRANDE ALEGRIA e honra que inauguramos nesta edição do *Jornal Sem Terrinha*. Com certeza é mais uma conquista de nós Sem Terrinha, das Famílias Sem Terra, de todo o nosso MST e de todas as crianças filhas da classe trabalhadora. Este é apenas a primeira publicação.
Em cada página, vamos encontrar uma beleza especial, tudo preparado com carinho. Temos brincadeiras infantis, estudos, oficinas e outros textos e exercícios que servem para levarmos à nossa escola, às nossas rodas de amigos do assentamento ou acampamento. (*Jornal das Crianças Sem Terrinha*, 2007, p.02)

Sobre os mais variados periódicos do *Jornal Sem Terrinha*, pretendo enfatizar a segunda publicação de maio no ano de 2008 intitulada “Queremos continuar estudando no acampamento e ter nossa escola aqui!” o periódico destaca uma homenagem a Paulo Freire com o título “O menino que lia o Mundo” narra a história de Paulo iniciando com as principais dificuldades que teve durante a infância e que acabou vencendo com muito esforço e muito estudo tornando-se um dos maiores educadores do Brasil.

Imagem 15: *Jornal Sem Terrinha*.



Fonte: Jornal das Crianças Sem Terrinhas, Ano 1 – N°02 – Maio de 2008.

A página número 2 (dois) do jornal apresenta uma história em quadrinhos narrando o cotidiano das crianças do acampamento “Chico Mendes”. As crianças deste acampamento não possuíam uma escola e precisavam sair do seu local para estudar na cidade, na escola da cidade as crianças sofrem preconceitos por estarem de chinelos. A escola itinerante do MST chega ao acampamento com palavras de fortalecimento para as famílias construírem a sua própria escola. Na próxima página o jornal dá ênfase a escola itinerante do MST afirmando que;

A escola itinerante nasceu da necessidade das famílias acampadas, que precisavam ficar no acampamento lutando pela terra e também garantir uma escola para seus filhos. Em muitos casos, os municípios não queriam matricular as crianças Sem Terrinha e quando atendiam levavam as crianças dos acampamentos para a cidade. Na cidade, as crianças, muitas vezes, sofriam discriminação por professores e alunos que não compreendiam a luta e as ocupações. (Jornal Sem Terrinha, 2008, p.04)

parece compor uma intenção pedagógica. Uma pedagogia da luta na escrita do *Jornal Sem Terrinha*, apresentado como um instrumento do aprendizado da contestação para os pequenos leitores (BARROS, 2013, p.176).

Ampliando o editorial sobre os conteúdos para as crianças Sem Terrinhas, o MST passou a desenvolver no ano de 2009 a Revista Sem Terrinha. A Revista é mais ampliada que o Jornal Sem Terrinha, contendo diversas atividades lúdicas e conteúdos abordando a história do Brasil e também sobre os demais contextos históricos do mundo. Vejamos alguns exemplares e seus conteúdos na Revista Sem Terrinha.

Imagem 17: Capa da Revista das crianças Sem Terrinha.



Fonte: Revista das crianças Sem Terrinha. N°04, outubro de 2011.

O periódico acima se refere à revista edição número quatro do ano de 2011 contendo quinze páginas com conteúdos relacionados ao uso dos venenos nas plantações e os males causados à saúde das pessoas. A capa representa uma figura demonstrando a participação das crianças junto com os pais realizando a colheita e diversas atividades relacionadas ao seu

modo de viver no campo. Na página seguinte o corpo editorial da revista faz uma breve apresentação sobre o que será tratado na revista. Vejamos um trecho;

A quarta edição da Revista das crianças Sem Terrinha veio recheada de novidades para nós!

A nossa revista, desde sua primeira edição, vem ficando cada vez mais bonita e colorida, nos detalhes que os desenhos mostram, na nossa organização coletiva, nas brincadeiras, nos jogos que todo mundo gosta! As historinhas têm contado sobre nossa vida, a realidade do nosso país, a organização dos nossos assentamentos e acampamentos...(Revista Sem Terrinha, 2011, p. 01).

Nas revistas Sem Terrinhas é comum o corpo editorial inserir dois personagens que são chamados de: Flora e o Vital, para irem guiando a leitura da revista, e sempre tratando os pequenos leitores de, Amiguinhos e Amiguinhas.

“Nesta edição vamos fazer um passeio com Flora e Vital, conhecendo a Agroecologia e sua importância para a nossa agricultura. No nosso assentamento quais são os tipos de produções que existem? E como plantamos e cuidamos das nossas produções? Vamos conhecer também a cartinha que o Nonno enviou para nós sobre o perigo dos venenos para a nossa vida e para o planeta. (Revista Sem Terrinha, 2011, p. 01)

O Nonno que está na citação acima é como é chamado o Avô nos Estados do Sul. A carta “O Perigo dos Venenos” que o Avô envia para a revista enfatiza os perigos causados com o uso dos venenos nas plantações e das doenças que esses agrotóxicos causam nas pessoas e no meio ambiente. Vejamos um trecho da cartinha do Nonno;

Cada ser vivo, uma plantinha, uma flor, uma abelha, uma mosca, uma formiguinha, tem sua função. Um ajuda ao outro. Mesmo quando um come o outro, está contribuindo para o equilíbrio entre todas as espécies. Mas, o danado do ser humano, em muitas regiões, resolveu viver sozinho. Não quer companhia de mais ninguém... E por isso inventou o veneno agrícola, que também é chamado de agrotóxico, que mata a vida na agricultura.

No início, usávamos o veneno apenas para acabar com alguns insetos mais chatos. Mas, de uns tempos para cá, estamos usando veneno para matar muita coisa; tudo o que não queremos perto: matamos ervinhas, matamos bactérias e outros seres vivos que não enxergamos, mas que vivem na Terra. Matamos até as abelhas! Tudo isso para que só fiquem vivos o homem e alguma planta com a qual queira ganhar dinheiro, como por exemplo: a soja, o milho etc. (Revista Sem Terrinha, 2011, p.04).

Os jornais, as revistas produzidas pelos movimentos sociais, são periódicos que procuram espaços para as produções que apresentam determinadas visibilidades sobre os seus principais atos e ações que negados pela grande parte da sociedade e de outros periódicos jornalísticos e midiáticos controlados pelo grande capital, pelo grande latifundiário que usa de todas as ferramentas para apagar a luta desses movimentos sociais.

As produções industriais de livros didáticos voltados para crianças do ensino fundamental não abordam a questão agrária e a luta pela reforma agrária, impedindo que partes da sociedade não tenham conhecimentos sobre a luta dos camponeses sem terras.

Da mesma maneira que o MST luta para formar e conscientizar as crianças sobre o conhecimento do mundo em que vivem e sobre os principais desafios que o Agronegócio realiza contra o processo de luta pela distribuição de terras e também sobre os principais impactos resultantes do uso indiscriminado dos agrotóxicos nas plantações. Partes dos setores do Agronegócio além de reprimirem esses movimentos, entram nos espaços escolares impedindo que determinados conteúdos sejam proibidos nos livros didáticos.

O site Rede Brasil Atual divulgou uma matéria no mês de Fevereiro de 2021 “Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio”, querem censurar os conteúdos que abordam o desmatamento, os venenos, as queimadas e seus impactos causados ao meio ambiente e a sociedade. A matéria diz que;

A censura aos livros didáticos está na pauta de entidades ligadas aos ruralistas. Sindicatos rurais, associações de produtores e até a Frente Parlamentar da Agropecuária estão unidos para dar fôlego a um movimento que se assemelha, em método e objetivo, ao da Escola sem Partido.

A diferença é que, em vez de querer calar os professores e abolir o debate de idéias do processo educativo, representantes do agronegócio querem varrer dos materiais pedagógicos conteúdos que mostrem os impactos negativos da atividade.

Ou seja, se depender deles, serão banidos livros e apostilas que tragam textos e questões que mostrem que a maioria do desmatamento ilegal e das queimadas de florestas tem como finalidade ampliar a área dedicada à agropecuária. (RBA, 17 de fevereiro de 2021)⁵⁵

Também querem banir os conteúdos em textos didáticos, proibindo que os professores lecionem sobre o meio ambiente e as ações do homem sobre a destruição e devastação de florestas. Continuando na matéria;

se depender deles, serão banidos livros e apostilas que tragam textos e questões que mostrem que a maioria do desmatamento ilegal e das queimadas de florestas tem como finalidade ampliar a área dedicada à agropecuária. Também querem que as crianças não aprendam sobre a devastação à saúde e ao meio ambiente provocados pelos agrotóxicos. Tampouco querem nas escolas o debate de questões relativas a conflitos agrários e a luta dos pequenos agricultores, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados da reforma agrária e outros contra a invasão e a grilagem de terras (RBA, 17 de fevereiro de 2021).

Olhando para o acampamento Quintino Lira, dito antes no capítulo II da pesquisa, os professores não possuem um material específico que narre a história da ocupação, dos conflitos e das conquistas que foram acontecendo de acordo com o tempo; da ocupação das terras da fazenda Cambará. Nesse sentido, a proposta do produto dissertativo para a escola José Valmeristo será a produção de uma revista que fale sobre o acampamento. O próximo tópico tratará justamente da produção da revista, descreve os conteúdos históricos narrados

⁵⁵ RBA. *Censura: ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio*. 17 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/02/censura-ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-com-criticas-ao-agronegocio/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2012.

com a origem das famílias sem terra, até o processo de consolidação da ocupação das terras nas terras que supostamente pertencia a fazenda Cambará.

3.3 – Descrevendo a revista de Ensino de História no Campo.

O Ensinar História é apresentar os conteúdos acadêmicos de maneira informativa, tornando-o significativo para uma determinada sociedade, realizando diferentes visões e possibilidades de aprendizado para os alunos, sem fazer com que a disciplina perca seus fundamentos e princípios. Nesse sentido, a realização exige que determinadas ferramentas sejam utilizadas com concepções para aprendizagem de elementos que constituem a disciplina escolar. No entanto, é necessário que os conhecimentos juntamente com os objetivos da disciplina e seus caminhos metodológicos contenham sua representatividade social. (ACKER; BERCITO, 2015, p.04)

O objetivo principal da revista é sistematizar a história do assentamento Quintino Lira de maneira didática e lúdica com uma linguagem acessível ao público voltada para a sociedade e para os professores e alunos da Escola José Valmeristo, situada no assentamento.

As fontes históricas utilizadas na revista são fotos e fontes orais que retratam o cotidiano e a luta dos agricultores rurais. Nesse sentido, Baldissera (2010) afirma que o uso das imagens torna os textos ricos, de forma potencial em informações em seus diversos níveis. As imagens nos proporcionam além dos imaginários, o apoio a determinadas referências, “no campo da história das mentalidades” dos cotidianos e das culturas (BALDISSERA, 2010, p. 247).

O produto está estruturado em cinco capítulos. No primeiro, é discutido sobre a origem das famílias que ocuparam a fazenda Cambará. Sob a luz do artigo da geógrafa e professora Nailce Verônica (2019) que atua ativamente na luta pela educação do campo no assentamento Quintino Lira enfatiza que essas famílias são oriundas de outros processos de ocupação, situado na vila do Bacaba. Essas famílias passaram por um processo litigioso, por ocuparem áreas de território indígenas da etnia Tembê – Tenetehara. Foram obrigadas a se retirarem das terras indígenas, e foram para outros locais até esperarem as decisões do Inca. Sendo que, parte delas ficaram às margens da estrada próximo a vila do Pau de Remo.

O segundo capítulo visa explicitar o histórico da ocupação das terras da fazenda Cambará, da primeira entrada da ocupação, aos primeiros despejos, bem como o retorno às

terras com o apoio do MST. Nesse mesmo capítulo destaca-se também as imagens inseridas na revista que dialogam com o texto descritivo sobre os despejos e destruição das casas dos colonos. Na imagem 1: Mostra a destruição das casas dos camponeses, nesse momento as foram destruídas, causando diversos prejuízos. A Imagem 2: Tem como ilustração uma camponesa organizando os seus pertences e objetos nas margens da estrada. Nesse momento as famílias esperam por decisões mais definitivas do Incra.

Nas imagens 3, 4, 5 e 6, tem como representação o desenvolvimento do assentamento. Foram realizado diversos processos para voltarem a reconstruir casas, ruas foram abertas e realizadas instalação de energia elétrica. A Imagem 7, caracteriza-se pelo desenvolvimento tecnológico, uma vez que uma torre de transmissão para internet é instalada dentro do Assentamento, com isso, os moradores do assentamento conseguem se comunicar de maneira mais satisfatória e eficaz, e também facilita a comunicação direta caso haja algum atentado aos pistoleiros.

O terceiro capítulo demonstra as ações violentas que são realizadas por parte dos latifundiários que se utilizam de todos os meios para expulsar os agricultores do acampamento como: o uso de armas de fogo por jagunços, intimidações que os agricultores passaram e mortes. Essas famílias perderam um dos grandes líderes que o acampamento tinha recebido ao longo dessa jornada histórica. Seu nome era José Valmeristo conhecido por seus companheiros como “Caribé”. A imagem 9 revela a foto de José Valmeristo, que teve sua foto emoldurada e anexada em um lugar de destaque na parede da escola do assentamento. Ainda no capítulo três da revista é salientado acontecimentos que tornaram-se cruciais para que os colonos realizassem determinadas reivindicações.

Nas imagens 10 e 11, retratam a destruição das plantações de bananeiras e dos pimentais. Após a ação dos jagunços, a professora Maria do Socorro comenta que sofreu intimidações por parte deles e que vários policiais foram até o local do assentamento investigar o ocorrido. Nas imagens 12 e 13 ilustram, os colonos deslocam-se das suas terras e seguindo para a BR-316 conhecida como Pará-Maranhão e interditam o tráfego de carros.

O capítulo 3, as imagens 14, 15 e 16 são referentes ao uso de agrotóxicos, fato esse registrado em Janeiro de 2021. Fazendeiros utilizando aviões monomotor despejaram venenos em suas fazendas, causando danos irreversíveis as plantações dos agricultores do assentamento, e também danos a outras plantações localizadas em toda a gleba do Pau de Remo.

O quarto capítulo “A Escola José Valmeristo” é trabalhada a educação no campo e o fechamento da escola José Valmeristo. Apresentando os principais processos que as famílias e as crianças passaram no acampamento quando a escola foi fechada pela secretaria municipal de educação de Santa Luzia do Pará. A imagem 17 retrata o primeiro momento da educação no assentamento, onde aproveitaram um antigo barracão utilizado pelos funcionários da antiga fazenda, construindo a primeira escola no local. Em meados de 2013 a escola foi fechada. A comunidade foi protestar em frente à prefeitura municipal de Santa Luzia do Pará onde a imagem 18 ilustra esse momento de manifestação.

O quinto e último capítulo apresenta uma pequena biografia de Quintino Lira, que tem seu nome homenageado pelos colonos e colocado como o nome do território em que ocuparam. As imagens 21, 22 e 23 ilustram o Quintino Lira. A Imagem 21 é uma gravura retirada da dissertação de mestrado da autora Juliana Patrícia que retrata uma das lendas imaginárias em que Quintino transforma-se em uma folha para se despistar dos policiais.

Todas as imagens foram escolhidas para serem inseridas nos contextos de cada capítulo retratando as suas ilustrações sobre os diferentes episódios descritos. Foram incluídos também as falas, os relatos dos colonos, foram eles: João Batista Galdino, agricultor e uma das lideranças dentro assentamento. Maria do Socorro que é professora da escola José Valmeristo e que também já passou por intimidações por parte de jagunços. Nailce Verônica também é professora da escola José Valmeristo. Raimundo Ribeiro um dos primeiros moradores do assentamento e coordenador geral do assentamento Quintino Lira. Os entrevistados escolhidos para a produção da revista são de extrema relevância e tratados como personagens emblemáticos para a narrativa da revista.

No final da revista é utilizado um cordel narrando todo contexto histórico do produto. Escrito pelo autor cordelista João Campineiro. A literatura de cordel é representada como cantigas no sertão nordestino contendo em seus versos o cotidiano de um povo que sofre com as secas e a fome. Além dessas causas naturais, o cordelista também enfatiza a opressão de grandes fazendeiros e latifundiários que oprimiam o povo camponês do sertão.

Enfatizo que a revista pode sofrer alterações e atualizações, podemos afirmar que a revista alcança o seu objetivo trazer a sociedade, a história de famílias que lutaram e lutam pelo seu lugar na terra, para plantar e colher os frutos obtidos com suor e sangue. Almejo que o produto proposto possa ter contribuído e preenchido as lacunas sobre as práticas do Ensino de História no assentamento Quintino Lira.

Dito antes, o público alvo que a revista deve atender além da sociedade luziense, as escolas do campo e da cidade poderão reproduzir a revista em sala de aula, em especial as escolas da cidade apresentariam aos seus alunos demonstrando os processos históricos sobre conflitos agrários que ocorrem na sua própria região das comunidades de Santa Luzia do Pará. Que os principais acontecimentos sobre a violência e a luta por terras não estão apenas localizadas em outras regiões do Estado do Pará.

Desse modo, a revista deve ser trabalhada nas escolas como suporte metodológico sobre a História Local de uma determinada classe que luta pelo acesso a terra e que as suas conquistas também favorecem ao público da cidade. Através da agricultura que abastece as famílias das cidades de forma saudável e sustentável. Considera-se que a finalidade educacional da revista para o processo educacional é a formação histórica e política do educando para a sua formação do conhecimento histórico sobre determinados grupos sociais do campo que estão inseridos na realidade desses alunos. Nesse sentido, a revista, além da reconstrução histórica do assentamento, também contribui para a quebra de estereótipos formados pelas forças capitalistas para marginalizar os trabalhos do campo e movimentos sociais.

Considerações finais.

A pesquisa permite a compreensão sobre os conhecimentos da questão agrária partindo de pressupostos teóricos e metodológicos do envolvimento de questões históricas sobre os processos de violências e invasões de terras que ocorrem no Brasil e na Amazônia. Enfatizo nesse estudo, a história de um povo que passou e ainda passa por diversas realidades sobre a sobrevivência e a luta pela terra no campo.

A Educação do Campo apresenta um legado por um período de 20 anos sobre as políticas públicas. Nesse sentido, passou-se a construir uma consciência coletiva nos interiores dos movimentos sociais, sindicais e em instituições de ensino, “relativo tanto ao patrimônio político – organizativo quanto ao arcabouço teórico-pedagógico, acumulados pela Educação no Campo no Brasil nos seus 20 anos” (SANTOS, 2019, p. 507). Assim, como entende o Movimento dos Trabalhadores Rurais, é necessário que sejam realizadas cobranças através de grupos de trabalhadores comprometidos com a Educação do Campo, fazendo com o que o Estado cumpra com seus compromissos de assegurar o direito à educação não apenas nas áreas de Reforma Agrária, mais também em áreas que necessitam de ações que contemplam os mais variados lugares de tensões sociais que apresentam lacunas na educação.

E essa luta não é apenas pelo acesso a terra, mais também, uma luta que integra “todos” os seus anseios por uma vida digna e justa no campo e para o campo. As lutas que foram enfatizadas na pesquisa, perpassam pela educação no campo bem os processos históricos narrados ao longo da dissertação que vem a contribuir a esclarecer determinados pontos específicos para a sociedade.

Nesse sentido, o leitor passa a compreender sobre a luta pela terra, que também é de Santa Luzia do Pará, ou seja, o trato desse tema é de extrema relevância devendo ser trabalhado e reproduzido nas escolas do município. Partindo desse ponto, que a proposta do produto da dissertação é a produção de uma revista sobre a História do Assentamento Quintino Lira.

A construção da escola José Valmeristo, quando passa pelo processo implementação, permite compreender a luta social na construção dos saberes históricos adquiridos, fazendo com que, o aluno passa a compreender a sua participação como protagonista da luta pela terra, e na defesa dela. É nesse sentido que a pesquisa discute, trazendo como resultado o

comprometimento em defesa de todo um processo histórico que os colonos passaram ao se inserirem nas terras da fazenda.

Nesse sentido, a revista sobre a História do assentamento será de crucial importância, fazendo que preencha lacunas existentes, como material de apoio aos professores da escola do assentamento. Demonstrando a sua importância não apenas como um material didático, mais também como uma ferramenta de resistência.

Diante disso, a pesquisa não se apresenta apenas como um objeto de estudo sobre a educação do campo, mas também visa contribuir sobre as práticas do Ensino de História, relacionados aos próprios colonos do assentamento. O produto que foi proposto não se configura em um material didático pronto e acabado, pode sofrer alterações de acordo com o olhar daqueles que irão usá-lo nas escolas ou servir como referência para possíveis produções acadêmicas e didáticas, ou seja, de modo que seja inserido em diferentes âmbitos realizando determinadas representações sociais com a pesquisa.

Circe Bittencourt (2008) considera que;

a representação social na situação educacional, o fundamental é identificar os conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, pela mídia, etc. que sejam solidamente enraizados, porque são uma construção pela qual o jovem ou a criança se apropriam do real, tornado-o inteligível. Mas a apresentação social ultrapassa essa atividade de conhecimento prático e preenche igualmente uma função de comunicação. Ela permite às pessoas inserir-se em um grupo e realizar trocas, intervindo na definição individual e social, na forma pela qual o grupo se expressa. (BITTENCOURT, 2008, p.236).

Na concepção da autora, essas representações sociais precisam ser analisadas de modo a considerar que esses determinados indivíduos são marcados pelo seu grupo social, ou seja, é perceptível o ambiente que os alunos da escola José Valmeristo estão inseridos, um território que está em constante conflito agrário, seja por ataques por parte do fazendeiro, seja por ataques impedindo que o assentamento esteja em desenvolvimento constante em seus diferentes âmbitos sociais, educação, saúde e etc. Circe (2008) também salienta que o professor precisa considerar esses movimentos que estão em constante funcionamento conhecendo de um modo individual ou coletivo que a criança ou o jovem fazem parte. (BITTENCOURT, 2008, p.236).

Espera-se que os leitores ao terem contato com esta pesquisa, tanto a dissertação quanto a revista tenham em mãos uma história não apenas dos vencidos, ou uma história vinda debaixo, mas que o leitor perceba que esses sujeitos sociais são vencedores nas suas lutas por terras e direitos que conquistaram com suor e sangue. Penso que não houve uma história dos vencidos, o que houve foi à história de vencedores, de camponeses que foram

massacrados de forma psicológica e física, mas que não cansaram e conquistaram os seus objetivos.

Como frisa a autora Chimamanda Ngozi Adichie (2019), “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum” (ADICHIE, 2019, p. 27 – 28). É nesse sentido que a pesquisa se desenrola. É contar a história de movimentos que lutam por espaço na sociedade que ao longo da história foram taxados como marginais e não como heróis protetores da terra e da natureza.

Fontes:**Entrevistas:**

CAMPOS, Maria Lucinéia. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: em 12 de dezembro de 2019. (professora)

FERNANDES, Aldeane Moura. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 10 de dezembro de 2020. (Aluno)

RIBEIRO, Raimundo. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 03 de outubro de 2019. (Lavrador)

ROCHA, Farailde dos Santos. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: dezembro de 2019. (professora)

SOCORRO, Maria do. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019. (professora)

SOUZA, João Batista Galdino de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 17 de junho de 2018. (Lavrador)

SOUZA, Nailce Verônica Galdino de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 12 de dezembro de 2019. (Professora)

SOUZA, Tiago Gomes de. Assentamento Quintino Lira, Santa Luzia do Pará em: 10 de dezembro de 2020. (Aluno)

Periódicos:

O Liberal, 01 de agosto de 1984. Arquivo CPT Belém.

O Liberal, 06 de janeiro de 1985. Arquivo CPT Belém.

O Liberal, 30 de janeiro de 1984. Arquivo CPT Belém

PARÁ, Autos de Inquérito Civil Público nº 16/2014MP/PJSLP: Título “*fechamento das escolas do assentamento Quintino Lira, Vila Cantã e condições precárias da escola São Lucas*, 2014.

Plano Curricular do Ensino Fundamental, 2019. Secretaria Municipal de Educação. Santa Luzia do Pará.

Jornal *LIGA* Ano1, N°15 - Rio de Janeiro 1963

Boletim Mensal – Ano 1 – N°01 – Janeiro – 1971

Boletim de Educação, nº 01, 1992.

Boletim de Educação, nº 02, 1993.

Revista Sem Terra, N°02. 1997.

Jornal das Crianças Sem Terrinhas, Ano 1 – N°02 – Maio de 2008

Jornal das Crianças Sem Terrinhas, Ano 1 – N°02 – Maio de 2008.

Revista das crianças Sem Terrinha. N°04, outubro de 2011.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro das histórias. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; FIGUEIREDO, Allan Diêgo Rodrigues. Paulo Freire e a pedagogia do mst: caminhos para (re)pensar a formação humana. **REVISTA DEBATES INSUBMISSOS**, Caruaru, PE. Brasil, Ano 2, v.2, nº 4. Edição Especial. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

ALMEIDA, Marco Carmo. **A Colônia União e a luta pela terra na Rodovia Belém-Brasília: O sindicato, a igreja e atores políticos – 1980-1993**. Ipixuna Pára. 2019

AMORIM, Alberto Filho Coelho de; SOUSA, Raimunda Aurea Dias de. A Base Nacional Comum Curricular e a Educação no/do Campo. In: **Cadernos da Fucamp**, v.18, n.32, p.129-143, 2019.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas In: MOLINA, Monica Castagna.(Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

BALDISSERA, José Alberto. Imagem e construção do conhecimento histórico. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ª. Ed.. São Paulo: Contexto, 2010.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. Criança é Sujeito: A representação da infância Sem Terra pelo MST. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011.

BARROS, Monyse Ravenna de Sousa. **Os Sem Terrinha: Uma História da Luta Social no Brasil (1981-2012)**.Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Editora Cortez, São Paulo, 2008.

CALDART, Roseli Salette. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av., São Paulo , v. 15, n. 43, p. 207-224, dez. 2001.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 4º ed - São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNIEL, Francislaine Soledade. *O lugar da História nos anos iniciais da base nacional comum curricular*. In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil** / organizador Márcio Ananias Ferreira Vilela. Recife: Associação Nacional de História – ANPUH-Brasil, 2019.

CASTELANO, Maria José. MST, Trabalho, Educação e Ideologia. In: **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo Social**. Natal – RN, 22 a 26 de Julho de 2013.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

CHRISTÓFFOLI, Pedro Ivan. Produção pedagógica dos movimentos sociais e sindicais. In: MOLINA, Monica Castagna.(Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

COELHO, Fabio. O Jornal Sem Terra na organização do MST. In: **Anpuh – Brasil. 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019.

CORDOVA, Tania. A Revista de História Catarina: um recurso didático para o ensino da história em sala de aula. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis – SC.

CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira da; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Banditismo social: política e utopia: a sociedade da penumbra, banditismo social e político nos sertões da Amazônia**. 2000. 382f; Tese (doutorado) Instituto de ciências sociais, departamento de Antropologia social, Brasília, 2000.

Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação / Bernardo Mançano Fernandes ... [et al.] ; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos. -- Brasília : Inca ; MDA, 2008.

FERNANDES, Angela Viana Machado; PALUDETO, Melina Casari. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. *Cad. CEDES* [online]. 2010, vol.30, n.81, pp.233-249.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil / Bernardo Mançano Fernandes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FREITAS, Maria Clara de; SILVA, Gabriela de Jesus Gama da. Território, educação e resistência: a questão da educação no assentamento mártires de abril em mosqueiro/Belém. **Revista Mutirão** (Folhetim de Geografias Agrárias do Sul) V. 01, No . I, 2020.

JUNIOR, José Antonio Guilherme; NAHUM, João Santos. Reprodução social e permanência no campo – um estudo no Assentamento João Batista II, Castanhal – Pa. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”**.Uberlândia – MG, 15 a 12 de Outubro de 2012.

LAUTIER, Nicole. Os saberes históricos em situação escolar: circulação transformação e adaptação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.36, n. 1, p. 39-58, jan./abr.,2011.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. Campinas: UNICAMP, 1996.

LIMA, Fernando Alberto Souza. “Eldorado foi um divisor de águas”: rupturas e continuidades durante o processo de especialização do batalhão de polícia de choque da polícia militar do Pará, a partir do confronto em Eldorado de Carajás/Pará (1995-2009). Artigo (Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea) Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018).

LIMA, Maria. Consciência histórica e educação histórica: diferentes noções, muitos caminhos. In: MAGALHÃES, Marcelo [et. al] (Org.). **Ensino de História: usos do passado, memória e mídia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p.51-75.

LOPES, Wiana de Jesus Freitas; NETO, Luiz Bezerra. A MULTISSERIAÇÃO FRENTE À PROFISSIONALIDADE DOCENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO. In. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 50 (especial), 77-89, maio 2013.

LOUREIRO, violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. Belém: Cejup, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes históricas**. 2ª. Ed.São Paulo: Contexto, 2010.

MOTTA, Márcia (Org.). **Dicionário da Terra**. Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. **Amazônia: Luta pela terra em Santa Luzia do Pará – Assentamento Quintino Lira (2007-2015)**. Monografia (Graduação), Universidade Federal do Pará – UFPA, Cametá- PA, 2016.

OLIVEIRA, Mario Sergio da Silva. **A luta por terra e educação na Amazônia: um breve relato da educação no acampamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará**. Monografia (Graduação), Universidade Federal do Pará – UFPA, Bragança – PA, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. Conflitos de Terra e violência no Sul do Pará (1975 – 1990). In: **X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História política**. Recife, 26 a 30 de abril de 2010.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

PEREIRA, Antonio de Jesus. **O massacre de Eldorado dos Carajás/pa (1996-2019) e o desdobramento da luta de classes: narrativas dos sobreviventes e formação política**. Tese (Doutorado em Performances Culturais) Universidade Federal de Goiás faculdade de ciências sociais programa de pós-graduação, Goiânia – Go. 2020.

PERLI, Fernando. ALÉM DA TERRA, O DIREITO AO PASSADO: notas sobre o ensino de história no MST. **Revista de Ciências Sociais**, nº 45, Julho/Dezembro de 2016, p. 233-247.

PERLI, Fernando. **Quando a consciência histórica é a consciência organizativa: formação política e ensino de História no MST**. História, Franca, v. 33, n. 2, p. 567-581, dez. 2014.

PERNA, Isonete do Socorro Sardinha; PEREIRA, Josiele Rodrigues; PEREIRA, Rosenildo da Costa. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CENÁRIO NACIONAL: DAS LUTAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS. **Revista Margens Interdisciplinar**. V.8, n. 10. p. 175-184, 2014.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PICOLI, Fioreli. **A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia** /Fioreli Picoli. – Florianópolis: Editora em debate, 2012.

Proposta de Reforma Agrária da CONTAG aprovada no 3º Congresso nacional dos trabalhadores Agrícolas – CONTAG – 1979. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão Agrária no Brasil: Programas de reforma agrária: 1964 – 2003**. São Paulo, Expressão popular, 2012.

RODRIGUES, Fabiana de Cassia. **EDUCAÇÃO E LUTA PELA TERRA NO BRASIL: A FORMAÇÃO POLÍTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.27-44, jan.-mar., 2017.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da terra: a violência no campo mojuense**. Belém: Açáí, 2012.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **É muito triste não conhecer o pai' a herança da violência e os familiares de Gringo, Benezinho e Paulo Fontelles**. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SACRAMENTO, Elias Diniz; OLIVEIRA, Antonio Jefferson P. A luta pela Terra na Amazônia: O Assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará. In. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 3, n. 2, jul/dez., 2016.

SAVELI, Esméria de Lourdes. A proposta pedagógica do M.S.T para as escolas dos assentamentos – A construção necessária- . PUBLICATIO UEPG, Ciências Humanas. Universidade Federal de Ponta Grossa, V,8 n,1. p. 19-30. Dezembro de 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo, Ed. Scipione, 2004.

SILVA, José jonas Borges de; Sousa, Maria Leomar Pereira de. A EDUCAÇÃO NO MST: um instrumento de luta revolucionária no campo. **Revista de Políticas públicas**, v. 22, p. 1213-1230, 2018.

SILVA; José Jonas Borges da; SOUSA, Maira Leomar Pereira de. A EDUCAÇÃO NO MST: um instrumento de luta revolucionária no campo. In. **Revista de Políticas Públicas**. v, 22 número especial, p. 1212-1219. UFMA, 2018.

SIMAN, Lana Maria de Castro. Aprender a pensar historicamente: entre cognição e sensibilidades. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

SOUSA, Juliana Patrícia Saldanha de. **Narrativas fantásticas e lendárias de Quintino Lira no nordeste paraense, Amazônia brasileira.** (Dissertação) Programa de Pós Graduação Saberes da Amazônia. Universidade Federal do Pará, Bragança-PA, 2019.

SOUSA, Nailce Verônica Galdino de. Memórias do Acampamento Quintino Lira: questão agrária, luta e resistência. In: **Revista Geo Amazônia.** Universidade Federal do Pará Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém/PA, 2019.

SOUSA, Ramsés Eduardo Pinheiro de Moraes. “De pé no chão também se aprende a ler”. O jornal Liga e a construção da Reforma Agrária radical no Brasil (1962-1964). In: **Anpuh – Brasil. 30º Simpósio Nacional de História** – Recife, 2019.

ZENERATTI, Fábio Luiz. A luta pela terra e as estratégias para concretização do Assentamento rural coletivo Santa Maria. In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária “territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”.** Uberlândia – MG, 15 a 12 de Outubro de 2012.

ZIECH, Marcia Eliana. A EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO POPULAR. *Revista Contexto & Educação*, 32(102), 2017, p.100-117.